



Patrícia da Silva Barros

***NOVO CONSERVADORISMO
BRASILEIRO, GÊNERO E SEXUALIDADE:
concepções de futuros professores de Ciências
Biológicas***

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Humanas e Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Pinheiro Teixeira

Rio de Janeiro,
abril de 2025.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Patrícia da Silva Barros

***NOVO CONSERVADORISMO
BRASILEIRO, GÊNERO E SEXUALIDADE:
concepções de futuros professores de Ciências
Biológicas***

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor em Ciências Humanas e
Educação pelo Programa de Pós-Graduação em
Educação da PUC-Rio.

Prof. Pedro Pinheiro Teixeira

Orientador

Departamento de Educação – PUC-Rio

Prof. Denize Sepulveda

UERJ

Prof. Silvana Soares de Araújo Mesquita

Departamento de Educação – PUC-Rio

Prof. Anderson Ferrari

UFJF

Prof. Renato Pontes Costa

PUC-Rio

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Patrícia da Silva Barros

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012). Possui mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro CEFET-RJ (2019), tendo sido bolsista da CAPES. É professora da Educação Básica da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro desde 2023. Cursou, como bolsista da CAPES, o Doutorado em Ciências Humanas - Educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO.

Ficha Catalográfica

Barros, Patrícia da Silva

Novo conservadorismo brasileiro, gênero e sexualidade : concepções de futuros professores de Ciências Biológicas / Patrícia da Silva Barros ; orientador: Pedro Pinheiro Teixeira. – 2025.
223 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2025.
Inclui bibliografia

1. Educação – Teses. 2. Ciências biológicas. 3. Novo conservadorismo brasileiro. 4. Gênero. 5. Sexualidade. 6. Educação em direitos humanos. I. Teixeira, Pedro Pinheiro. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. III. Título.

CDD: 370

À Manuela Barros, minha filha.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Entrar em um curso de doutorado durante uma pandemia foi uma das oportunidades mais inusitadas que a vida me deu. A sensação de pertencer ao lugar onde se escolheu para estar durante quatro longos anos e, ao mesmo tempo, não ter essa realidade materializada fisicamente foi uma experiência singular, que envolveu um misto de sentimentos. Enquanto o mundo inteiro padecia com inúmeras perdas por conta da COVID-19, o Brasil sofria também um momento sombrio que tomou conta da política nacional e trouxe inúmeras consequências catastróficas para a população brasileira. O negacionismo, o autoritarismo, as *fake news*, o ódio às minorias, a “gripezinha” nos custou caro demais. O que fazer com a angústia que sentíamos ao pensarmos em como seria o próximo dia naquela situação assustadora? Como expelir a amargura quando olhávamos para toda aquela barbárie?

A mim, a vida presenteou, em meio ao caos, com a honra de fazer parte de um grupo de pesquisa, o Grupo de Estudos em Diversidade, Educação e Controvérsias (Diversias), que não só me trouxe grande parte do conhecimento que adquiri no doutorado, como também me trouxe esperança. Foi através de meus colegas Adrian, Allan, Aline, Caio, Caroline, Ingrid, Fernanda, Amanda e meu orientador, Pedro Pinheiro Teixeira, que consegui ter fôlego para acreditar em dias melhores. Através da vivência com esse grupo, construí minha identidade como doutoranda e me sinto grata por poder compartilhar as dores e as vitórias do nosso cotidiano.

Entendo hoje que o Diversias faz parte da minha constituição como ser humano, pois me preencheu de valores humanos nobres e me fez enxergar o mundo de diversas maneiras em nossos encontros semanais desde 2020.

Aos colegas Thiago e Andrea que a PUC me deu, o meu muito obrigada! Vocês foram essenciais para que eu pudesse ter forças para continuar a caminhada.

Ao meu querido amigo e professor Luís Dorvillé, toda a minha admiração e gratidão por ter me ajudado a ingressar nessa jornada.

À minha família, que me deu todo suporte para que eu pudesse concluir o curso, principalmente por ter cuidado tão bem da minha filha.

Às minhas amigas Monique, Paula, Fernanda e Aline que me acolhem sempre que preciso.

Aos coordenadores e professores da UERJ-FFP que me concederam autorização para fazer a minha pesquisa nesse lugar tão importante na minha caminhada.

Agradeço à banca de qualificação, professoras Silvana Mesquita e Denize Sepulveda, por tudo que sinalizaram e acrescentaram para melhorar minha pesquisa. Agradeço especialmente ao meu orientador, Pedro Pinheiro Teixeira, por todo conhecimento que me transmitiu e pela paciência.

Agradeço principalmente à minha filha Manuela pela paciência por todas as vezes que não pude estar presente.

Muito obrigada a todas e todos!

Apreendi com as primaveras a deixar-me cortar e a voltar sempre inteira.

(Cecília Meireles)

Resumo

Barros, Patrícia da Silva; Teixeira, Pedro Pinheiro. **Novo conservadorismo brasileiro, gênero e sexualidade**: concepções de futuros professores de Ciências Biológicas. Rio de Janeiro, 2025. 223p. Tese de Doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as concepções de professores de Ciências Biológicas sobre questões envolvendo gênero e sexualidade, tendo como contexto o avanço do novo conservadorismo brasileiro ao longo das últimas décadas. A defesa de valores religiosos e de configurações tradicionais de família é uma das marcas principais do novo conservadorismo no Brasil, com marcante atuação de lideranças evangélicas. Dessa maneira, investigaram-se as concepções de licenciandos do curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em São Gonçalo, município com grande presença de igrejas evangélicas. Aplicou-se um questionário aos participantes com perguntas acerca de temas como aborto, homossexualidade, papéis de gênero, transexualidade e educação. Posteriormente, foram realizadas entrevistas com uma parte da amostra, as quais foram gravadas e transcritas, visando ao aprofundamento e à análise de suas concepções. A partir de uma perspectiva de educação em direitos humanos e utilizando o referencial teórico sobre a temática, observou-se que o pensamento conservador é próprio não somente de indivíduos de religião evangélica, é compartilhado também por indivíduos de outras religiões e por quem não tem religião alguma. A pesquisa constatou também que a maioria dos licenciandos expressa pensamento progressista em relação a gênero e sexualidade, condizente com uma educação em direitos humanos, porém eles relatam que a formação docente poderia auxiliá-los mais no entendimento das temáticas de gênero e sexualidade. O estudo pôde concluir também que, ainda que o contexto local da universidade possa ter características mais próximas de valores conservadores, é possível que os professores ali formados estejam mais alinhados a propostas educativas plurais e antidiscriminatórias.

Palavras-chave

Ciências biológicas; novo conservadorismo brasileiro; gênero; sexualidade; educação em direitos humanos.

Abstract

Barros, Patrícia da Silva; Teixeira, Pedro Pinheiro (Advisor). **New Brazilian conservatism, gender and sexuality: conceptions of future teachers of Biological Sciences**. Rio de Janeiro, 2025. 223p. Doctoral Thesis – Department of Education, Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

This research focuses on the conceptions of Biological Sciences teachers regarding issues involving gender and sexuality, set against the backdrop of the rise of new Brazilian conservatism over the past few decades. The defense of religious values and traditional family structures is one of the main hallmarks of new conservatism in Brazil, with significant involvement from evangelical leadership. Thus, we investigated the conceptions of undergraduate students in the Biological Sciences program at the Faculty of Teacher Training at the State University of Rio de Janeiro, located in São Gonçalo, a municipality with a strong presence of evangelical churches. We administered a questionnaire to participants with questions about topics such as abortion, homosexuality, gender roles, transgender issues, and education. Subsequently, interviews were conducted with a portion of the sample, which were recorded and transcribed to deepen the analysis of their conceptions. From a Human Rights Education perspective and utilizing theoretical frameworks on the subject, we found that conservative thinking is present not only among individuals of evangelical faith but also among individuals of other religions and those with no religious affiliation. We also found that the majority of the undergraduate students hold progressive views regarding gender and sexuality, consistent with Human Rights Education; however, they reported that teacher training could better assist them in understanding gender and sexuality issues. We conclude that, although the local context of the university may exhibit characteristics more aligned with conservative values, it is possible that the teachers trained there may be more aligned with pluralistic and anti-discriminatory educational proposals.

Keywords

Biological sciences; brazilian new conservatism; gender; sexuality; human rights education.

Sumário

1.	Introdução e Justificativa	19
1.1.	Objetivos	23
2.	Procedimentos metodológicos	24
2.1.	O campo da pesquisa: a cidade de São Gonçalo e a FFP/UERJ	24
2.2.	Elaboração e aplicação dos questionários	25
2.3.	Entrevistas	27
2.3.1.	Análise dos dados qualitativos	29
2.4.	Ética em pesquisa	32
3.	Revisão bibliográfica	35
4.	Referencial teórico	46
4.1.	Novo conservadorismo brasileiro	46
4.2.	Educação em direitos humanos: uma ferramenta contra a lógica neoconservadora	64
4.2.1.	A educação em direitos humanos e as ideologias neoconservadoras	67
4.2.2.	Educação em direitos humanos, ensino de Ciências Biológicas e neoconservadorismo	71
5.	Resultados e discussão	76
5.1.	Análise da ementa e material relacionado às disciplinas que permitem a discussão de gênero e sexualidade	76
5.2.	Aplicação dos questionários	78
5.3.	Perfil geral dos participantes: período da graduação	80
5.4.	Resultado das afirmativas sobre gênero e sexualidade	102
5.4.1.	Gênero e sexualidade na educação	103

5.4.2.	Homossexualidade	108
5.4.3.	Papéis de gênero	118
5.4.4.	Transexualidade	129
5.4.5.	Aborto	137
5.5.	Resultados e análises das entrevistas	142
5.5.1.	Categoria curso de Biologia	143
5.5.2.	Categoria educação básica	144
5.5.3.	Categoria homossexualidade	145
5.5.4.	Categoria os papéis de gênero	145
5.5.5.	Categoria transexualidade	146
5.5.6.	Categoria aborto	146
5.5.7.	Entrevistado 1	147
5.5.8.	Entrevistado 2	152
5.5.9.	Entrevistada 3	164
5.5.10.	Entrevistado 4	168
5.5.11.	Entrevistado 5	173
5.5.12.	Entrevistada 6	177
5.5.13.	Entrevistada 7	180
5.5.14.	Entrevistada 8	182
5.5.15.	Entrevistado 9	185
5.5.16.	Entrevistada 10	187
6.	Conclusão	190
7.	Referências bibliográficas	193
Anexo A	Formulário de identificação da disciplina Laboratório de Ensino I	206
Anexo B	Formulário de identificação da disciplina Sociologia da Educação	208
Anexo C	Questionário sociodemográfico	

Anexo D	Formulário da Pesquisa Neoconservadorismo, Gênero e Sexualidade na Formação Inicial de Professores de Ciências Biológicas	215
Anexo E	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: questionários – alunos	218

Lista de quadros

Quadro 1 –	Elementos utilizados na transcrição de acordo com Lemke, 1997	28
Quadro 2 –	Quatro principais focos no processo da análise textual discursiva (ATD)	29
Quadro 3 –	Resultados das pesquisas das palavras-chaves: Formação de professores de Ciências; Gênero e sexualidade	35
Quadro 4 –	Resultados das pesquisas das palavras-chaves: Licenciatura de Biologia; Gênero e sexualidade	37
Quadro 5 –	Resultados das pesquisas das palavras-chaves: Formação professor; Gênero e Biologia	40
Quadro 6 –	Principais destaques da evolução das leis sobre aborto no Brasil ao longo dos anos de acordo com Boechat (2024)	53
Quadro 7 –	Movimentos no processo educativo na perspectiva dos direitos humanos	69
Quadro 8 –	Bibliografia da disciplina Laboratório de Ensino I do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da FFP-UERJ	77
Quadro 9 –	Perfis dos participantes com tendência conservadora em relação às questões sobre gênero e sexualidade na Educação	108
Quadro 10 –	Perfis dos participantes com tendência conservadora em relação às questões sobre homossexualidade	117
Quadro 11 –	Metas a serem cumpridas pelos países até 2030, de acordo com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 5, elaborado pela ONU	119

Quadro 12 – Metas a serem cumpridas pelos países até 2030, de acordo com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 4 elaborado pela ONU	120
Quadro 13 – Quantidade e perfis dos participantes com tendência conservadora em relação às questões sobre papéis de gênero	128
Quadro 14 – Perfis dos participantes com tendência conservadora em relação às questões sobre transexualidade	135
Quadro 15 – Perfil dos participantes com tendência conservadora em relação ao aborto	140
Quadro 16 – Análise das categorias do entrevistado 1	147
Quadro 17 – Análise das categorias do entrevistado 2	153
Quadro 18 – Análise das categorias da entrevistada 3	164
Quadro 19 – Análise das categorias do entrevistado 4	169
Quadro 20 – Análise das categorias da entrevistada 5	173
Quadro 21 – Análise das categorias da entrevistada 6	177
Quadro 22 – Análise das categorias da entrevistada 7	181
Quadro 23 – Análise das categorias da entrevistada 8	182
Quadro 24 – Análise das categorias do entrevistado 9	185
Quadro 25 – Análise das categorias da entrevistada 10	187

Lista de tabelas

Tabela 1 –	População total e grupos religiosos	24
Tabela 2 –	Período da graduação em Ciências Biológicas dos participantes	80
Tabela 3 –	Gênero e sexualidade dos participantes	81
Tabela 4 –	Municípios onde moram os participantes	82
Tabela 5 –	Bairros onde moram os participantes	82
Tabela 6 –	Faixa etária dos participantes	84
Tabela 7 –	Raça dos participantes	85
Tabela 8 –	Nível socioeconômico dos participantes	85
Tabela 9 –	Renda mensal total dos moradores da mesma casa	87
Tabela 10 –	Escolaridade da mãe dos participantes	87
Tabela 11 –	Escolaridade do pai dos participantes	88
Tabela 12 –	Tipos de escola em que os participantes estudaram	89
Tabela 13 –	Frequência com que vão a um templo religioso	90
Tabela 14 –	Frequência com que realizam atividades religiosas	90
Tabela 15 –	Quantidade de participantes que sentem a presença divina	91
Tabela 16 –	Quantidade de participantes cuja religião norteia a maneira de viver	91
Tabela 17 –	Quantidade de participantes que se esforçam para viver a religião em todos os aspectos da vida	92
Tabela 18 –	Quantidade de participantes cujas crenças religiosas influenciam na concepção de gênero e sexualidade	92
Tabela 19 –	Religiosidade dos participantes	93
Tabela 20 –	Instituição religiosa dos participantes	93
Tabela 21 –	Função religiosa dos participantes	95
Tabela 22 –	Quantidade de participantes que frequentam outra instituição religiosa, além da sua	96
Tabela 23 –	Gênero dos alunos moradores de São Gonçalo	97

Tabela 24 – Gênero dos alunos moradores de outras localidades	97
Tabela 25 – Sexualidade dos alunos moradores de São Gonçalo	98
Tabela 26 – Sexualidade dos alunos moradores de outras localidades	98
Tabela 27 – Religião dos alunos moradores de São Gonçalo	100
Tabela 28 – Religião dos alunos moradores de outras localidades	100
Tabela 29 – Questões sobre gênero e sexualidade na Educação	104
Tabela 30 – Questões envolvendo a homossexualidade	110
Tabela 31 – Questões envolvendo papéis de gênero	122
Tabela 32 – Questões envolvendo transexualidade	130
Tabela 33 – Questões envolvendo o aborto	138

Lista de abreviaturas e siglas

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
C. A. BIO	Centro Acadêmico de Biologia
CEAAL	Conselho de Educação de Adultos da América Latina
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNE	Conselho Nacional de Educação
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ESP	Escola Sem Partido
FFP	Faculdade de Formação de Professores
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIDH	Instituto Internacional de Direitos Humanos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Quer, Intersexual, Assexual e outras identidades e orientações.
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNEDH	Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos
PSC	Partido Social Cristão
PT	Partido dos Trabalhadores
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

1

Introdução e justificativa

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a concepção de professores de Ciências Biológicas sobre questões envolvendo gênero e sexualidade no contexto educacional, tendo como contexto o avanço do chamado novo conservadorismo brasileiro (Lacerda, 2019) ao longo das últimas décadas em nosso país. Para isso, investigam-se as concepções de estudantes do curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Formação de professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), em São Gonçalo, município com alto crescimento de igrejas cristãs, acerca dessas temáticas. Para realizar estas investigações, utilizei como perspectiva a educação em direitos humanos.

Para realizar este estudo, minha principal motivação era o fato de ter me graduado em Ciências Biológicas na FFP/UERJ. No período do curso — entre 2005 e 2011 —, tive pouquíssimo contato com temas relacionados à diversidade e aos direitos humanos.

Além disso, observava que, durante as aulas, discordar das ideias bíblicas de alguns alunos cristãos era “travar uma guerra” com eles, principalmente nas aulas de Filosofia da Ciência e Evolução. Seus argumentos contra o que o professor ensinava eram sempre pautados no pensamento religioso cristão e nunca na lógica científica. Mais à frente, quando do governo de Jair Bolsonaro à frente do Executivo brasileiro, foi possível notar que tal postura também estava presente em certas ações de sua gestão, em que grande parte da política estava baseada em um pensamento anticientífico (Marques, 2019).

Conforme fui adquirindo conhecimento, algumas reflexões acerca do comportamento dos alunos cristãos na graduação foram reaparecendo, pois, em 2018, a cultura alastrada durante o governo Bolsonaro se aproximava bastante dessas condutas observadas no passado. Desse modo, alguns questionamentos sobre o curso de Biologia foram surgindo e me levavam a indagar se os atuais alunos da instituição ainda reproduzem esse discurso religioso. Desejava saber como estaria o ambiente atualmente, já que passamos por um período dominado pela extrema-direita e sua postura anticiência.

Além disso, estava mobilizada pelo fato de ter cursado o mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação, de 2017 até 2019 — no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), no campus

Maracanã —, cuja dissertação resultante da pesquisa se baseou em entrevistas com três professores de ciências que declararam abordar a temática de gênero e sexualidade na sala de aula.

A análise dessas entrevistas individuais indicou que os docentes buscavam relacionar o conteúdo de ciências com gênero, sexualidade e o contexto social dos alunos. Também ficou evidente que não há como silenciar debates sobre gênero e sexualidade na sala de aula, pois muitos dos questionamentos partem da curiosidade dos próprios alunos.

Foi destacado também que a família, a escola e os próprios professores podem expressar resistência aos debates acerca do tema. Nesse aspecto, a falta de informação dos professores sobre gênero e sexualidade pode ser um obstáculo para a realização de práticas docentes envolvendo os temas. Diante dessas informações, me questionei qual seria a concepção dos alunos do curso de Ciências Biológicas da FFP/UERJ, já que terão que lidar com essas temáticas em sala de aula ao longo de suas vidas profissionais. Também indagava se o curso de Ciências Biológicas conseguiria oferecer aos futuros professores subsídios curriculares sobre gênero e sexualidade suficientes para que possam lidar com as dinâmicas que ocorrem na sala de aula.

Pesquisas em Ciências Biológicas são de extrema importância, devido ao potencial significativo que os professores da disciplina têm na disseminação de valores pautados nos direitos humanos, uma vez que abordam conteúdos sobre anatomia, fisiologia, embriologia, reprodução e diversos temas sobre o corpo humano, que envolvem questões ligadas a gênero e sexualidade. Apesar de muitos professores acharem que essa temática não pertence ao conteúdo das Ciências Biológicas, mas apenas das Ciências Humanas, entendo que os professores de Ciências Biológicas podem ter papel central na disseminação de valores democráticos. É importante sublinhar que muitos docentes que tentam desenvolver abordagens diferentes nessa área são injustamente acusados de “falar sobre política na escola” ou de serem “doutrinadores”, com que se alimenta a falsa ideia de neutralidade da escola.

Além disso, recente pesquisa de Henriques et al. (2022) aponta que muitos licenciandos de Ciências Biológicas são fortemente influenciados por crescentes grupos religiosos conservadores, especialmente aqueles vindos das camadas populares, carregando visões de mundo totalizantes em diferentes áreas, da sexualidade à diversidade biológica dos seres vivos.

A FFP/UERJ foi pensada como campo de pesquisa principalmente por se tratar de uma universidade que está inserida em São Gonçalo, município com

grande presença de igrejas pentecostais, algo que discutiremos mais adiante. Diante desse contexto, nos perguntamos também se os licenciandos de Ciências Biológicas, por estarem inseridos em uma localidade de grande engajamento cristão, têm concepções sobre gênero e sexualidade impregnadas de valores morais religiosos conservadores. Entendo ser essa uma possibilidade porque a concepção dos sujeitos sobre a realidade pode ser influenciada pelo contexto social em que vivem.

Nas pesquisas sobre o que pensam alunos, professores e outros atores educacionais, uma grande diversidade de termos tem sido utilizada para se referir às representações mentais. Matos e Jardimino (2016) analisaram os termos concepção, percepção, representação e crença, utilizando artigos, livros e dicionários especializados. Apesar de todos os termos informarem a maneira como os sujeitos percebem, avaliam e agem com relação ao fenômeno pesquisado, o conceito mais adequado para esta pesquisa é o de “concepção” por se tratar de “sistemas complexos de explicação” e “rede complexa de ideias, conceitos, representações e preconceitos”. Entendo que as concepções são moldadas pela subjetividade¹, pois cada indivíduo constrói suas concepções a partir de suas experiências e contextos sociais. Sendo assim, a subjetividade influencia diretamente as concepções que formamos.

A partir da lógica de que as concepções são influenciadas pelas subjetividades e estas pelo seu contexto social, trabalho com a hipótese de que a vivência do indivíduo em um município altamente cristão e o período de ascensão do neoconservadorismo vivido no país podem influenciar na visão de mundo dos sujeitos da pesquisa, fazendo com que tenham uma concepção conservadora² sobre gênero e sexualidade. Porém, os indivíduos podem ser influenciados por outros contextos, como, por exemplo, a própria universidade, e, a partir disso, tenham pensamentos progressistas, alinhados à defesa dos direitos humanos.

Compreendemos o pensamento conservador como uma contradição aos valores pautados nos direitos humanos. Essa forma de enxergar as pautas sobre diversidade são impregnadas de preconceitos e trazem duras consequências para

¹ Refere-se a formas complexas em que o psicológico se organiza e funciona nos indivíduos constituídas por questões econômicas, culturais, políticas e sociais (Torres; Silva; Batista, 2020)

² Defesa da manutenção de valores tradicionais em relação à cultura, religião, economia e à sociedade.

a sociedade, como o machismo, a homofobia, a transfobia, o feminicídio³ e outras temáticas de que falaremos adiante.

Diariamente, as pessoas sofrem opressões por não fazerem parte do padrão hegemônico⁴ estabelecido através da cultura pela nossa sociedade e grupos neoconservadores vêm tentando, de diversas formas, violar os direitos humanos com ações políticas e individuais ao longo dos anos. Para que essas ações sejam combatidas, devemos defender o papel transformador da escola, em busca de priorizar uma formação de estudantes que valorizem e respeitem as diferenças. Para isso, é necessário que professores se desarmem de argumentos conservadores e abordem temáticas relacionadas à diversidade livre de preconceitos em sala de aula, tendo como base principal de suas ações pedagógicas os direitos humanos.

Nesse sentido, por compreendermos que há necessidade de uma educação que estime a justiça social, esta pesquisa trabalhará com a perspectiva de Educação em Direitos Humanos (Candau et al., 2013). A concepção de educação de direitos humanos desta pesquisa se baseia em um processo educativo que visa a promover a compreensão e a valorização dos direitos humanos, buscando formar cidadãos críticos e conscientes de seus direitos. Essa abordagem enfatiza a importância do respeito à dignidade humana, da diversidade e da justiça social, integrando tais princípios ao currículo escolar e às práticas pedagógicas.

Convém ressaltar que o intuito aqui não é apontar julgamentos, reforçar parâmetros de verdade, nem levantar denúncias e acusações, mas problematizar as concepções dos futuros professores diante dos temas que serão debatidos. Para isso, a pesquisa está dividida em seis capítulos. O primeiro, além de introduzir o estudo, trata dos seus objetivos; o segundo trata do caminho metodológico e o terceiro, do referencial teórico, que abrange duas temáticas principais: a ascensão do neoconservadorismo, situando o contexto político e social brasileiro articulado aos temas de gênero, sexualidade e educação e a articulação entre ciências biológicas, gênero, sexualidade e educação em direitos humanos. No quarto capítulo, abordam-se os resultados dos questionários e das entrevistas. O quinto capítulo é dedicado às análises dos dados e o sexto capítulo, às considerações finais e conclusões da pesquisa.

Norteiam esta pesquisa as seguintes perguntas:

³ Designação própria para se referir ao assassinato de mulheres em contextos marcados pela desigualdade de gênero.

⁴ Conceito que se refere à liderança ou domínio de um grupo, nação ou ideologia sobre outros grupos.

- 1) Qual a concepção dos alunos da FFP/UERJ sobre gênero e sexualidade?
- 2) Esses alunos reproduzem argumentos religiosos conservadores em relação à temática de gênero e sexualidade?
- 3) A religião dos alunos influencia na sua concepção sobre gênero e sexualidade?
- 4) Os estudantes têm concepções sobre gênero e sexualidade alinhadas a uma educação em direitos humanos?

A partir das perguntas norteadoras elencadas, foram traçados os objetivos que se seguem.

1.1

Objetivos

Objetivo Geral:

- investigar as concepções de alunos de um curso de licenciatura de Ciências Biológicas sobre temas envolvendo gênero e sexualidade em contexto de ascensão do conservadorismo no Brasil.

Objetivos Específicos:

- analisar as concepções de licenciandos do curso de licenciatura de Ciências Biológicas da FFP/UERJ sobre temas envolvendo gênero e sexualidade;
- analisar se os alunos do curso de Ciências Biológicas da FFP/UERJ reproduzem argumentos religiosos conservadores em relação à temática de gênero e sexualidade;
- identificar se a religião dos alunos da licenciatura de Ciências Biológicas da FFP/UERJ tem influência em sua concepção sobre gênero e sexualidade;
- identificar se os alunos do curso de Ciências Biológicas da FFP/UERJ têm concepções sobre gênero e sexualidade alinhadas a uma educação em direitos humanos.

2 Procedimentos metodológicos

A pesquisa está baseada em uma abordagem quanti-quali, pretendendo explorar de forma aprofundada as concepções dos participantes. Foram utilizados diferentes métodos de coleta de dados de modo que o cruzamento e a triangulação de fontes diversas permitissem uma análise mais rigorosa e consistente do que seria possível se um único método fosse utilizado.

Inicialmente, empreende-se uma análise de ementas e materiais relacionados às disciplinas do curso de Ciências Biológicas da FFP/UERJ que permitam uma discussão de gênero e sexualidade; posteriormente, serão desenvolvidas as seguintes estratégias metodológicas:

- a) questionários *online* destinados aos estudantes do curso;
- b) entrevistas com parte dos estudantes que responderam aos questionários.

2.1

O campo da pesquisa: a cidade de São Gonçalo e a FFP/UERJ

Como esta pesquisa tem por campo uma instituição localizada no município de São Gonçalo, serão destacados alguns dados importantes para este trabalho. Com base nos dados do censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve crescimento pentecostal na década anterior à publicação do censo em praticamente todo o país (Jacob; Hess; Waniez, 2013).

Tabela 1 – População total e grupos religiosos

Anos	Católicos	Evangélicos de missão	Evangélicos pentecostais	Evangélicos não determinados	Outros	Sem religião
1980	89,0%	3,4%	3,2%	-	2,8%	1,6%
1991	83,3%	3,0%	5,6%	0,4%	3,0%	4,7%
2000	73,6%	4,1%	10,4%	0,3%	4,3%	7,4%
2010	65,0%	4,0%	13,3%	4,8%	4,8%	8,0%

Fonte: Jacob ; Hees ; Waniez. (2013, p. 10).

Os dados evidenciam que o país está passando por uma grande mudança no seu perfil de filiações religiosas. Alves et al. (2017) constataram que, entre 2000 e 2010, pela primeira vez, caiu o número absoluto de católicos. No meio urbano, houve crescimento absoluto, mas redução relativa, enquanto no meio rural a baixa

ocorreu em termos absolutos e relativos. Já os evangélicos tiveram crescimento absoluto e relativo tanto nas áreas urbanas como nas rurais. Dessa forma, a razão entre evangélicos e católicos no Brasil passou de 10,8% em 1991 para 21% em 2000 e 34,3% em 2010.

A população do município de São Gonçalo, localizado na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, era, conforme o censo de 2010, de 999.728 pessoas, cuja taxa de escolarização é de 96,7% entre os jovens de 6 a 14 anos. São Gonçalo é apontada pelo IBGE (2010) como a 23ª cidade com maior índice de pobreza do estado. É considerada uma cidade com alto índice de cristãos, sendo, aproximadamente, 32,54% da população composta por evangélicos e 46,5 %, por católicos apostólicos romanos, valores que estão acima dos percentuais nacionais no caso dos evangélicos, e abaixo, no caso dos católicos. São Gonçalo está na 14ª posição no que diz respeito à quantidade de evangélicos entre todas as cidades do Brasil e na 22ª posição na lista de maiores cidades com incidência católica apostólica romana no país, segundo o censo de 2010 do IBGE. O mesmo censo também demonstra que São Gonçalo é o segundo município com o maior número de evangélicos do estado do Rio de Janeiro, perdendo apenas para o município do Rio de Janeiro.

Quanto à faculdade campo da pesquisa, seu site explica que a instituição é especializada na formação de professores, oferecendo sete cursos de licenciatura plena, nove cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização), nove cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado — quatro acadêmicos e três profissionais — e dois cursos *stricto sensu* em nível de doutorado. É única unidade de uma universidade pública ali localizada, atendendo cerca de 2500 alunos de graduação oriundos de municípios da região metropolitana e do interior do Rio de Janeiro, inscritos nos cursos de licenciatura em Pedagogia, História, Geografia, Matemática, Letras (Português/Literatura e Português/Inglês) e Biologia. Seu projeto político-pedagógico se apoia na articulação técnico científica sobre a realidade educacional, social, ambiental e cultural, sobretudo no leste metropolitano do Rio de Janeiro.

2.2

Elaboração e aplicação dos questionários

A construção do questionário ocorreu em diferentes etapas. Primeiramente, as questões relacionadas ao perfil sociodemográfico foram desenvolvidas a partir da adaptação de questionários do Sistema de Avaliação da Educação Básica

(SAEB), do Censo da Educação Superior e da tese de doutorado de Teixeira (2016). As questões relacionadas às temáticas de gênero e sexualidade foram elaboradas especificamente para esta pesquisa, tendo em vista questões tratadas pela literatura de referência e discursos presentes no senso comum, em falas de lideranças religiosas e em redes sociais.

Foram elencados para esta análise temas com potencial para problematizar as relações de poder entre homens e mulheres, pessoas cis e trans, heterossexuais e homossexuais, vistos como uma lacuna nas aulas de Ciências e nos livros didáticos (Reis; Duarte; Sá-Silva, 2019). Este trabalho defende que a utilização de discussões acerca de gênero e sexualidade no ensino de Ciências Biológicas funciona como uma estratégia de enfrentamento às pautas neoconservadoras no campo educacional, as quais tentam limitar o desenvolvimento do pensamento crítico de alunos.

Interessa-nos como recorte de investigação as concepções de futuros docentes de Ciências Biológicas sobre temáticas em disputa no campo político referentes a gênero e sexualidade, tais como o direito ao aborto, a adoção de crianças por casais homoafetivos e o preconceito com pessoas trans. A abordagem de temáticas sobre grupos que sofrem com preconceitos e desigualdades na formação docente de Ciências Biológicas tem o intuito de contribuir para uma formação crítica dos graduandos, de modo que, futuramente, esses docentes não se atenham apenas a conteúdos puramente biológicos, abrindo espaço para reflexões sobre o enfrentamento das desigualdades encontradas na sociedade.

A partir de sugestões indicadas pela banca do primeiro exame de qualificação deste estudo, algumas perguntas dos questionários foram refeitas enviadas para duas especialistas independentes para validação de face. Após ajustes a partir dessas sugestões, foi efetuado um pré-teste com estudantes de licenciatura em Biologia de outra universidade pública, a fim de alcançar um grupo semelhante ao pretendido por esta pesquisa. Foram distribuídos vários papéis com QR codes que levavam os participantes ao questionário virtual. Os participantes não demonstraram dificuldade de compreender a linguagem do questionário e todos conseguiram responder. Assim, passamos à sua aplicação entre os estudantes da FFP/UERJ.

Na ocasião da aplicação dos questionários na instituição, foram distribuídos na universidade, durante quatro dias, flyers com um breve convite para participar da pesquisa e um QR Code que levava o participante ao Google Forms para responder ao questionário virtualmente. Fizemos contato com alguns alunos do

Centro Acadêmico, que gentilmente encaminharam para grupos de alunos do curso um link, que, através do WhatsApp, levava o participante ao questionário no Google Forms. Com o mesmo objetivo. Dialoguei com professores e a coordenação do curso de Biologia para que pudessem encaminhar para os seus contatos o link com o convite para responder ao questionário. Foram alcançados 47 respondentes no total.

2.3

Entrevistas

Por entender que algumas questões trabalhadas nos questionários poderiam gerar resultados que demandassem melhor entendimento ou que poderiam ser especialmente interessantes para serem investigadas com a interação com os entrevistados, a segunda etapa desta pesquisa partiu de com os licenciandos.

A intenção inicial era realizar uma seleção prévia de alunos alinhados aos elementos que caracterizam pensamentos com valores religiosos conservadores, porém a quantidade de alunos que retornaram ao contato via e-mail não foi suficiente para cumprir esse objetivo. Por isso, tentei contato por e-mail com todos os alunos que responderam ao questionário virtual e entrevistei quem respondeu aos e-mails. Foram feitas entrevistas com dez participantes no total.

A coleta de dados para a elaboração desta etapa da pesquisa aconteceu através de entrevista semiestruturada, tendo como base as perguntas do questionário virtual respondido pelo participante. A entrevista foi áudio-gravada, transcrita e transformada em dados relacionados às perguntas de pesquisa.

A entrevista semiestruturada permite que o entrevistado responda de uma forma mais livre, pois as respostas não estão condicionadas a uma padronização (Manzini, 2004). Nesta categoria de entrevista, podemos coletar informações básicas e nos aprofundar nas informações dadas pelos sujeitos da pesquisa com a finalidade de chegar a uma determinada informação, a qual ficaria difícil somente com a observação.

[...] a entrevista é indicada para buscar informações sobre opinião, concepções, expectativas, percepções sobre objetos ou fatos ou ainda para complementar informações sobre fatos ocorridos que não puderam ser observados pelo pesquisador, como acontecimentos históricos ou em pesquisa sobre história de vida, sempre lembrando que as informações coletadas são versões sobre fatos ou acontecimentos (Manzini, 2004, p. 4).

Por ter caráter dialógico, a entrevista permite que pesquisador e entrevistado interajam, favorecendo a troca entre os pares, beneficiando a ampliação das perguntas realizadas, de acordo com as informações dadas pelo entrevistado. Para Ludke e André (1986):

De início, é importante atentar para o caráter de interação que permeia a entrevista. Mais do que outros instrumentos de pesquisa que em geral estabelecem uma relação hierárquica entre o pesquisador e o pesquisado, como na observação unidirecional, por exemplo, ou na aplicação de questionários ou de técnicas projetivas, na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde (Ludke; André, 1986, p. 33).

Após a gravação das entrevistas, realizamos o processo de transcrição para que pudéssemos analisá-las conforme a metodologia de Moraes e Galiazzi (2016). Fazer a transcrição significa realizar a transposição de informações orais da entrevista em informações escritas, o que pode ser um dos grandes desafios das pesquisas que envolvem entrevistas semiestruturadas, como pontuam Ludke e André (1986).

Para o desenvolvimento da transcrição, foi empreendida a metodologia proposta por Lemke (1997). Para ilustrar o método criado pelo autor, foi elaborado um quadro com alguns itens empregados no material transcrito.

Quadro 1 – Elementos utilizados na transcrição de acordo com Lemke, 1997

1	Vírgulas são utilizadas para indicar breves pausas no discurso
2	Para indicar pausas de até um segundo foram utilizadas as reticências
3	Para as pausas de mais de um segundo foram utilizados os colchetes para indicar o tempo de parada.
4	A expressão verbal mais acentuada, geralmente marcada pela entonação da voz, é indicada pela escrita em negrito.
5	Quando há sobreposição de vozes no diálogo, esses são sinalizados pelo deslocamento da segunda fala mais para a direita.

Fonte: Lemke (1997).

2.3.1 Análise dos dados qualitativos

Com relação aos dados qualitativos, as entrevistas foram analisadas por meio da estratégia da análise textual discursiva (ATD) (Moraes; Galiazzi, 2016), explorando temáticas definidas a partir da literatura e dos objetivos de pesquisa, mas também com atenção nas ideias e temas que emergiram das falas dos interlocutores. As análises têm embasamento no arcabouço teórico que envolve neoconservadorismo, gênero, sexualidade e educação em direitos humanos para serem categorizadas conforme os autores.

Para a análise dos dados, também foi utilizado o processo de categorização da ATD, conforme Moraes e Galiazzi (2016). A escolha pela categorização me permitiu analisar os discursos dos sujeitos, promovendo o arranjo de novas compreensões sobre o que foi indagado em relação ao que pretendia investigar. O princípio básico da ATD se baseia nos processos de construir e desconstruir, ordenar e desordenar, os quais são responsáveis pelo surgimento de novos sentidos, vozes e compreensões do texto (Oliveira, 2017). Nessa perspectiva, a ATD tem quatro focos, em que os três primeiros formam um ciclo, conforme descrito do quadro 2.

Quadro 2 – Quatro principais focos no processo da análise textual discursiva (ATD)

1- Desmontagem dos textos	Também denominado de processo de unitarização, implica examinar textos em seus detalhes, fragmentando-os no sentido de produzir unidades constituintes, enunciados referentes aos fenômenos estudados. A prática da unitarização pode ser concretizada em três momentos: a) fragmentação dos textos e codificação de cada unidade; b) reescrita de cada unidade de modo que assuma um significado, o mais completo possível em si mesma; c) atribuição de um nome ou título para cada unidade assim produzida.
---------------------------	--

2- Estabelecimento de relações	O processo denominado de categorização envolve construir relações entre as unidades de base, combinando-as e classificando-as, reunindo esses elementos unitários na formação de conjuntos que congregam elementos próximos, resultando daí sistemas de categorias. As categorias na ATD podem ser produzidas por intermédio de diferentes métodos. a) Dedutivo: implica construir categorias antes mesmo de examinar o <i>corpus</i>. As categorias são deduzidas das teorias que servem de fundamento para a pesquisa. [...] Esses agrupamentos constituem as categorias <i>a priori</i>. b) Indutivo: implica produzir categorias a partir das unidades de análise construídas desde o <i>corpus</i>. [...] Este é um processo indutivo, de caminhar do particular ao geral, resultando no que se denomina categorias emergentes.
3- Captação do novo emergente	A intensa impregnação nos materiais da análise desencadeada nos dois focos anteriores possibilita a emergência de uma compreensão renovada do todo. O investimento na comunicação dessa compreensão,

	assim como de sua crítica e validação, constitui o último elemento do ciclo de análise proposto. O metatexto resultante desse processo representa um esforço de explicitar a compreensão que se apresenta como produto de uma combinação dos elementos construídos ao longo dos passos anteriores.
4- Um processo auto-organizado	O ciclo de análise, ainda que composto de elementos racionalizados e em certa medida planejados, em seu todo, pode ser compreendido como um processo auto-organizado do qual emergem as compreensões. Os resultados finais, criativos e originais, não podem ser previstos. Mesmo assim, é essencial o esforço de preparação e impregnação para que a emergência possa concretizar-se.

Fonte: Moraes; Galiuzzi (2016).

Em relação ao estabelecimento de relações, a categorização de forma indutiva ou dedutiva pode também ser combinada. Portanto, podemos compreender que na ATD, o processo de escrita tem duas funções que se complementam: a participação na produção das compreensões e a comunicação cada vez mais válida e consistente. (Moraes; Galiuzzi, 2016)

Além dos métodos supracitados, o método denominado intuitivo, o qual “exige integrar-se num processo de auto-organização em que, a partir de um conjunto complexo de elementos de partida, emerge uma nova ordem” (Moraes; Galiuzzi, 2016) também pode ser útil. Além disso,

O processo intuitivo pretende superar a racionalidade linear que está implícita tanto no método dedutivo quanto no indutivo e defende que as categorias tenham sentido a partir do fenômeno focalizado como um todo. As categorias produzidas por intuição originam-se de inspirações repentinas, *insights* que se apresenta ao pesquisador a partir de uma intensa impregnação nos dados relacionados aos

fenômenos. Representam aprendizagens auto-organizadas que são possibilitadas ao pesquisador com base em seu envolvimento intenso com o fenômeno investigado (Moraes; Galiuzzi, 2016, p. 46.).

Compreendemos, portanto, que a categorização necessita apresentar relações com o objeto de estudo, sendo esse o maior desafio da ATD, utilizando categorias como modo de focalizar o todo por meio das partes (Moraes; Galiuzzi, 2016).

Ainda que a metodologia da análise textual, possa auxiliar a emergência da compreensão dos fenômenos estudados, os novos insights e teorizações não são construídos a partir de uma racionalidade linear, mas emergem por auto-organização a partir de uma impregnação intensa com os dados e informações do corpus analisado (Moraes, 2003).

Sendo assim, para Moraes (2003), a análise textual qualitativa pode ser entendida como um procedimento auto-organizado, compondo novas significações em relação aos objetos de estudo. Cabe esclarecer que toda leitura do texto é uma interpretação, não havendo possibilidade de uma leitura neutra e objetiva (Oliveira, 2017).

2.4

Ética em pesquisa

A pesquisa seguiu as normas e orientações éticas demandadas pela Câmara de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC-Rio e da FFP/UERJ, fazendo uso de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual foram ressaltados os riscos mínimos e benefícios e reconhecida a possibilidade de recusa à participação ou interrupção em qualquer momento do estudo (anexo E). À medida que se pensa no valor da ética em pesquisa, para além de aspectos de regulamentação e normatização, são notados três níveis de ética: ética das normas, de princípios e de relação (Santos, 2017), necessários para uma reflexão aprofundada que deve ser trabalhada em toda a formação dos pesquisadores (Mainardes, 2017).

Foram analisados e considerados cuidadosamente os riscos de constrangimento na pesquisa com seres humanos. Nesta pesquisa, as abordagens para entendimento das concepções dos participantes sobre questões ligadas ao tema de gênero, sexualidade e conservadorismo poderiam gerar risco de constrangimento. Assim, a pesquisa foi conduzida de forma a minimizar os

riscos e garantir respeito à vontade dos participantes de continuar respondendo o questionário, garantia constante no TCLE.

Em um primeiro momento, foram aplicados questionários virtuais destinados aos estudantes matriculados no curso de Ciências Biológicas da FFP/UERJ (anexos C e D). Os questionários tinham a identificação do aluno e foram divididos em duas partes, a primeira com questões sociodemográficas e a outra, com questões para conhecimento das concepções sobre o tema desta pesquisa. O conhecimento da identidade dos alunos é restrito à pesquisadora que, posteriormente, selecionaria parte dos participantes para as entrevistas. O número aproximado de respondentes do questionário foi calculado de acordo com a quantidade de alunos que se dispuseram a participar da pesquisa. Os questionários foram identificados para que fosse possível a comunicação posterior com os respondentes, mas essa informação é sigilosa e não é revelada na tese.

O sigilo, então, é garantido pela pesquisadora no TCLE, documento que também dá condições ao participante voluntário de tomar sua decisão de anuência à pesquisa a partir da explicação da proposta, como já ficou claro. Poderia haver risco de constrangimento na participação dos questionários, pois a pesquisa aborda temas sensíveis sobre sexualidade e gênero, que podem ser considerados tabu por uma parcela da sociedade. O participante pôde se sentir confortável para não responder a qualquer pergunta que possa fazê-lo se sentir constrangido a qualquer momento. Os interlocutores não tiveram nenhum tipo de recompensa ou gasto com a pesquisa e foram informados sobre isso. A participação na pesquisa traz benefícios no sentido de ampliar reflexões e conhecimentos sobre a temática da pesquisa.

Em um segundo momento, entrevistas individuais foram realizadas com os alunos que manifestaram vontade de participar da pesquisa. Sobre os riscos e benefícios desta etapa, novamente o participante poderia ficar constrangido ou desconfortável ao dialogar sobre esses temas, porém seria poder se recusar a participar a qualquer momento. Do mesmo modo, os participantes não tiveram nenhum tipo de recompensa ou gasto com essa etapa da pesquisa e poderiam pedir à pesquisadora, a qualquer momento, a transcrição da entrevista de que participou e solicitar que parte de sua fala seja retirada da pesquisa.

Ressalto ainda a garantia do sigilo e da confidencialidade dos dados obtidos, os quais ficarão armazenados pelo prazo de cinco anos, sob responsabilidade do coordenador da pesquisa (professor doutor Pedro Pinheiro Teixeira, cujo e-mail é pedro.teixeira@puc-rio.br). Os dados serão utilizados unicamente na presente pesquisa, cujos resultados poderão ser acessados no texto final da tese aqui

proposta, a ser disponibilizado no site da PUC-Rio, em seu acervo de teses e dissertações (<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/>).

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa que não sejam sanadas pela pesquisadora e pelo orientador poderá haver consulta à Câmara de Ética em Pesquisa, cuja atribuição é avaliar eticamente os projetos de pesquisa de professores, pesquisadores e discentes da universidade, quando solicitada. A Câmara de Ética em Pesquisa se localiza na Rua Marquês de São Vicente 225, Edifício Kennedy, 2º. andar. Gávea, 22453-900. Rio de Janeiro, RJ- Tel. (21) 3527-1618.

3

Revisão bibliográfica

No início da construção desta pesquisa, seu projeto era voltado para a formação de professores de Biologia, gênero e sexualidade. Todavia, conforme os trabalhos de campo, dados e análises avançaram, percebi pesquisava, na verdade, as concepções dos licenciandos do curso de Biologia, não a sua formação propriamente dita. A formação de professores está presente na análise do estudo, mas não é, necessariamente, seu foco. Porém, a revisão bibliográfica trouxe resultados importantes para uma comparação posterior com os próprios resultados.

Para efetuar a revisão bibliográfica desta temática, foram realizadas buscas através do site da biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), vinculada à base de dados EBSCO.⁵ Primeiramente, foi utilizada a expressão “formação de professores de ciências”, adicionando as palavras-chaves “sexualidade” e “gênero”, para que o foco do tema das publicações nesta área fosse encontrado. Foram pesquisados artigos de periódicos científicos acadêmicos, teses e dissertações dos 5 últimos anos (2017- 2021), revisados por especialistas. Os expansores de busca “palavras relacionadas”, “assuntos equivalentes” e “buscar também no texto completo dos artigos” foram ativados. Assim, foram encontrados 13 resultados. Após a verificação de pertinência ao tema de cada texto, foram encontrados apenas dois resultados pertinentes, conforme o quadro 3.

Quadro 3 – Resultados das pesquisas das palavras-chaves: Formação de professores de Ciências; Gênero e sexualidade

ANO	AUTORES	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	LINK
2019	COELHO, Yuri Cavaleiro de Macêdo; SINAIDA,	Orientação sexual escolar e a formação de professores de ciências: da individualidade à	“formação de professores de ciências” e “sexualidade” / “gênero”	https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/download

⁵ Plataforma de pesquisas *online*.

ANO	AUTORES	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	LINK
	Maria Vasconcelos	reflexão da prática docente.		d/51615/34006
2020	VITOR, Matheus; MAISTRO, Virgínia Iara de Andrade; ZÔMPERO, Andréia de Freitas	Educação para a sexualidade e formação inicial docente: uma investigação nos currículos de licenciatura em Ciências Biológicas.	Formação de professores de Ciências e “sexualidade” / “gênero”	https://www.if.ufrgs.br/cref/online/index.php/index/article/view/1588

Fonte: Elaboração própria (2025).

Coelho e Vasconcelos (2019) promoveram uma articulação didática entre as percepções, vivências e perspectivas relacionadas à sexualidade na formação individual de futuros professores de Ciências. Os dados da pesquisa possibilitaram identificar equívocos na concepção de práticas educacionais que têm o objetivo de trabalhar a sexualidade na escola, mostrando que se deve atribuir maior importância à reflexão da sexualidade durante o período de formação desses profissionais. Além disso, apontam também que o processo de formação docente como orientador sexual ainda é deficitário, pois os debates em torno dessas temáticas são pouco presentes no currículo tradicional e/ou, muitas vezes, discutidas sob uma perspectiva que distancia a dimensão humana, dialógica, moral e cultural, intrínsecas à sexualidade.

Vitor, Maistro e Zômpero (2020) promoveram um estudo em cursos de licenciatura em Ciências Biológicas da rede pública estadual do Paraná, no qual foi possível constatar que as temáticas voltadas para os estudos da sexualidade estão sendo incluídos na formação dos licenciandos do curso de forma heterogênea, entre assuntos voltados aos estudos biológicos e sociais, em representatividades desproporcionais, quando se comparam os cursos. Pode-se observar também que as instituições de ensino analisadas na pesquisa ainda apresentam uma certa resistência quanto à inclusão das temáticas da sexualidade em seus currículos e, quando isto ocorre, os assuntos direcionados à área biológica ganham maior destaque, quando comparados a outros temas ligados ao afetivo ou social.

Quadro 4 – Resultados das pesquisas das palavras-chaves: Licenciatura de Biologia; Gênero e sexualidade

ANO	AUTORES	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	LINK
2018	ROSSAROLA, Juliana Negrello et al.	A formação de educadores sexuais na licenciatura em ciências biológicas do IFRO – campus Colorado do Oeste/RO	“licenciatura de biologia” e “gênero” e “sexualidade”	https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11153
2018	OROZCO MARÍN, Yonier Alexander.	Reflexões sobre o lugar das questões de gênero e sexualidade na formação do professor de biologia, em uma perspectiva decolonial	“licenciatura de biologia” e “gênero” e “sexualidade”	https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/TED/article/view/9153
2019	COELHO, Yuri Cavaleiro de Macêdo; VASCONCELOS, Sinaida Maria.	Orientação sexual escolar e a formação de professores de ciências: da individualidade à reflexão da prática docente	“licenciatura de biologia” e “gênero” e “sexualidade”	https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/download/51615/34006
2019	KRUL, Alexandre José et al.	Corpo, gênero e sexualidade: na formação inicial de professores de ciências biológicas	“licenciatura de biologia” e “gênero” e “sexualidade”	https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/biografia/article/view/11063

2020	VITOR, Matheus; MAISTRO, Virgínia Iara de Andrade; ZÔMPERO, Andréia de Freitas.	Educação para a sexualidade e formação inicial docente: uma investigação nos currículos de licenciatura em ciências biológicas	“licenciatura de biologia” e “gênero” e “sexualidade”	https://www.if.ufrgs.br/cref/online/index.php/jenci/article/view/1588
------	---	---	--	---

Fonte: Elaboração própria (2025).

Em um segundo momento, outra busca com as palavras-chaves “licenciatura de biologia”, “gênero” e “sexualidade” foi realizada. Os mesmos expansores utilizados na busca anterior também foram ativados. A pesquisa encontrou 316 resultados entre teses, dissertações e artigos de periódicos analisados por especialistas. Porém, depois de analisados, lendo títulos e resumos dos artigos encontrados, apenas seis dos textos mostravam-se pertinentes ao tema, conforme o quadro 4. O artigo *Orientação sexual escolar e a formação de professores de ciências: da individualidade à reflexão da prática docente e Educação para a sexualidade e formação inicial docente: uma investigação nos currículos de licenciatura em ciências biológicas* se repetiu nas duas buscas.

Rossarolla et al. (2018) elaborou uma pesquisa em que acadêmicos do curso de Ciências Biológicas realizaram minicursos nos quais abordaram a temática da sexualidade para quatro turmas do primeiro ano do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. Os ministrantes dos minicursos responderam a um questionário a respeito da formação docente quanto à temática da sexualidade e as contribuições da prática para discutir situações relacionadas ao assunto. Após as análises, foi ressaltada a relevância da temática proposta para a formação inicial dos acadêmicos para que possam abordar de forma significativa o tema em questão. Verificou-se também que os alunos do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio apresentaram um índice bastante restrito de informações acerca da temática abordada e muitas são as dúvidas e inquietações que esses adolescentes têm. Esses resultados corroboram a nossa perspectiva de que é urgente a abordagem de gênero e sexualidade tanto na formação inicial docente quanto nas escolas.

Orozco Marín (2018) sobre o lugar das questões de gênero e sexualidade na formação do professor de Biologia, em uma perspectiva decolonial, destaca

alguns elementos da formação desse docente nas quais é particularmente importante dar uma maior atenção. O autor indica que se deve discutir os valores que fundamentam a pesquisa biológica atualmente e na sua história e a desvalorização de outras perspectivas, como o diálogo com as ciências humanas. Deve-se discutir também a perspectiva reducionista, anatômica e fisiológica da sexualidade na biologia, e refletir com o docente em formação sobre a necessidade de produzir diálogos mais efetivos com outras áreas na educação sexual, considerando o contexto e interesses dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, segundo o autor, deve-se garantir esforços para a construção de discursos biológicos não binários e heteronormatizados no ensino de conceitos como reprodução, fenótipo e genótipo, fecundação, diversidade, entre outros, conforme também alertamos nesta pesquisa ao destacar os conteúdos biologizantes muitas vezes encontrados no ensino de Ciências.

Krull et al. (2019), ao pesquisar sobre as relações de gênero e as contribuições da prática docente, no contexto da formação inicial de professores de Ciências Biológicas, na desmistificação de diferenças e preconceitos em relação à sexualidade em sala de aula e ao tentar compreender as concepções de sexualidade, de gênero e de identidade de licenciandos em Ciências Biológicas, perceberam a presença de uma ideologia machista ainda presente em nossa sociedade, como estabelecido em uma das respostas: “Homem trabalha fora, gosta de futebol, mulher cuida da casa, dos filhos”. Portanto, foi possível evidenciar a importância das temáticas corpo, gênero e sexualidade, de forma integrada nas aulas de Ciências e Biologia, e até mesmo através de projetos interdisciplinares no contexto da educação básica.

Em um terceiro momento, foi feita a busca da mesma forma, mas com as palavras-chaves “formação professor”. “gênero e biologia”. Foram encontrados 21 resultados entre teses, dissertações e artigos de periódicos. Apenas oito trabalhos são pertinentes às temáticas desta pesquisa, porém o artigo “Reflexões Sobre o Lugar das Questões de Gênero e Sexualidade na Formação do Professor de Biologia, em uma perspectiva Decolonial” se repetiu repetido nas buscas. Observemos essa nova busca no quadro 5.

Quadro 5 – Resultados das pesquisas das palavras-chaves: Formação professor; Gênero e Biologia

ANO	AUTORES	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	LINK
2018	OROZCO MARÍN, Yonier Alexander.	Reflexões sobre o lugar das questões de gênero e sexualidade na formação do professor de biologia, em uma perspectiva decolonial.	“formação professor” e “gênero e biologia”	https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/TED/article/view/9153
2021	DOS SANTOS, Adelaine Ellis Carbonardos; MAISTRO, Virginia Lara de Andrade.	Gênero e sexualidades em foco: as discussões que discentes do curso de especialização em ensino de biologia, modalidade a distância, realizam em sua prática docente	“formação professor” e “gênero e biologia”	https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/9688
2021	DOS SANTOS, Raquel Alexandre Pinho dos.	Resistências e emergências nas licenciaturas de biologia: discursos e práticas sobre sexualidade e gênero	“formação professor” e “gênero e biologia”	https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=34006@1
2018	GONTIJO, Lucas Salvino et al.	Corpo, escola, identidade: rompendo fronteiras de gênero no estágio supervisionado do curso de ciências biológicas	“formação professor” e “gênero e biologia”	https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/53666
2019	SANTOS, Sandro Prado;	Ensino de biologia e transsexualidade	“formação professor” e	https://doaj.org/article/f6ed89c6663f4faaa

ANO	AUTORES	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	LINK
	SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz.		“gênero e biologia”	c4f84fea2ebff75
2019	SOUZA, Marcos Lopes de; FERRARI, Anderson.	Inquietações sobre gênero e sexualidade em espaços formativos: o caso do pibid de ciências	“formação professor” e “gênero e biologia”	https://seer.ufr.br/index.php/emrevista/article/view/48427
2018	BORGES, Maria Luiza Amorim.	Mapeamento de trabalhos publicados nos anais do enpec: a diversidade da temática de gênero e sexualidade e seu amplo potencial de transformação	“formação professor” e “gênero e biologia”	http://hdl.handle.net/10183/198185

Fonte: Elaboração própria (2025).

Dos Santos e Maistro (2021) buscam compreender como discentes de um curso de especialização à distância em Ensino de Biologia discutem a temática de gênero e sexualidades em sua prática docente. Nessa empreitada, puderam evidenciar que, em sua maioria, os docentes discutem de forma tranquila as temáticas, tornando-se mobilizadores no processo de abertura para tais abordagens, mesmo com a falta de preparo e omissão por parte de outros docentes e da equipe pedagógica. A maioria dos participantes concordam ainda ser relevante abordar tais temas em âmbito escolar, utilizando das mais variadas metodologias e estratégias para promover o respeito à diversidade e enfrentar a LGBTfobia.

Dos Santos (2021) elaborou uma tese que se debruçou sobre as doze licenciaturas presenciais em Biologia da cidade do Rio de Janeiro, para entender e problematizar a presença institucional das temáticas de gênero e sexualidade. Na pesquisa, foi possível verificar baixa presença de disciplinas específicas para os temas de gênero e sexualidade e que o maior potencial das disciplinas é funcionarem como um espaço-tempo de pensamento sobre o *eu* e sobre aquilo que o constitui, não as dinâmicas a serem compartilhadas. Foi encontrada uma

estreita relação entre o tema e as professoras que o lecionam, demonstrando que mais do que requisito no currículo, esse elemento está fortemente atrelado a pessoas.

Gontijo et al. (2018) apresenta um relato de experiências vividas pelos alunos de Estágio Supervisionado I do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Goiás, quando do desenvolvimento do Projeto de Intervenção Pedagógica em uma escola campo de Goiânia. Na pesquisa, foram propostas oficinas com o objetivo de trilhar, de forma dialógica com os alunos da escola, os caminhos que viessem a pavimentar a formação de uma identidade de gênero, visando à construção de um ambiente escolar menos discriminatório. Conforme os autores, a discussão da temática deve ser recorrente nas instituições escolares, levando a um processo de vigilância constante das práticas pedagógicas desenvolvidas e do material didático empregado, com vistas a impedir a disseminação de padrões homofóbicos, misóginos e sexistas. Afinal, a escola, na condição de instituição social voltada para a formação humana, deve fazer valer seu papel e mediar a discussão e a reflexão crítica das questões de gênero e sexualidade.

Santos e Silva (2019) defendem que, apesar de a disciplina escolar Biologia e de os cursos de formação docente em Ciências Biológicas serem normalmente demarcados pela ideia da organização, da classificação, das representações anátomo-fisiológicas e da genética do que pode ser entendido como masculino e feminino, é possível que outros modos, ideias, demarcações, sejam pensados e vividos nessa disciplina e na realização desses cursos. Os autores configuram enfrentamentos e dificuldades para com a ruptura de modelos duros do ensino de Biologia, apontando que outro ensino e outra educação em Biologia são possíveis.

Um estudo com foco nos incômodos sobre gênero e sexualidade apresentados por participantes de um subprojeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) de Ciências dos anos iniciais do ensino fundamental de uma universidade federal mineira foi elaborado por Souza e Ferrari (2019). As inquietações trazidas pelo grupo encaminharam os autores para perceber os investimentos feitos para o controle da sexualidade das crianças e o quanto a escola ainda tem se silenciado diante dos debates sobre sexualidade e quando opta por trazê-la, nas aulas de ciências, o enfoque ainda tem sido o da reprodução.

O trabalho de conclusão de curso de Borges (2018) mapeia trabalhos publicados nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação (ENPEC) em relação à diversidade da temática de gênero e sexualidade e seu amplo

potencial de transformação. Após analisar as publicações selecionadas, alguns aspectos chamaram mais atenção da autora, como: o papel da professora e a omissão da temática de diversidade de gênero e de sexualidade nas diferentes disciplinas curriculares; o “feminino invisível” em destaque com a invisibilidade das mulheres pesquisadoras na ciência e a negação ao feminino para conseguir sucesso na carreira acadêmico-profissional; a centralidade biológica na realização das publicações e na abordagem da temática pela visão biologicista, descontextualizada das dimensões psicológicas e socioculturais e a necessidade de formação qualificada de estudantes de graduação e continuada de professoras, a fim de ampliar discussões sobre a temática de maneira multidimensional.

Após esse levantamento, pude notar que todos os trabalhos corroboram a perspectiva desta pesquisa no que diz respeito às temáticas de gênero e sexualidade. De todo modo, sublinhe-se, o número de trabalhos em torno da formação de professores de ciências biológicas, gênero e sexualidade, nos últimos cinco anos é pequeno, outro dado que evidencia a relevância desta tese. Nesse sentido, a proposta aqui delineada pode contribuir para preencher essa lacuna e ampliar os debates na educação, oferecendo subsídios que fortaleçam uma educação em direitos humanos.

4. Referencial teórico

Este capítulo é dedicado ao diálogo teórico com autores e pesquisas que embasam as buscas aqui empreendidas, garantindo rigor científico a esta tese.

4.1. O novo conservadorismo brasileiro

O contexto da investigação aqui apresentada é o Brasil marcado pela ascensão de grupos e indivíduos conservadores e de políticas de extrema-direita que atacam constantemente os movimentos feministas, negros e LGBTQIA+. Sepulveda e Sepulveda (2019) pontuam que o conservadorismo é uma categoria histórica que deriva de processos sociais através do tempo, atuando no enfrentamento a qualquer tentativa de modificação de ordem política que se proponha a mudar as relações de poder estabelecidas em uma sociedade. Nesse sentido, o autoritarismo no país tem se firmado através do ataque aos direitos humanos, utilizando a LGBTfobia e uma suposta “ideologia de gênero”,⁶ como pontos que “ameaçam” a *família tradicional*, causando pânico moral nos brasileiros (Inocêncio; Galetti, 2021).

Lacerda (2019) argumenta que, desde 2015, há um grande movimento político de caráter neoconservador no Brasil, que acarretou o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e culminou com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018. O antagonismo à democracia pode ser exemplificado em diversas falas do ex-presidente Bolsonaro, como o lema “Deus, Pátria e Família”, de origem fascista, também utilizado no Movimento Integralista por Plínio Salgado, no Brasil, e pelo ditador português António Salazar, em Portugal (Veiga, 2022). Os regimes se serviram do catolicismo como forma de propaganda política para atrair as massas, rejeitar a separação entre igreja e Estado, e “defender” o país. Com seus símbolos ultranacionalistas, os trajes verdes e amarelos e o discurso de oposição ao comunismo, o movimento cresceu no país há 90 anos, tornando-se hoje uma das principais fontes para a dominação da extrema-direita de Bolsonaro (Veiga, 2022). O idealizador do integralismo foi um dos oradores da famosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964, e apoiador do

⁶ Termo criado no meio neoconservador para se referir aos estudos de gênero, muito utilizado para gerar pânico moral sobre a construção da masculinidade e da feminilidade. O conceito será discutido detalhadamente mais adiante.

golpe militar que instauraria a ditadura naquele mesmo ano. Em 2021, bolsonaristas reeditam a Marcha da Família e fazem um buzinaço em frente a um hospital. Chamado de “Marcha da Família Cristã pela Liberdade”, o movimento pregava a abertura de templos religiosos em pleno pico da pandemia de Covid-19 no país, após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de proibir os cultos presenciais, e saiu em defesa de Bolsonaro e de suas críticas às medidas restritivas então estabelecidas (Longo, 2021). Dessa forma, vê-se que o discurso bolsonarista não é mera coincidência. Da mesma maneira, o novo conservadorismo se alastrou pelo Brasil na forma de uma coalizão cujo principal ator é a direita cristã, com a adesão de grande parte dos evangélicos brasileiros.

Lacerda (2019) aponta a semelhança entre o atual modelo brasileiro e o movimento neoconservador estadunidense da era Reagan, no qual a direita cristã era baseada, entre outros aspectos, na ideia de que a família tradicional é a resposta para toda ordem de disfunção social, minimizando o papel do Estado. Nas eleições presidenciais brasileiras de 2018, a direita liberal passou a alimentar a direita cristã devido ao poder eleitoral evangélico, ao seu potencial anticomunista e contrário à atuação do Estado de bem-estar social, semelhante ao contexto estadunidense.

A adesão dos evangélicos foi essencial para a eleição de Reagan em 1980, assim como ocorreu com Bolsonaro, no Brasil. Quanto à influência da religião sobre o voto, uma das dimensões analisadas por Ferreira e Fuks (2021) é a comportamental, em especial o hábito de frequentar os cultos. Nesse debate, considera-se que os mais frequentes nos cultos estão mais expostos às mensagens políticas de suas lideranças religiosas. Os resultados apontam que os evangélicos têm 52% a mais de chance de frequentar cultos do que membros das demais religiões (católicos e outras religiões) e ateus e agnósticos. Portanto, segundo a pesquisa, por esse motivo Bolsonaro obteve o melhor desempenho eleitoral entre os evangélicos.

O advento do neoconservadorismo nos Estados Unidos ocorreu nos anos 1950, em plena Guerra Fria, e se solidificou nos anos 1980, o que colaborou para a eleição de Ronald Reagan à Presidência e também para a extensão internacional do movimento. O ideário político neoconservador estadunidense e brasileiro, não por coincidência, era centrado na defesa da família patriarcal, no sionismo, no militarismo anticomunista, no punitivismo e no livre mercado.

Pela defesa da família patriarcal e contra uma suposta “ideologia de gênero”, a atuação parlamentar entra em combate contra as demandas do movimento LGBTQIA+ e feminista. No Brasil, a partir de 2003, com o início do primeiro

mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, vislumbrava-se um cenário com grandes transformações no país. Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) deram espaço para políticas públicas consideradas progressistas, ao mesmo tempo em que movimentos feministas e LGBTQIA+ avançavam, o que indicava mudanças no cenário político nacional. Com isso, houve forte reação evangélica na Câmara para combater pronunciamentos favoráveis à descriminalização do aborto e para pressionar o STF, que julgava a constitucionalidade da união homoafetiva. Além disso, manifestações de contrárias à preparação de um material didático-pedagógico contra a homofobia, para ser distribuído em escolas de educação básica, apelidado por grupos conservadores de “kit gay” foram frequentes. Em entrevista ao jornal *El País* (Alonso, 2019), a socióloga Angela Alonso afirma que o Brasil é um país muito conservador, que tem dificuldade em admitir mudanças, por isso são comuns reações às políticas progressistas por parte da direita conservadora.

Almeida (2017, 2019) afirma que há algumas linhas de forças sociais em diversas dimensões que demonstram o que ele denomina “onda conservadora” nos últimos anos no país, destacando a participação de grupos religiosos evangélicos (a maioria pentecostais) atuantes nas esferas pública e política. Para Almeida (2017), apenas parte dos evangélicos aderem à tal pauta e o conservadorismo não se limita apenas aos evangélicos. Portanto, o autor argumenta que essa onda não é uniforme, mas há uma “quebra” em diferentes direções, o que a avalia como uma “onda quebrada”. Almeida (2017) percebe quatro principais linhas de força para compreender o cenário:

- a) econômica;
- b) moral;
- c) securitária;
- d) interacional.

Apesar de terem diferentes direções, as linhas apontadas agem de forma articulada e cooperativa, mesmo que, por vezes, sejam conflitantes, o que resulta no que tem sido considerado como novo conservadorismo brasileiro.

A primeira linha de força destacada por Almeida (2017), denominada econômica, divide-se em dois níveis. No nível institucional, ela se opõe às políticas públicas e sociais dos governos do PT em prol de uma agenda liberal e de um Estado mínimo. Programas como o Bolsa Família, criado em 2003, o qual concede ajuda financeira à população de baixa renda, são vistos como uma estratégia política para angariar eleitores e como comodismo dos pobres para evitar o trabalho. No plano individual, o empreendedorismo e o esforço ativo são valores

que se somam ao incentivo religioso, propagado pela teologia da prosperidade neopentecostal,⁷ em nome de uma meritocracia para justificar um suposto sucesso material.

A segunda linha de força pontuada por Almeida (2017), consiste na disputa pela moral religiosa na vida pública e privada, protagonizada principalmente por evangélicos pentecostais, com a finalidade de controlar corpos, comportamentos e vínculos primários, como o casamento e a adoção por casais homoafetivos, a fim influenciar não apenas o comportamento dos indivíduos, mas também a ordem legal do país (Almeida, 2017, 2019). Segundo o autor, as pautas morais são mobilizadas de forma mais incisiva no Poder Legislativo. Em 1980, a entrada dos evangélicos na política concentrava-se mais fortemente na captação de recursos para as instituições religiosas, como a isenção de impostos e algumas concessões nos meios de comunicação. A partir de 2013, quando a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania passou a ser presidida pelo pastor e deputado Marco Feliciano, do Partido Social Cristão (PSC), os objetivos foram ampliados, englobando a ação de regular a moralidade liberal e laica, substituindo-as pelas moralidades do conservadorismo religioso.

Na terceira linha de força, encontram-se diversas movimentações políticas, demandas coletivas e medidas governamentais, as quais apontam para ações repressivas e punitivas oriundas do aparelho de segurança do Estado (Almeida, 2019). No Brasil, medidas repressivas e punitivistas na política de segurança vêm ganhando apoio popular. Assim, ganha espaço a proposta de revisão da lei do desarmamento, a discussão sobre a redução da maioria penal, o enrijecimento das políticas de encarceramento e outras demandas que exemplificam a tentativa de expandir a ação repressiva do Estado.

Conforme Almeida (2017), a quarta linha de força se baseia no reflexo da crise política brasileira, principalmente a partir das manifestações de 2013, relacionada às relações sociais e interpessoais, em especial entre os indivíduos mais ativos politicamente. Promovidas por divergências em torno de temas políticos e morais, a vingança, a fobia e o ódio também foram temas mobilizadores para delinear os afetos provocados pela “onda conservadora” entre os laços de amizade, no trabalho e na família dos indivíduos.

⁷ O neopentecostalismo é um movimento dentro do cristianismo que surgiu no final do século XX, caracterizado por uma ênfase na experiência pessoal com Deus, no poder do Espírito Santo e na prática de milagres e curas. Além disso, ele costuma valorizar a prosperidade financeira e a ideia de que a fé pode trazer bênçãos materiais.

Nesse contexto, Lacerda (2019) conceitua neoconservadorismo como “um ideário conservador e de direita, e sua peculiaridade reside na centralidade que atribui às questões relativas à família, à sexualidade e à reprodução e aos valores cristãos” (Lacerda, 2019, p. 29). A autora considera também que o movimento neoconservador se materializou em uma coalizão entre representantes do grande capital interessados em restabelecer seu poder de classe e uma “maioria moral” de parte conservadora da classe trabalhadora. Com isso, foi possível a solidificação de valores centrados em um nacionalismo cultural, na retidão moral, no cristianismo e na defesa da família e na vida humana, que se choca com os movimentos sociais feministas, LGBTQIA+, negros, indígenas e do meio ambiente. Assim, de acordo com Lacerda (2019), os principais elementos dessa coalizão se destacam a partir de uma ótica que demonstra o protagonismo da direita cristã, que defende a família tradicional, o sionismo, o militarismo anticomunista, e o ideário punitivista e neoliberalismo.

No contexto norte-americano, para Brown (2019), nas eleições de 2016, Donald Trump surgiu como resposta ao avanço de pautas progressistas que reivindicam padrões mínimos de justiça social e respeito aos direitos humanos. O autor, embora trate do caso estadunidense, nos dá subsídios para pensar a atual conjuntura brasileira. Suas reflexões se aproximam das análises de Lacerda (2019), Biroli (2020) e Almeida (2017, 2019), quando mostram que os pilares que sustentam o neoconservadorismo encontram-se na moralidade, na antidemocracia, nos desmontes da solidariedade social e orientam-se por lógicas neofascistas, conservadoras, racistas e masculinistas. Brown (2019) também destaca o neoliberalismo, presente nos países do ocidente, associado à moralidade, em que se utilizam da liberdade como um instrumento para tentar suprimir o “social”, com o intuito de enfraquecer a democracia, qualquer tipo de construção comum e a própria ideia de sociedade em si.

Além de grupos fundamentalistas⁸ religiosos espalhados pelo país e pelo Congresso Nacional, parte das instituições de segurança pública têm sido protagonista de ações que vão na contramão dos direitos humanos e da democracia. Exemplifica isso a frequente divulgação de vídeos que viralizaram pelo país durante o segundo turno das eleições presidenciais de 2022, nos quais havia ações ilegais e arbitrárias da Polícia Rodoviária Federal (PRF) (Camargo;

⁸ Fundamentalismo é o nome de uma vertente do movimento protestante conservador, antiliberal, que se formou nos Estados Unidos a partir de 1870, nas principais denominações protestantes norte-americanas. Seu objetivo básico era defender o princípio da inspiração divina plena da Bíblia e a interpretação literal das suas palavras (Pierucci, 1992).

Falcão, 2022), denunciada pela mídia pela interceptação de pelo menos 610 ônibus em blitz que descumpriam a ordem do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que proíbe ações do tipo de ocasião de eleições.

Foram visíveis os abusos de poder e violência contra eleitores do candidato Lula, do PT, que utilizavam roupas e acessórios indicando sua preferência política e que estavam a caminho das urnas para votar. Além disso, metade das coações foram realizadas no nordeste do país, local onde a maioria é eleitora de Lula, figura que representa a esquerda nas disputas políticas do Brasil (Camargo; Falcão, 2022). Portanto, ao que parece, tais ações foram organizadas por grupos policiais que defendem a extrema-direita, para que temáticas rechaçadas pela moral conservadora não voltassem à tona com a eleição de um governo de esquerda.

Biroli (2020) entende que o conceito de neoconservadorismo joga luz sobre os modelos de reações conservadoras à agenda de igualdade de gênero e diversidade sexual e, mais amplamente, à agenda de direitos humanos, temas de destaque nesta pesquisa. O neoconservadorismo demonstra os padrões atuais dessa reação, segundo a autora, pois nos ajuda a entender as alianças entre diferentes domínios conservadores, que nem sempre atuaram juntos ou em convergência, corroborando a ideia de “onda quebrada” de Almeida (2017, 2019). Porém, ela destaca que isso não significa ausência de conflitos e diferenças, mas evidencia um padrão neoconservador na atuação de grupos católicos e evangélicos que não coincide com a sua forma de atuar em atores anteriormente. Outra dimensão destacada pela autora é a chamada judicialização da moralidade.

Grande parte das disputas em torno das moralidades e da agenda do debate de gênero e diversidade sexual é atualmente abordada no campo jurídico e nas instituições de justiça, numa tentativa de interferir na visão de mundo da sociedade de modo que o tradicionalismo prevaleça novamente. Esse feito pode acontecer através da aprovação de projetos de leis que fazem predominar uma perspectiva cristã conservadora e também por meio de obstáculos para dificultar a aprovação de uma legislação progressista. Existe uma disputa entre uma concepção naturalista das relações sociais, das hierarquias sociais, e uma outra concepção que critica a visão naturalista e procura demonstrar o caráter cultural, político e social dessas hierarquias.

Segundo Lacerda (2019), houve reações a esse avanço feminista e LGBTQIA+, que acarretaram o engajamento dos evangélicos na política. Para a autora:

a América começou como uma nação fundada em princípios bíblicos; porém,

conforme foi se tornando mais pluralista, a cultura americana foi se desenvolvendo de maneiras distante de Deus, com resultados visíveis como a legalização do aborto e a permissividade sexual (Lacerda, 2019, p. 32).

Discursos conservadores e contrários ao debate de gênero foram apropriados por grupos católicos e neopentecostais fundamentalistas sob argumento de que a abordagem de gênero nas escolas pode ser uma ameaça à família tradicional. Vejamos parte do discurso do cardeal Angelo Bagnasco sobre a chamada “ideologia de gênero”:

(...) É a leitura ideológica do “gênero” – uma verdadeira ditadura – que quer achatar a diversidade, homogeneizar tudo até a tratar a identidade do homem e da mulher como puras abstrações. É de se perguntar com amargura se querem fazer da escola campos de reeducação, de doutrinação. Os pais ainda têm o direito de educar os filhos ou foram desautorizados? (...) Os filhos não são cobaias nas mãos de ninguém, nem mesmo de técnicos ou de chamados especialistas. Que os pais não se deixem intimidar. Eles têm o direito de reagir com determinação e clareza (...) (Bagnasco, 2014 apud Junqueira, 2017, p. 25).

Para debater aspectos relacionados ao conservadorismo, trataremos de definir, sob perspectiva de autoras feministas, o significado do termo “gênero”. O termo está ligado a um conjunto de características atribuídas culturalmente ao sexo de um indivíduo, de acordo com o contexto sócio-histórico e cultural de um determinado local e de uma época, entendidas também como “as normas de gênero”.

Nesse contexto, as normas de gênero têm influência nas escolhas, pode limitar opções e reafirma posições sociais entre mulheres e homens na sociedade (Jesus, 2015). A partir do sexo biológico, afirma Jesus (2015), inicia-se um processo de masculinização ou de feminização, em que as desigualdades entre os sexos se expressam socialmente sob a forma “camuflada” da diferença. As diferenças podem ser vistas no mercado de trabalho; nas instituições de educação exclusivamente masculinas, não mistas ou mistas; no sufrágio universal masculino e na violência exercida contra mulheres. Cobram-se de meninos e meninas formas de agir no mundo, de pensar sobre ele, Direcionando-as/os em único sentido, de maneira que chega assemelhar-se a um fato social, quando se trata de desdobramentos sociais oriundo do processo de construção de gênero (Jesus, 2015).

Já Louro (2009) pontua que gênero foi um conceito elaborado para contestar a naturalização das diferenças sexuais em diversos espaços de disputa, não se restringindo apenas aos papéis assumidos por homens e mulheres na sociedade, mas atrelados às relações de poder implicadas entre masculino e feminino. Visão

aproximada tem Haraway (2004), para quem gênero é “[...] conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual, em múltiplas arenas de luta” (Haraway, 2004, p. 211).

Assim, como forma de reação às lutas e conquistas feministas e LGBTQIA+ e à discussão de gênero na sociedade, a extrema-direita e as instituições cristãs fundamentalistas formaram um ativismo antigênero e, rapidamente, reproduziram discursos de ordem moral segundo o qual a família estaria sendo “ameaçada” de extinção e as escolas seriam a arena ideal para a doutrinação de gênero. Além disso, com a assunção ao poder nas eleições do Brasil, em 2018, esses grupos ultraconservadores têm legitimado discursos que reafirmam as assimetrias sociais no país. Uma fala de Jair Bolsonaro exemplifica isso: “as minorias têm que se adequar” à maioria, disse o político (Andrade, 2022). Indícios das ofensivas desses grupos que incitam o ódio às minorias são corroborados por dados sobre o crescimento do número de feminicídios, das mortes de cidadãos LGBTQIA+ e de ataques racistas (Benevides; Nogueira, 2021; Carvalho; Monserrat; Boechat, 2022; Casos [...], 2022).

Uma pequena amostra da convergência desses atores do neoconservadorismo brasileiro e a LGBTQIA+fobia pode ser observada na pesquisa intitulada *Política e fé entre os policiais militares, civis e federais do Brasil*, produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), a qual indicou alta incidência de comportamento LGBTQIA+fóbico entre policiais militares nas redes sociais, mesmo grupo em que se registra maior apoio ao ex-presidente Bolsonaro e à ruptura institucional, muitas vezes sendo representada pelo antagonismo ao STF.

Além disso, cristãos fundamentalistas têm utilizado o sistema político para combater discussões que questionam os modelos tradicionais de família, bem como os direitos reprodutivos das mulheres, através da eleição de parlamentares que constituem a chamada “bancada evangélica” no congresso. Matéria do portal UOL (Gentile, 2021), que relata que o pastor e deputado Marco Feliciano foi condenado a pagar R\$ 100 mil por ataques à comunidade LGBTQIA+ mostram como o grupo procura atuar. Na ação citada, a promotora Anna Trota Yaryd disse que o pastor “utiliza o seu mandato na Câmara dos Deputados para propagar sua religião e estimular a violência contra a comunidade LGBT.”

Outro episódio cabe bem nesse contexto. Damares Alves, ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), nomeada pelo ex-presidente Bolsonaro, em 2020, agiu para que uma menina de 10 anos não tivesse acesso ao direito de interromper a gestação decorrente de estupro pelo próprio tio

(Vila-Nova, 2020). A ação contribuiu para a ativista de extrema-direita Sara Winter, expusesse a identidade da criança nas redes sociais (Vila-Nova, 2020). Sua família sofreu ameaças por não ter direito ao anonimato preservado e vários manifestantes contra o aborto foram ao hospital protestar e fazer orações (Vila-Nova, 2020).

Nesse aspecto, recentemente, em junho de 2024, conforme Boechat (2024), a Câmara dos Deputados aprovou, em votação relâmpago, a urgência do PL 1904/24, que equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, mesmo nos casos em que a prática é legal no Brasil. Em muitos países, uma concepção religiosa sobre o aborto como essa resultou em leis restritivas, criminalizando a prática ou limitando-o a casos muito específicos. Além disso, o uso de métodos anticoncepcionais é outro ponto de grande controvérsia para esses grupos. Parte da igreja católica, por exemplo, segue uma doutrina que rejeita os métodos contraceptivos, promovendo o planejamento familiar natural como a única forma aceitável de controlar a reprodução.

No entanto, do ponto de vista dos direitos humanos, o aborto é uma questão de autonomia, saúde e dignidade da mulher. Em muitos países, o aborto continua a ser altamente estigmatizado e, em alguns casos, criminalizado. As mulheres que desejam interromper uma gravidez, em alguns contextos, enfrentam enormes obstáculos legais e sociais, pois sua proibição acarreta muitas consequências para a dignidade das mulheres. No Brasil, de acordo com o Código Penal, em seu art. 124, o aborto é tratado como crime (Brasil, [2024]), estabelecendo punições para a mulher que se submete ao aborto ilegal e para os profissionais de saúde que realizam o procedimento fora das exceções legais. Porém, o art. 128 do Código Penal (Brasil, [2024]) traz as exceções que autorizam o aborto sem o categorizar como crime:

I - O aborto pode ser realizado quando a gravidez oferece risco à saúde ou à vida da mulher, como em situações de complicações médicas graves. A decisão sobre a interrupção da gravidez deve ser tomada por um médico que será isento de penalidades.

II - O aborto é permitido quando a gestação é consequência de um estupro, desde que a mulher consinta com o procedimento ou, se incapaz, tenha o consentimento de seu representante legal.

III - A interrupção da gravidez é permitida quando o feto é diagnosticado com anencefalia, uma condição em que o cérebro do feto não se desenvolve adequadamente e há a impossibilidade de sobrevivência após o nascimento.

Entendo que, quando o aborto é ilegal, as mulheres que optam por interromper a gravidez podem realizá-lo através de métodos inseguros, colocando sua vida em risco. Nesse contexto, acresce um dado a ser debatido: a criminalização do aborto tende a afetar mais as mulheres negras e de baixa renda, com menos acesso a cuidados médicos de qualidade ou opções de aborto seguras. Mulheres em situação de vulnerabilidade, como vítimas de violência sexual, também enfrentam muitas dificuldades para acessar serviços de aborto seguros (Faria et al., 2021).

De acordo com Boechat (2024), desde o período da redemocratização do Brasil, ao menos 65 projetos de lei que pretendiam mudar as regras sobre aborto no Código Penal foram propostos na Câmara dos Deputados, mas nenhum deles foi aprovado. Conforme o quadro abaixo, autora desenvolveu uma linha do tempo sobre a legislação sobre aborto no Brasil.

Quadro 6 – Principais destaques da evolução das leis sobre aborto no Brasil ao longo dos anos de acordo com Boechat (2024)

ANO	PRINCIPAIS DESTAQUES DA EVOLUÇÃO DAS LEIS SOBRE ABORTO NO BRASIL
1830	Dom Pedro I assinou o primeiro Código Criminal do Brasil após a Independência. O texto estabelecia pena de um a cinco anos de prisão para quem provocasse o aborto de uma gestante. A pena era dobrada se a prática fosse feita por um profissional da saúde ou sem o consentimento da mulher. Nos termos desse código, a gestante não era penalizada.
1890	Após a Proclamação da República, foi assinado um novo Código Penal. A legislação foi a primeira a punir criminalmente a mulher que praticasse o aborto. A pena era de dois a seis anos de prisão. Foi

ANO	PRINCIPAIS DESTAQUES DA EVOLUÇÃO DAS LEIS SOBRE ABORTO NO BRASIL
	também a primeira a estabelecer uma exceção. Chamada de “aborto necessário”, a prática não configurava crime se fosse realizada para salvar a vida da gestante.
1940	Foi assinado o terceiro Código Penal brasileiro, que está vigente até hoje. Nessa legislação, a pena foi atenuada: prisão de um a três anos para a mulher que praticar o aborto. Além do “aborto necessário”, mais uma exceção foi adicionada para os casos em que a gravidez resultar de estupro.
2004	Chegou ao STF a primeira ação constitucional para modificar a legislação sobre o aborto. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde (CNTS), solicitou a legalização da prática em caso de anencefalia do feto. A mudança foi aprovada oito anos depois, em 2012.
2016	Em julgamento de recurso especial, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que a decisão do STF de permitir aborto em caso de anencefalia se aplicaria a casos de

ANO	PRINCIPAIS DESTAQUES DA EVOLUÇÃO DAS LEIS SOBRE ABORTO NO BRASIL
	outras malformações do feto que fossem incompatíveis com a vida.
2017	O Psol ajuíza a ADPF 442 no STF, que pede a descriminalização do aborto nas 12 primeiras semanas de gestação em todos os casos, alegando que a proibição feria a dignidade da pessoa humana e os direitos sexuais, reprodutivos, de liberdade e de igualdade. A ação só viria a ser pautada em 2023.
2019	O Senado desarquivou a Proposta de Emenda Constituição (PEC) 29/2015, que altera o art. 5º da Constituição para determinar a “inviolabilidade do direito à vida desde a concepção”. Na prática, a medida abriria precedentes para revogar o direito ao aborto nos três casos permitidos por lei. Por pressões de dentro e fora do Senado, a proposta acabou arquivada novamente no final de 2022.
2020	O Ministério da Saúde publicou a portaria que obriga médicos a notificarem a polícia sobre todos os casos de aborto previstos em lei realizados, como os decorrentes de violência sexual e os que colocam a vida da mulher em risco. A norma definia ainda que, antes de aprovar a interrupção da gravidez, a equipe

ANO	PRINCIPAIS DESTAQUES DA EVOLUÇÃO DAS LEIS SOBRE ABORTO NO BRASIL
	médica deveria oferecer à gestante as imagens de ultrassom do feto. Essa última parte, porém, foi revogada logo depois devido à reação negativa da população. A portaria seria revogada em janeiro de 2023.
2023	Cerca de seis anos depois de ajuizada a ação pelo PSol, a então ministra do STF Rosa Weber pautou a descriminalização do aborto até 12 semanas de gestação. O projeto teve voto favorável da juíza, mas foi suspenso por pedido de destaque do ministro Luís Roberto Barroso. O julgamento ainda não tem data definida para prosseguir. Barroso disse que não pretende retomar a votação a curto prazo por considerar que o tema “não está amadurecido na sociedade brasileira”.
2024	A Câmara dos Deputados aprovou a urgência do projeto de lei 1904/24, que equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, mesmo nos casos em que a prática é legalizada no Brasil.

Fonte: Boechat (2024).

Entendemos, portanto, que o aborto é um problema social e a discussão em esferas públicas e políticas sobre o tema devem ser realizadas mediante à justiça

social, aos Direitos Humanos e à saúde pública e deve ser evitado o discurso de crenças particulares como parâmetro para a tomada de decisões.

Outros aspectos do âmbito dos direitos humanos encontram impasses em meio político. Conforme sustenta Biroli (2016), as medidas e nomeações do ex-presidente Michel Temer, quando assumiu interinamente o governo, em maio de 2016, destacam a guinada de um paradigma na direção da diminuição de direitos previdenciários e trabalhistas, direitos à educação e à saúde, à informação, à liberdade de expressão e à participação popular.

Segundo a autora, nesse período, o diálogo com os movimentos sociais, e particularmente com os feministas, foi rompido e não havia perspectiva em termos de política de igualdade e direitos humanos, dos direitos dos povos indígenas, da população negra e da população LGBTQIA+. Na época, foi registrada a presença no gabinete do presidente interino de uma delegação de parlamentares evangélicos e, a partir de então, foi possível perceber a submissão da agenda do direito ao aborto à pauta conservadora (Biroli, 2016). Para a Secretaria das Mulheres, sob as ordens do Ministério da Justiça, a escolha de Temer recaía sobre Fátima Pelaes, ex-deputada evangélica, integrante de frentes parlamentares que caminham na contramão da agenda de direitos promovida pelos movimentos feministas. A deputada defendia o direito à vida desde a concepção e se mostrava contra o aborto, mesmo em caso de estupro.

Além disso, Biroli (2016) destacou que o ex-ministro da saúde, Ricardo Barros, demonstrava intuito de trabalhar em direção à demolição do Sistema Único de Saúde (SUS). O ex-ministro tinha histórico de financiamento de campanhas pelas empresas de planos de saúde e, ao defender o diálogo com as igrejas sobre direito ao aborto, demonstrou um grande desconhecimento em relação a dados epidemiológicos, de pesquisas acadêmicas ou à escuta de atores sociais.

Enquanto o estímulo à violência é propagado pelos próprios parlamentares da extrema-direita e por instituições cristãs fundamentalistas, os números de assassinatos de corpos femininos e LGBTQIA+ aumentam nos últimos anos. Segundo o dossiê elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) (Benevides, 2023):

entre os anos de 2017 e 2022, período em que a ANTRA passa a fazer essa pesquisa, tivemos um total de 912 [...] assassinatos de pessoas trans e não binárias brasileiras. Sendo 131 casos em 2022; 140 casos em 2021; 175 casos em 2020; 124 casos em 2019; 163 casos em 2018 e; 179 casos em 2017 (o ano com o maior número de assassinatos de pessoas trans na série histórica).

Para analisar a situação dos assassinatos contra pessoas trans, é importante observar que, em 2020, o Brasil atingiu o maior número de casos de assassinatos de pessoas trans e atualmente segue na liderança desse *ranking* no mundo, posição que ocupa desde 2008, conforme dados internacionais da Organização Não Governamental (ONG) Transgender Europe (TGEU) presentes nesse dossiê. Pessoas trans enfrentam níveis assustadores de rejeição familiar, geralmente desde a mais tenra idade. A situação pode ter impacto devastador sobre esses indivíduos e isolá-los dos espaços sociais essenciais ao seu bem-estar, além de agravar dificuldades de acesso e continuidade na formação escolar (Borges; Silva, 2020).

Ainda no âmbito da violência, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, um número expressivo de 3.673 brasileiros LGBTQI+ sofreram, em 2023, lesão corporal dolosa e, no mesmo ano, houve 214 homicídios dolosos e 354 estupros no país por conta da homofobia, lesbofobia e transfobia (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024). Quanto à violência contra as mulheres, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, no ano de 2023 1.467 mulheres foram vítimas de feminicídio, o maior número já registrado desde que a lei foi criada. Essa quantidade é alta e não se distribui de forma homogênea pelo país. Enquanto a taxa nacional de feminicídio em 2023 é de 1,4 mulheres mortas por grupo de 100.000 mulheres, 17 estados têm taxas mais altas do que a média nacional. Os estados com as piores taxas de feminicídio são: Amazonas; Rondônia e Bahia. As menores taxas são encontradas em São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Como discutimos, a defesa da família tradicional gira em torno de uma perspectiva essencialista que abarca as diferenças entre homens e mulheres na reprodução biológica, produzindo os papéis sociais da atividade doméstica e do cuidado com os filhos. Para os neoconservadores, o feminismo, ao ser contrário à ideia de que mulheres são designadas naturalmente à maternidade e à família, seria responsável pelas disfunções sociais e pela ameaça à vida. Em uma perspectiva de que a família é uma instituição central na sociedade, o feminismo seria considerado o promotor da desestabilização do domínio masculino sobre a família. O fortalecimento da família tradicional seria a melhor estratégia contra a pobreza, já que a ausência de uma autoridade paterna para comandar a família seria a causa da delinquência juvenil, da gravidez na adolescência, da homossexualidade e da acomodação às políticas do Estado de bem-estar social.

O fortalecimento da família e dos papéis tradicionais de gênero, segundo os neoconservadores, está imbricado com a defesa do neoliberalismo como política

econômica pelo fato de as mulheres, de modo geral, terem menos renda e patrimônio que os homens e, desta forma, estarem mais propensas à situação de maior vulnerabilidade e dependência das políticas públicas. A redução do Estado, como defendem os neoliberais, colaboraria para a redução da dependência da assistência social governamental. Em compensação, não haveria dependência caso a família estivesse unida por valores morais e sendo autossuficiente.

Como vimos anteriormente, os estudos de gênero e a atuação de movimentos feministas e LGBTQIA+ questionam a normalização das desigualdades e discriminações, fazendo com que essas discussões estejam cada vez mais presentes no cotidiano e nas instituições de ensino. Políticas públicas e pesquisadores têm ressaltado a relevância de ser explorada a pluralidade dessas reflexões nos espaços educacionais, com a finalidade de formar cidadãos que construam uma sociedade mais democrática. O diálogo em torno dos direitos humanos na educação, necessário no combate à violência e às desigualdades, foi rechaçado pelo governo de Jair Bolsonaro e por grupos conservadores, com o argumento de que há um “marxismo cultural” incutido nas instituições educacionais e que os professores ensinam a “ideologia de gênero” para os alunos. Por isso, Junqueira (2022) lembra que:

As discussões sobre os problemas educacionais e os desafios relativos às garantias do direito à educação cedem lugar a tematizações voltadas a deslegitimar a liberdade docente e a desestabilizar o caráter público e laico da instituição escolar como espaço de formação crítica para a vida, isto é, de socialização para o convívio plural, cidadão e democrático (Junqueira, 2022, p. 228).

Dessa maneira, podemos perceber que a ideia de educação que a direita conservadora defende pode ser entendida como um processo pelo qual a escola molda os indivíduos, garantindo a reprodução de ideias, sem senso crítico e o discernimento dos alunos, colocando-os em uma posição passiva na construção do conhecimento. Partindo desse princípio, se a escola se encaixa em moldes que estejam delimitados apenas à transmissão de conteúdos, sem discutir sobre as opressões e desigualdades existentes na sociedade, o resultado é justamente a naturalização dessas desigualdades, postura vista aqui como estratégia para a manutenção de privilégios dos grupos hegemônicos.

Sendo assim, sabemos, ações com potencial para romper com essa naturalização provocam reações nos atores que compõem a direita conservadora. Professores que transgridam as normas estabelecidas no imaginário da extrema-direita e que estejam ao lado da democracia são perseguidos por abordarem assuntos que podem aguçar o pensamento crítico de alunos.

Nesse sentido, para que fique claro o debate acerca da “ideologia de gênero”, vejamos o conceito através da perspectiva de Junqueira (2017, p. 26- 27)

Os interessados no assunto são concordes em afirmar que o nebuloso sintagma “teoria/ideologia de gênero”, com suas variações, é uma invenção católica que emergiu sob os desígnios do Pontifício Conselho para a Família e de conferências episcopais, entre meados da década de 1990 e no início dos 2000. Nos anos seguintes, o sintagma espalhou-se na forma de um poderoso slogan, incendiando a arena política de dezenas de países, ao catalisar manifestações virulentas contra políticas sociais, reformas jurídicas e ações pedagógicas voltadas a promover os direitos sexuais e punir suas violações, enfrentar preconceitos, prevenir violências e combater discriminações (hetero)sexistas. Com efeito, evidencia-se na atuação desses missionários da família natural a intencionalidade de, por exemplo, opor-se a ações voltadas a legalizar o aborto, criminalizar a homotransfobia, legalizar o casamento igualitário, reconhecer a homoparentalidade, estender o direito de adoção a genitores de mesmo sexo, bem como políticas educacionais de igualdade sexual e de gênero e de promoção do reconhecimento da diferença/diversidade sexual e de gênero.

Portanto, para a moral cristã, feministas e pessoas LGBTQIA+ se transformaram em vilões, em uma força do mal, o inimigo a ser combatido. Criou-se um movimento para “apagar” o assunto gênero do currículo escolar. O movimento “Escola sem Partido” (ESP) preocupava-se sobretudo com a supressão da abordagem de determinados temas no processo educativo. Fundado em 2004, por iniciativa do procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib, o ESP objetivava fiscalizar e fazer denúncias a respeito do posicionamento político-ideológico supostamente imposto pelos docentes em sala de aula e encaminhá-las ao Ministério Público. Seu intuito era dar visibilidade à instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários. O movimento se apresentava, então, como uma iniciativa conjunta de estudantes e pais atribulados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras do ensino básico ao superior.

Sua atuação tem como principal suporte um site que funciona como um meio de veiculação sistemática de ideias, de instrumentalização de denúncias e de disseminação de práticas e procedimentos de vigilância, controle e criminalização relativos ao que seus organizadores entendem como “práticas de doutrinação”, que seriam identificáveis nas aulas, livros didáticos, programas formativos ou outras atividades e materiais escolares acadêmicos (Algebaile, 2017, p. 64).

A importância do ESP no debate público aumentou quando seu projeto se desloca para outra vertente da agenda conservadora: o combate à chamada “ideologia de gênero”. Antes, a ideia de uma escola sem partido focava no temor da “doutrinação marxista”, o que estava presente desde a ditadura militar (Miguel, 2016).

Segundo Viégas e Goldstein (2017), no ano de 2014, o senador Flávio Bolsonaro, na época deputado pelo PSC apresentou à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro propostas do ESP ao mesmo tempo que seu irmão, Carlos Bolsonaro, do mesmo partido, então vereador pelo município do Rio de Janeiro. Nesse caso, ele encaminhou as proposições à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Desde então, essas propostas têm se espalhado por todo o país, nas esferas municipais, estaduais e federal. O deputado Izalci, do PSDB do Distrito Federal apresentou o projeto de lei 867/2015 à Câmara Federal, o qual propõe mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdo ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes (Brasil, 2015).

Diversos parlamentares aderiram ao movimento e, com modelos de anteprojetos de leis federais, estaduais e municipais, estabeleceram-se mecanismos de monitoramento de materiais escolares e educativos discordantes das convicções de alunos, pais e responsáveis (Algebaile, 2017). Segundo a autora, no âmbito federal, de acordo com a página “Contra o Escola Sem Partido” (<https://contraoescolasempartidoblog.wordpress.com/>), até setembro de 2016, registraram-se oito projetos de lei inspirados no modelo do anteprojeto difundido pelo ESP em tramitação, buscando alterações da legislação e do planejamento educacional, tais como a LDB, o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), vetando a abordagem de temas em livros didáticos indicados e distribuídos pelo Ministério da Educação, tipificando crimes relacionados ao que entendiam como doutrinação, dentre outras restrições.

A mesma página também identificava, até setembro de 2016, projetos de teor similar em 11 estados. Essa movimentação ficou clara com a coação pelo veto ao programa Escola sem Homofobia (rotulado de “kit gay”) e com a retirada da expressão “gênero” dos planos da BNCC. Os debates contra gênero e diversidade sexual na escola cruzam com a pauta do ESP, reafirmando uma ótica que defende a primazia da família em relação à escola na decisão do que deve ou não ser ensinado aos alunos. Nesse sentido os projetos de lei nele inspirados se multiplicaram pelo território nacional, destacando que a escola só deveria ensinar os valores com os quais a família concorde, principalmente no que diz respeito à gênero, sexualidade e crenças religiosas. Assim, pode ser evidenciado

o papel atribuído à escola pelos conservadores, o qual deve apenas de instruir os alunos em determinados conteúdos, enquanto a família seria a responsável pela transmissão dos valores (Penna, 2017).

Teixeira e Henriques (2022) procuraram refletir sobre os avanços do novo conservadorismo sobre a educação no Brasil e mapearam as diferentes manifestações, ações e agentes do novo conservadorismo brasileiro no campo educacional, através da construção de um mapa conceitual, no qual são ressaltadas quatro linhas de força: moral, econômica, securitária e socialmente intolerante. Na perspectiva moral, o papel da escola e dos professores é limitado à transmissão de conhecimentos, enquanto a educação propriamente dita ficaria a cargo da família. Nesse contexto, a escola seria vista como responsável unicamente pela transmissão de conteúdos e qualquer outra abordagem poderia ser considerada como doutrinação.

Na esfera econômica, os autores destacam a defesa de uma abordagem meritocrática para a educação, o questionamento sobre o investimento por aluno, o programa Future-se⁹ e a possibilidade de implementar vouchers educacionais, todos apontando para um modelo neoliberal que se conecta ao conservadorismo, especialmente à direita cristã, visando à formação de uma aliança neoconservadora.

Na vertente securitária, os autores destacam que a desqualificação da obra de Paulo Freire e do trabalho docente, sendo apontados como responsáveis pelos baixos resultados nas avaliações do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA), serve como justificativa para o Programa de Escolas Cívico-Militares. Além disso, defende-se uma abordagem autoritária na educação escolar, algo entendido como necessário para assegurar que os estudantes aprendam os conteúdos.

Na vertente socialmente intolerante, os pesquisadores destacam a importância de reforçar a defesa da laicidade como forma de combater visões conservadoras que promovam preconceitos e discriminação nas escolas. O Estado laico, longe de ser ateu, não persegue nenhuma denominação religiosa e respeita a liberdade de culto de seus cidadãos. Ao mesmo tempo, suas decisões não podem ser orientadas pela moral de um grupo religioso específico.

⁹ Proposto em 2019 por Abraham Weintraub, o programa future-se, sob justificativa de lançado ampliar autonomia financeira a universidades e institutos, criava mecanismos de fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo, proposto uso de vouchers educacionais que permitissem aos estudantes acesso a instituições privadas com subsídios do Estado.

Os estudiosos destacam que essas linhas possuem conexões entre si e se articulam de acordo com os interesses de seus defensores. Essas múltiplas linhas de força levam a reveses significativos na constituição de propostas educativas plurais, afetando a prática pedagógica, currículos e a formação de professores.

Moura e Silva (2020) efetuaram um levantamento de projetos de censura à liberdade de aprender e ensinar existentes no país de 2014 à 2020. As autoras elaboraram um relatório que identifica 237 projetos de censura ao todo, sendo 214 apresentados em municípios e estados e no distrito federal e mais 23 projetos apresentados no Congresso Federal. No estudo, verificou-se que o estado de São Paulo apresentou o maior número de projetos de lei; em seguida, veio o Paraná e o Rio Grande do Sul. A região Sudeste foi a que mais teve projetos de censura, sendo 75 no total, seguida da região Sul, com 56 no total. O relatório evidencia que a atuação da direita aparece com força no cenário nacional em vários níveis do Estado para tirar da educação qualquer política incentivadora da discussão de gênero e sexualidade. Grupos familistas pressionaram para que o termo gênero fosse censurado nos planos.

Biroli (2020) chama atenção para a agenda de valorização da família, o chamado familismo, o qual participa das atuais crises na democracia brasileira. Segundo a autora, a literatura voltada para o tema indica haver uma articulação entre a institucionalização dessa agenda conservadora, a diminuição de direitos e o reenquadramento de políticas públicas com o foco na família. Ela ainda sinaliza que essa relação entre o familismo e a erosão das democracias se dá de maneira muito direta e pode 'legitimar' formas de censura, de perseguição política, pautando-se na ideia de que existe uma ameaça à família e à infância. Nesse contexto, o ESP pertence à concepção familista, uma vez que o núcleo familiar se torna uma arma potente na tentativa de destruir quaisquer valores que supostamente rivalizem com os seus.

Nota-se, portanto, a preocupação com abordagens de temas que problematizem as concepções socioculturais, políticas e econômicas dominantes e no que diz respeito às questões de gênero, sexualidade, além de modelos familiares, críticas ao capitalismo e ao conservadorismo. Segundo Virgílio (2022), a escola ainda está ancorada em modelos tradicionais e pouco tem conseguido acompanhar as transformações geracionais, fazendo com que ela mesma seja criadora de violência em alguns momentos. O autor explica que esse fato se dá principalmente porque a escola ainda atua para homogeneizar o comportamento dos estudantes. Uma das formas de manter estruturas abaladas pela ocorrência de comportamentos diferentes dos esperados para meninos e meninas é a

negação dos debates acerca do assunto (Virgílio, 2022). Parte dessa negação ocorre porque a escola ainda é um espaço de disputas, onde vemos atualmente avanços de políticas que atendem interesses privatistas (Virgílio, 2022). Portanto, o movimento de silenciamento do tema na escola e na sociedade teve relação direta com a pauta moral do governo Bolsonaro.

Nesse contexto, combater a chamada ‘ideologia de gênero’ sempre foi um dos principais eixos da agenda política do ex-presidente e esteve presente nas falas e ações de ex-ministros como Damares Alves, da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Abraham Weintraub, da Educação, e Ernesto Araújo, das Relações Exteriores. Nesse último caso, em comunicado oficial interno no Itamaraty, Araújo orientou o banimento de debates sobre identidade de gênero (Galvani; Barbosa, 2019). Assim, o Brasil foi colocado no mesmo rol de nações autoritárias, como a Arábia Saudita, em relação ao binarismo biológico.

Por sua vez, Damares foi responsável pelas primeiras polêmicas que surgiram sobre o assunto ao longo do primeiro ano de governo. A ex-ministra, em uma publicação nas redes sociais, disse que a questão de gênero não era sobre diversidade, mas sim sobre algum plano maléfico de dominação da primeira infância (Galvani; Barbosa, 2019).

Assim, o modelo de organização política em que se encontrava o país representava a continuidade da conservação das estruturas e privilégios, através de práticas culturais, sociais e educacionais que mantivessem os valores tradicionais. Desta forma, questionar o papel dos sujeitos e das estruturas que garantem a hegemonia dessa organização, como o gênero, a classe social, a raça, a religião e a escola pode ser visto como uma ameaça à manutenção desse sistema. Nesse entendimento, não se deve questionar o papel do masculino, do feminino ou a sexualidade, não reconhecidos como elementos de uma construção social, reafirmando o determinismo biológico para a manutenção das vantagens de um sexo sobre o outro. Também não cabe debater a inclusão das minorias, pois, para esses setores, elas já ocupam o seu devido lugar na sociedade. Tais concepções estão naturalizadas no pensamento político conservador e são imutáveis em seu ponto de vista.

4.2

Educação em direitos humanos: uma ferramenta contra a lógica neoconservadora

Inicialmente, convém explicitar que, nesta tese, entendem-se direitos humanos como um conjunto de princípios e normas que visam a garantir a dignidade, a liberdade e a igualdade de todos os indivíduos. Sua construção é um processo histórico desenvolvido ao longo dos séculos, influenciado por diversas correntes filosóficas, sociais e políticas.

Após a Segunda Guerra Mundial, os direitos humanos ganharam dimensão global, culminando na adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948 (Morsink, 1999). O documento é considerado um marco fundamental na promoção e proteção dos direitos fundamentais em todo o mundo. A construção dos direitos humanos também é influenciada por movimentos sociais, o que inclui, além daqueles constantemente mencionados aqui, o de luta contra a discriminação racial, que ampliaram a compreensão e a aplicação dos direitos para incluir grupos historicamente marginalizados (Hunt, 2007).

Por outro lado, o texto de DUDH de 1948 embasa-se em um conceito historicamente construído a partir do paradigma do homem branco, heterossexual, ocidental, considerado como universal. Diante desta realidade, a sociedade tem convivido com violações sistemáticas de direitos e de corpos femininos e LGBTQIA+, as quais dispõem de diversas estratégias políticas para que se mantenham os privilégios dos grupos dominantes aqui tratados.

Nesse sentido, é importante destacar algumas falhas na DUDH, já que a violação às suas determinações têm sido cada vez mais notáveis. Políticas públicas direcionadas a essa parte oprimida da população muitas vezes não são suficientes em contextos sociais excludentes, como os do Brasil e da maioria dos países da América Latina, principalmente com a ascensão da extrema direita. A luta pelos direitos humanos é um esforço contínuo em que a conscientização e a educação são fundamentais para combater práticas violadoras e promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

Em sua contribuição ao debate, Candau (2015) discute a relação entre teoria e prática dos direitos humanos, enfatizando que, embora existam princípios e normas estabelecidos, a aplicação efetiva desses direitos muitas vezes enfrenta desafios no mundo real. Ela destaca a importância de não apenas entender os direitos humanos de forma teórica, mas também de implementá-los de maneira prática, garantindo que todas as pessoas possam usufruir dos direitos em seu cotidiano. A prática dos direitos humanos deve ser prioridade, o que requer um compromisso contínuo de governos, organizações e indivíduos para promover e proteger esses direitos. Para que a valorização dos direitos fundamentais e o

combate à sua violação sejam reais, um dos possíveis caminhos é o da educação em direitos humanos (EDH), a qual desempenha um papel fundamental na conscientização e na valorização da dignidade humana, da diversidade e da inclusão.

A EDH está ligada à transformação social e libertadora, tendo como papel principal o empoderamento de sujeitos e grupos sociais desfavorecidos que serão capazes de reconhecer e reivindicar seus direitos. A finalidade principal da EDH é educar para a paz, para a democracia, para a responsabilidade social, para reconhecer e aceitar a diversidade, com a capacidade de resolver conflitos de forma não violenta, respeitando todo patrimônio cultural, nutrindo os sentimentos de solidariedade e equidade em nível nacional e planetário (Tuvilla Rayo, 2004).

Com essa finalidade, um trabalho sistemático de EDH surgiu na metade dos anos 1980 no Brasil (Candau; Sacavino, 2003), processo marcado pela realização, em 1985, do 3º Curso Interdisciplinar de Direitos Humanos realizado pelo Instituto Internacional de Direitos Humanos (IIDH) em Costa Rica, com a presença de diversos profissionais. Segundo Silva (2010), três polos de trabalho foram criados no Brasil: Universidade Federal da Paraíba (UFP) como polo do Nordeste; PUC-Rio e a Comissão Justiça e Paz (Arquidiocese de SP), no Sudeste. Foram realizados cursos e seminários com apoio do IIDH, da UNESCO, da Rede Latina Americana de educação para a Paz e os Direitos Humanos do Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL). Com a entrada do Governo Federal no debate, a implementação de uma EDH ocorreu principalmente através da criação do Programa Nacional de Direitos Humanos (Ministério da Justiça) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Ministério da Educação) (Silva, 2010).

Fazendo uma síntese da EDH no Brasil, as principais políticas públicas voltadas para a EDH incluem: o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) I, II e III, lançados, respectivamente, em 1996, 2002 e 2010; o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), cuja primeira versão foi criada em 2003, revisada com a ampla participação de universidades e da sociedade civil, disponibilizada para consulta em 2006 e atualizada em 2013; e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEDH), lançadas em 2012. Além disso, os principais documentos internacionais que orientam a EDH são: a DUDH, de 1948; a Declaração e Programa de Ação de Viena, de 1993; e o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH), de 2012. Segundo as Diretrizes Nacionais, em seu artigo terceiro, a EDH é pautada nos seguintes princípios:

- a) dignidade humana;

- b) igualdade de direitos;
- c) reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- d) laicidade do Estado;
- e) democracia na educação;
- f) transversalidade, vivência e globalidade e
- g) sustentabilidade socioambiental.

Nesse sentido, não causa espanto que tais princípios encontrem opositores entre os agentes das ideologias neoconservadoras.

4.2.1

A educação em direitos humanos e as ideologias neoconservadoras

A ascensão da extrema direita no Brasil vem gerando preocupações significativas em relação à violação dos direitos humanos. Segundo a Anistia Internacional, “a retórica de ódio e a deslegitimação de grupos minoritários têm se intensificado, resultando em um ambiente hostil para defensores dos direitos humanos” (Anistia Internacional, 2020). Além disso, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) destacou que “as políticas e discursos promovidos por líderes de extrema direita contribuem para a normalização da violência e da discriminação, especialmente contra populações vulneráveis, como indígenas, negros e LGBTQIA+” (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 2021).

Durante o governo de Jair Bolsonaro, os direitos da comunidade LGBTQIA+ enfrentaram sérias violações e retrocessos. O ex-presidente frequentemente fez declarações consideradas homofóbicas, como quando afirmou que “não poderia ter um filho gay” e que preferiria que seu filho morresse em um acidente do que se fosse gay (Veja, 2018). Essas falas não apenas alimentaram um ambiente de intolerância, mas também impactaram negativamente nas políticas públicas voltadas para a proteção de grupos vulnerabilizados e na promoção dos direitos LGBTQIA+. Organizações como a Anistia Internacional e o Grupo Gay da Bahia relataram aumento nos casos de violência e discriminação contra pessoas LGBTQIA+ durante esse período, evidenciando a necessidade urgente de políticas de proteção e inclusão (Anistia Internacional, 2020; Gastaldi; Benevides; Larrat, 2022). A falta de apoio governamental e a veiculação de discursos de ódio contribuíram para um cenário de vulnerabilidade e marginalização dessa população no Brasil.

Ainda no governo Bolsonaro, diversas organizações e especialistas apontaram um aumento nas violações dos direitos das mulheres no Brasil. Segundo pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2020, os casos de feminicídio aumentaram em 22% em comparação ao ano anterior, refletindo um ambiente de crescente violência de gênero. Esse período também foi marcado por um retrocesso significativo nos direitos reprodutivos das mulheres, refletindo uma agenda política que prioriza valores conservadores em detrimento da saúde e da autonomia feminina. Um dos principais pontos de retrocesso foi a tentativa de deslegitimar o aborto seguro, que já é permitido em casos específicos no Brasil, como em situações de anencefalia, risco à vida da mulher e em casos de violência sexual. Em 2019, o então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, afirmou que o governo não apoiaria a ampliação do acesso ao aborto, reforçando uma visão conservadora que ignora as necessidades de saúde das mulheres (Luna, 2019).

Além disso, a proposta de revisão de políticas públicas voltadas para a saúde da mulher, como o Programa de Saúde da Família, também levantou preocupações. A redução de recursos destinados a essas iniciativas pode impactar diretamente o acesso a métodos contraceptivos e ao acompanhamento pré-natal, essenciais para a saúde reprodutiva (Silva, 2024). Assim, a retórica antiaborto e a falta de apoio a políticas de educação sexual nas escolas também contribuem para um ambiente de desinformação e estigmatização em torno dos direitos reprodutivos. A ausência de uma abordagem abrangente sobre saúde sexual e reprodutiva nas diretrizes educacionais pode perpetuar mitos e aumentar a vulnerabilidade das mulheres (Costa, 2022).

Sobre os discursos promovidos por líderes da extrema direita, a semana do dia 20 de janeiro de 2025 foi marcada por uma fala do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, no evento de posse do seu segundo mandato. Uma nova agenda antigênero foi declarada por Trump, na qual prometeu a extinção de programas de diversidade e voltou a reiterar que alterará políticas federais sobre gênero nos Estados Unidos (Bock 2025). Em seu primeiro mandato, iniciado em 2016, Trump adotou políticas que frequentemente se opuseram à igualdade de gênero e aos direitos LGBTQIA+. Ele apoiou a proibição de pessoas transgênero nas forças armadas e revogou proteções para pessoas LGBTQIA+ em várias áreas, como saúde e educação. Seu governo foi fortemente marcado por retóricas que deslegitimavam as questões de gênero e sexualidade (Bock, 2020). No Brasil, Bolsonaro adotou linha semelhante, opondo-se, da mesma forma, às políticas que

promovem a igualdade de gênero e os direitos das minorias (Guazina, Leite e Santos, 2021).

Como uma possível forma de combater as lógicas neoconservadoras e, conseqüentemente, evitar a reincidência de governos de extrema direita, como ocorre atualmente nos EUA, com o retorno de Donald Trump, a EDH se apresenta como ferramenta para vencer tal batalha. Para isso, a abordagem do “educar para o nunca mais”, que enfatiza a importância de aprender com os erros do passado para evitar repeti-los no futuro, pode colaborar, pois garante o resgate de uma memória histórica, rompendo a cultura do silêncio e da impunidade ainda muito presente no país (Candau, 2009). A autora se refere às atrocidades ocorridas durante a ditadura militar no Brasil, que, porém, continuam sendo bastante atuais no nosso contexto.

A extrema direita no Brasil tem raízes históricas que podem ser relacionadas à ditadura militar que ocorreu entre 1964 e 1985. A retórica de combate ao comunismo e a defesa de valores tradicionais são algumas das características que conectam esses grupos à herança da ditadura militar, como falamos no capítulo anterior. No dia 26 de março de 2019, o ex-presidente da república, Jair Bolsonaro, determinou que o Ministério da Defesa fizesse as “comemorações devidas” pelos 55 anos do golpe civil militar que deu início a uma ditadura no país (Mazui, 2019). Ao votar a favor do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, Bolsonaro, na época deputado federal, homenageou publicamente o coronel Carlos Brilhante Ustra, reconhecido pela justiça como torturador no período ditatorial.

Nesse contexto, para que a educação tenha um papel importante na transformação social, Candau (2009) descreve alguns movimentos a serem incluídos no processo educativo e que são aspectos fundamentais para a construção da democracia. São eles: saber seus direitos, empoderamento, promover a capacidade argumentativa e ser um(a) cidadão(ã) ativo(a) (Candau, 2009; Candau et al., 2013). O quadro abaixo pode ajudar na compreensão:

Quadro 7 – Movimentos no processo educativo na perspectiva dos direitos humanos

Saber seus direitos	“A maior parte dos cidadãos/ãs latino-americanos tem pouca consciência de que são sujeitos de direito. Esta consciência é muito débil, muitos grupos sociais –inclusive por ter a cultura brasileira e latino-americana em geral um caráter patrimonialista, paternalista e autoritário –
---------------------	---

	consideram que os direitos são dádivas de determinados políticos ou governos. Os processos de educação em direitos humanos devem começar por favorecer processos de formação de sujeitos de direito, a nível pessoal e coletivo, que articulem as dimensões ética, político-social e as práticas cotidianas e concretas” (Candau, 2009, p. 42).
Empoderamento	“Outro elemento considerado fundamental na educação em direitos humanos é favorecer o processo de “empoderamento” (“empowerment”), principalmente orientado aos atores sociais que historicamente tiveram menos poder na sociedade, isto é, poucas possibilidades de influir nas decisões e nos processos coletivos. O “empoderamento” começa por liberar as possibilidades, a potência que cada pessoa tem para que ela possa ser sujeito de sua vida e ator social. O “empoderamento” tem também uma dimensão coletiva. Trabalha na perspectiva do reconhecimento e valorização dos grupos sócio-culturais excluídos e discriminados, favorecendo sua organização e participação ativa na sociedade civil” (Candau, 2009, p. 42).
Promover a capacidade argumentativa	“uma competência importante que deve ser desenvolvida na formação de um sujeito de direitos é o uso da palavra e a capacidade argumentativa, para ter condições de defender com consistência seus direitos e os das outras pessoas ou grupos. Fazer uso do poder da palavra e não da força, da persuasão e não da imposição é uma habilidade importante a ser cultivada” (Candau et al., 2013, p. 43).

Ser um cidadão ativo e participativo	“Ser sujeito de direito supõe também desenvolver a consciência do poder que cada pessoa tem e isso passa pela visão de uma cidadania ativa e participativa como um componente fundamental da construção democrática. A cidadania assim entendida implica o exercício ativo da participação como direito de todos a serem sujeitos individuais e coletivos na construção social e política local, nacional e planetária, como membros da sociedade civil” (Candau et al., 2013, p. 43).
--------------------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora (2025) a partir de Candau et al. 2013 e Candau, 2009.

Conforme Candau et al. (2013), a EDH torna viável a cidadania plena quando contribui com o empoderamento do sujeito e dos grupos historicamente desfavorecidos. Discutir sobre direitos humanos, igualdade de gênero e o respeito à orientação sexual é fundamental para um mundo livre de machismo, homofobia, misoginia e de qualquer outro tipo de preconceito.

4.2.2

Educação em direitos humanos, ensino de Ciências Biológicas e neoconservadorismo

Os processos educativos em geral, e principalmente aqueles que ocorrem no interior das escolas, constituem-se dinâmicas de socialização da cultura. A EDH enfatiza a importância da cultura como um elemento fundamental para a promoção e proteção dos Direitos Humanos. Nesse aspecto, Candau et al. (2013) pontuam que a formação de professores constitui um espaço privilegiado para a afirmação da EDH nas escolas a fim de que os professores se tornem agentes multiplicadores da cultura dos Direitos Humanos, desenvolvendo um trabalho a favor de uma lógica contra-hegemônica. Para estabelecer o propósito de uma EDH e a formação de cidadãos com pensamento crítico, os professores devem ser capazes de refletir sobre os problemas sociais, promovendo um ensino que forme alunos reflexivos e ativos. Por isso, o ensino não deve ser meramente uma reprodução de conteúdos pré-estabelecidos, pois isso reafirma o status da desigualdade e torna o docente um simples reproduzidor de técnica (Giroux, 1997). Deve-se aproveitar o privilégio do papel social da escola para propor discussões

sobre igualdade de direitos e formas de preconceito e, através de práticas reflexivas, prevenir ciclos de atividades estereotipadas (Furlan; Furlan, 2011).

Levinson (2010) afirma que a relação entre cidadania e disciplinas do campo das Ciências tem sido uma tendência dos currículos mais atuais, demonstrando a necessidade de formação de cidadãos para a participação ativa na sociedade e para a tomada de decisões em relação a temas sociocientíficos. Partindo desse princípio, o ensino de Biologia pode ser visto como uma ferramenta crítica no campo educacional, uma vez que o professor da disciplina é considerado o que tem o 'saber competente' para discutir temas ligados ao corpo e, consequentemente, a gênero e sexualidade (Pereira; Monteiro, 2015).

Por outro lado, Pereira e Monteiro (2015) afirmam que ainda não há apropriação da perspectiva da construção social de sexualidade e gênero, indicando a falta de diálogo entre a área biológica e das Ciências Sociais. Conforme Bird e Rieker (1999), a limitação do paradigma biomédico é acompanhada por um hiato no paradigma das Ciências Sociais. Explicações científicas com premissas reducionistas tendem a esclarecer os fenômenos como puramente biológicos ou sociais. A rivalidade entre esses dois campos faz com que uma perspectiva integrada seja ignorada, fragmentando o pensamento científico.

Em decorrência dos discursos hegemônicos ensinados nos cursos de formação docente em Biologia, a compreensão da sexualidade e do gênero pode ser entendida como algo que acontece naturalmente, inerente ao ser humano. Portanto, essa ideia pode dificultar o reconhecimento nos cursos de licenciatura de que gênero e sexualidade são uma construção social de dimensões políticas. Essa concepção hegemônica pode estar ancorada nos discursos de caráter puramente biológicos, que supõem a não influência de fatores externos aos corpos humanos. Corroborando essa perspectiva, Orozco Marín (2018) aborda a desvalorização de outras perspectivas das ciências biológicas como o diálogo com as ciências humanas. O autor também considera que se deve discutir a perspectiva reducionista, anatômica e fisiológica da sexualidade na Biologia, e refletir com o docente em formação. Para problematizar essa ideia, é fundamental compreender que a sexualidade é construída de diversos modos pelos sujeitos ao longo da vida e, assim, além de uma questão pessoal, há dimensões socioculturais e políticas (Louro, 2000).

As pesquisas em Ensino de Ciências demonstram que professores vêm abordando questões puramente biológicas relacionados às propriedades anatômicas, morfológicas e fisiológicas do corpo humano, por terem dificuldades

para estabelecer certos debates em sala de aula, devido a questões religiosas da comunidade escolar e/ou preocupações com a interpretação que os responsáveis pelos estudantes terão sobre o tema (Viana; Pastoriza, 2020).

Nesse sentido, para pensar a escola como propagadora de igualdade e instituição necessária no processo emancipatório, são necessárias mudanças de fato na estrutura dos cursos de licenciatura, intensificando as abordagens relacionadas às desigualdades sociais. Além disso, é indispensável o engajamento político dos profissionais da educação para que se lute contra as interferências de grupos com ideais religiosos e moralistas e consigamos estabelecer um Estado efetivamente laico e democrático.

Cursos de formação de professores de Ciências Biológicas devem, em tese, abordar as questões de gênero e sexualidade no currículo, já que no parecer do Conselho Nacional de Educação / Conselho Estadual de Saúde (CNE/CES) 1301/2001, o qual estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Biológicas (Brasil, 2001), destaca que a Biologia está envolta em dimensões sociais, culturais e políticas, reforçando que as demandas educacionais contemporâneas apontam para uma formação docente que assuma abordagens socioculturais no processo de ensino e aprendizagem. A segunda “competência e habilidade” que consta nesse documento aponta para o:

“reconhecimento de formas de discriminação racial, social, de gênero etc. que se fundem inclusive em alegados pressupostos biológicos, posicionando-se diante delas de forma crítica, com respaldo em pressupostos epistemológicos coerentes e na bibliografia de referência” (Brasil, 2001).

Henriques et al. (2022), ao abordar o avanço do novo conservadorismo brasileiro nas disciplinas de Ciências e Biologia, mais especificamente na formação de professores, pontuam ser indispensável que, pelo menos em algumas ocasiões da formação docente, utilizem-se aspectos capazes de retirá-los de sua zona de conforto. Para os autores, muitos licenciandos são fortemente influenciados pelos crescentes grupos religiosos conservadores, especialmente aqueles vindos das camadas populares, carregando visões de mundo totalizantes em diferentes áreas, da sexualidade à diversidade biológica dos seres vivos.

Sepulveda e Sepulveda (2020), alertam que, em alguns cotidianos escolares existe discriminação e perseguição contra estudantes LGBTQIA+, cometidas por alguns professores e funcionários. Em entrevistas, esses profissionais atribuíam as causas da homossexualidade e da bissexualidade dos alunos a duas questões: doença ou orientação educacional errada. Eles declaravam que a homossexualidade e a bissexualidade são condenadas pela Bíblia e que, por

serem educadores evangélicos, sua missão era curar e educar os estudantes LGBTQIA+ para que retornassem ao caminho correto, que seria o caminho religioso, rompendo com a laicidade da escola e disseminando o preconceito.

O fato demonstra que as concepções dos professores reverberam na sua prática, conforme Tardif (2014). Para o autor, lecionar exige do docente a capacidade de utilizar um vasto leque de saberes. De fato, os professores utilizam também seu saber pessoais, advindo de lugares sociais anteriores à carreira e fora do trabalho. O saber profissional está na confluência entre várias fontes de saberes derivados da história de vida, da sociedade, da escola, dos lugares de formação etc. (Tardif, 2014).

Além de perseguições na escola, professores de universidades públicas costumam ser ameaçados quando discutem gênero e sexualidade. Um exemplo desse tipo de reação aconteceu em 2022, justamente na FPP/UERJ, com a coordenadora do Grupo de Pesquisa e Estudos de Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços Tempos da História e dos Cotidianos – GESDI, a professora Denize Sepulveda. A estudiosa foi ameaçada e recebeu intimidações de grupos conservadores devido ao seu trabalho na universidade. As redes sociais de seu grupo de pesquisa foram alvo de mensagens, inclusive com ameaças de morte.¹⁰

Evidentemente, sabemos que a prática docente não é ou deve ser neutra ou imparcial. É concebível que os professores utilizem suas experiências pessoais e visão de mundo para formular suas concepções e que isso influencie no seu discurso em sala de aula. Além disso, a metodologia de pesquisa aqui adotada tem abordagem qualitativa que se concentra na compreensão profunda e na descrição das experiências vividas pelos sujeitos da pesquisa. Porém, entendo que o limite do discurso dos sujeitos deve estar pautado na laicidade do Estado, nos direitos humanos, nas leis e não em concepções religiosas, por mais que estas façam parte do sujeito.

No que diz respeito às ações entre o governo federal e grupos religiosos conservadores, a política de controle das identidades de gênero e da diversidade sexual é o principal ponto de disputa no campo da educação brasileira (Henriques et al., 2022). A marca dessa influência foi identificada por Patti, Pinhão e Daflon (2019) através de um mapeamento da BNCC, especificamente da disciplina

¹⁰ PROFESSORA da UERJ sofre ataques misóginos e ameaça de morte pelas redes sociais. ADUFF SSind. Niterói, 7 dez. 2022. Disponível em: <<http://aduff.org.br/site/index.php/noticias/noticias-recents/item/5205-professora-da-uerj-sofre-ataques-misoginos-e-ameaca-de-morte-pelas-redes-sociais>>. Acesso em: 3 mar. 2025.

ciências naturais do ensino fundamental. O mapa evidenciou um retrocesso no tema “sexualidade” devido à ênfase no determinismo biológico e à ausência de termos como “identidade” e “gênero”. O documento tem força de lei e sua função é regular conteúdos e práticas em todos os níveis da educação brasileira, incluindo a formação de professores via proposta para BNCC da formação de professores da educação básica (Brasil, 2018).

Ainda que os grupos neoconservadores pressionem para que gênero e sexualidade não sejam discutidos na educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) preveem a necessidade de respeitar e valorizar a diversidade e os direitos humanos. De acordo com a atual resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a BNC-Formação, no Art. 8º - fundamentos pedagógicos destinados à formação inicial de professores para a educação básica, em seu parágrafo VIII, fica indicado o compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem **a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas** (Brasil, 2019, grifos meus).

5

Resultados e discussão

Neste capítulo, debruço-me sobre as análises de questionários, entrevistas e documentos pertinentes às disciplinas em que, notadamente, os temas aqui estudados, estão evidentes. As entrevistas serão discutidas e suas concepções serão detalhadamente trabalhadas à cada temática categorizada de acordo com a Análise Textual Discursiva (Moraes; Galiazzi, 2016), para na próxima seção responder as perguntas de pesquisa de forma mais consolidada.

5.1

Análise da ementa e material relacionado às disciplinas que permitem a discussão de gênero e sexualidade

A licenciatura plena em Ciências Biológicas da Faculdade de Formação de Professores da UERJ conta com 48 disciplinas obrigatórias, as quais englobam temáticas sociais, políticas, educacionais e relacionadas diretamente à Biologia. No site da instituição, no qual há informações do curso, verificamos a ementa de cada disciplina da graduação em Ciências Biológicas e encontramos apenas uma (anexo A) com a temática de sexualidade (Laboratório de Ensino I), que é parte do primeiro período do curso. Porém, o termo “gênero” não aparece no documento. Destacamos o texto dos objetivos da disciplina descrito no site da faculdade.

Compreender as questões de saúde, ambiente e sexualidade a partir de uma perspectiva histórica; analisar práticas e materiais didáticos envolvendo os temas educação ambiental, saúde e sexualidade no contexto da escola básica e de espaços educativos não-formais; produzir materiais e metodologias inovadoras para o trabalho com estes temas; elaborar projetos educativos para espaços escolares e/ou comunitários (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, [20--]).

Já o texto da ementa não se refere explicitamente nem à temática de gênero e nem à sexualidade.

Educação para a promoção da saúde em espaços educativos formais e não-formais: análise crítica da realidade passada e atual; recursos didáticos convencionais e alternativos para a abordagem do tema; elaboração de projetos educativos para espaços escolares e/ou comunitários (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, [20--]).

A bibliografia indicada na ementa não demonstra se há abordagem de gênero e sexualidade no seu conteúdo. Stoppard (1998) e Suplicy (1988) são as duas referências ali presentes que possivelmente abordam as temáticas de gênero e sexualidade, porque se referem a sexo na adolescência, como podemos verificar no quadro 8.

Quadro 8 – Bibliografia da disciplina Laboratório de Ensino I do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da FFP-UERJ

BIBLIOGRAFIA DA DISCIPLINA LABORATÓRIO DE ENSINO I DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UERJ-FFP
BOFF, Leonardo. Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres. São Paulo: Ática, 1995. CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. DEAN, WARREN. A ferro e a fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. DIEGUES, Antônio C. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: Hucitec, 1996. GRÜN, MAURO. Ética e Educação Ambiental: A conexão necessária. Campinas, SP: Papirus, 1996. GUATTARI, FÉLIX. As Três Ecologias. 5ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1995. GUIMARÃES, MAURO. A dimensão ambiental na educação. Campinas, SP: Papirus, 1995. HOCHMAN, GILBERTO. A Era do Saneamento. São Paulo: Hucitec, 1998. MARTINS, R. A. Contágio: história da prevenção das doenças transmissíveis. São Paulo: Moderna, 1997. PENTEADO, H. D. Meio Ambiente e Formação de Professores. São Paulo: Cortez, 1994. REIGOTA, Marcos. Meio Ambiente e Representação Social. São Paulo: Cortez, 1995. RODRIGUES, Vera Regina (Coord.). Muda o Mundo, Raimundo!: educação ambiental no ensino básico do Brasil. Brasília: WWF, 1996. STOPPARD, MIRIAM. Sexo. Um guia para adolescentes. São Paulo: Marco Zero, 1998. SUPLICY, M. Sexo para Adolescente. São Paulo: FTD, 1988. VERNIER, JACQUES. O meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1994.

Fonte: Universidade do Estado do Rio de Janeiro ([20--], grifos meus).

Na observação das ementas de todas as disciplinas da área de educação do curso não foram encontradas referências às temáticas de gênero e sexualidade. Uma hipótese sobre essa ausência é que a ementa seja bem antiga, pois as referências são anteriores a 2000. Isso é um indício de que as práticas em sala de aula provavelmente já se modificaram, mas a ementa não foi alterada. Além disso, é provável que a temática não fosse abordada nos cursos nesse período, porque esse debate não era muito difundido na própria sociedade.

A disciplina da área da educação oferecida pelo curso com potencial para discutir gênero e sexualidade seria Sociologia da Educação, oferecida para o segundo período. Porém, em sua ementa, disponível no site da universidade, os temas não parecem estar presentes (anexo B). Além disso, a professora Denize Sepulveda, do Departamento de Educação da universidade, mencionou uma disciplina surgida durante a pandemia, a qual tem relação com a temática de direitos humanos, porém, ela não se encontra na listagem de disciplinas do site. Também soubemos pela professora que a disciplina de Didática, oferecida para todos os cursos de licenciatura da universidade, aborda questões referentes à gênero e sexualidade, porém não encontramos tal informação na ementa disponível no site.

Mesmo não havendo ementas disponíveis que tratem explicitamente de gênero e sexualidade, pode ser que tais temas sejam abordados nas disciplinas, pois as ementas disponíveis trazem referências antigas, com mais de 20 anos desde sua publicação, portanto podem estar desatualizadas e, por isso, não refletem o que é efetivamente ensinado em sala de aula, sobretudo se usarmos como referência ao ano de 2003, quando foi criado o Grupo de Estudo Gênero Sexualidade e Educação (GE23) da ANPEd, alçado a Grupo de Trabalho (GT23) em 2005, portanto, podemos supor que as ementas antigas não refletem a produção bibliográfica na área de educação ou de ensino de ciências sobre esses temas.

5.2

Aplicação dos questionários

Primeiramente, estabeleci contato com a chefe do Departamento de Ciências da FFP/UERJ e a pesquisa passou por uma comissão de análise do próprio departamento até ser aceita pela universidade. Depois de aceita, a coordenação do curso de Ciências Biológicas me forneceu o contato dos

professores das disciplinas selecionadas. Assim, agendamos o dia para aplicar os questionários.

A intenção foi aplicar os questionários presencialmente, como realizado no pré-teste, através da leitura de um QR Code impresso em papel que direcionava para o questionário na plataforma Google Forms, em que os licenciandos respondiam as questões pelos seus próprios celulares. No dia 6 de novembro de 2023, na aula de Anatofisiologia Humana II, os alunos escanearam o QR Code dos questionários, porém não conseguiram acesso e se mostraram desanimados. A sala onde a aula estava acontecendo estava com problemas para a captura de sinal de Internet. Com isso, os alunos pediram para responder em casa. Enviei o link de acesso ao questionário ao professor da disciplina, ele o enviou aos alunos no dia seguinte, através do grupo da disciplina no WhatsApp. A turma tinha o total de 14 alunos inscritos e 11 estavam presentes no dia. Apenas oito estudantes responderam ao questionário. A docente da disciplina Laboratório de Ensino I não tinha data e horário para que realizássemos a pesquisa em sua turma.

A baixa quantidade de alunos na disciplina de Anatofisiologia Humana II e de alunos respondentes levou a mudança de estratégia. Pedi para que a coordenação do curso de Ciências Biológicas encaminhasse o link do questionário para os professores do departamento de Ciências e para o Centro Acadêmico de Biologia (C. A. Bio). Os professores e o C. A. Bio encaminharam o link para os grupos de WhatsApp dos alunos. Assim, mais respondentes se disponibilizaram. Além dessa estratégia, vários QR Codes de acesso aos questionários foram impressos e distribuídos nas salas de aula das disciplinas do curso de Biologia, ao longo de 4 dias, no turno da noite.

Como resultado dessas duas estratégias, a pesquisa alcançou um total de 47 alunos que responderam ao questionário. Diante da baixa adesão dos alunos, optei por fazer entrevistas em vez de grupos focais, como havia pensado inicialmente. Enviamos e-mail para todos os respondentes, mas apenas dez responderam se disponibilizando a darem entrevista.

Apenas um aluno pediu para que a entrevista fosse presencial, na FFP, os outros nove a realizaram virtualmente, através da plataforma Zoom. As entrevistas foram gravadas e transcritas para serem analisadas conforme o objetivo da pesquisa.

No questionário, o bloco de questões mais diretamente relacionadas às concepções de questões de gênero e sexualidade foi organizado em uma sequência de afirmativas, para as quais os respondentes deveriam indicar sua

concordância através de uma escala de Likert de cinco pontos, sendo 1 ponto para “discordo totalmente” até 5 para “concordo totalmente”.

5.3

Perfil geral dos participantes: período da graduação

Quanto ao perfil dos alunos informados no questionário, temos as seguintes estatísticas: 40% dos 47 respondentes dos questionários estão no oitavo período do curso ou períodos superiores; cerca de 14,9% dos alunos estão no primeiro período; 12,8% se encontram no sétimo período e 10,6%, no terceiro. Estão no quinto período 8,5% dos respondentes; 6,4% no segundo; 4,3% no sexto e 2,1% no quarto período. A maioria dos alunos entrevistados são do oitavo período ou períodos superiores, porque a disciplina de Anatofisiologia Humana II, para a qual passamos o questionário inicialmente, é cursada por alunos dos últimos períodos.

Tabela 2 – Período da graduação em Ciências Biológicas dos participantes

Período	Quantidade	Porcentagem
1º	7	14,9%
2º	3	6,4%
3º	5	10,6%
4º	1	2,1%
5º	4	8,5%
6º	2	4,3%
7º	6	12,8%
8º	19	40,4%
TOTAL	47	100%

Fonte: Elaboração própria (2025).

Acerca do gênero e da orientação sexual dos participantes, vejamos a seguinte tabela e demais dados que a sucedem:

Tabela 3 – Gênero e sexualidade dos participantes

Sexualidade	Quantidade	Porcentagem
Heterossexual	23	48,9%
Bissexual	10	21,3%
Homossexual	7	14,9%
Pansexual	2	4,2%
Demissexual	1	2,1%
Não deseja informar	4	8,5%

Fonte: Elaboração própria (2025).

A maioria dos alunos se identifica como mulher — 57,4% —, dado que se assemelha ao que a bibliografia sugere sobre a profissão docente ser majoritariamente feminina. Apenas 40,4% se identificam como homens; 2,1% se identificam como gênero fluido. Todos as pessoas respondentes se identificam como cisgênero. Sobre a orientação sexual, como mostra a tabela acima, cerca de 48,9% dos alunos são heterossexuais; 21,3%, bissexuais; 14,9%, homossexuais; 8,5% não desejaram informar; 4,2% são pansexuais e 2,1% é demissexual. Esses dados sobre a sexualidade dos participantes nos demonstram que a maioria dos alunos podem não ser heterossexuais, se levarmos em consideração os que não desejam informar sua sexualidade.

É provável que esses alunos não se sintam confortáveis em responder por não se encaixarem nas regras heteronormativas. Portanto, os dados nos demonstram a hipótese de que a maioria dos alunos respondentes não têm um pensamento com tendência conservadora por se tratarem de sujeitos não heterossexuais, pois, segundo Junqueira (2019), os grupos conservadores consideram a heterossexualidade como a única orientação sexual aceitável, enquanto veem a homossexualidade de forma negativa. Essa perspectiva busca preservar ou retornar a um modelo social em que a família biológica, formada por um homem e uma mulher heterossexuais, é vista como o padrão "normal", refletindo valores patriarcais e heteronormativos.

No que diz respeito ao estado civil dos respondentes, 97,9% são solteiros; 2,1%, casados. Desse total, 95,7% não têm filhos; 2,1% têm um filho e 2,1%, dois

filhos. Esses dois dados contrariam uma configuração tradicional de família, já que há respondentes que têm filhos, mas não estão casados.

Devemos destacar os dados sobre gênero, sexualidade, estado civil e quantidade de filhos dos participantes, pois podem demonstrar que, mesmo em um contexto de grande presença evangélica no município de São Gonçalo, as configurações de família podem ser muito mais diversas do que as igrejas e discursos conservadores apregoam, pelo menos dentro da universidade.

As informações abaixo dizem respeito à localidade de moradia das pessoas participantes do estudo.

Tabela 4 – Municípios onde moram os participantes

Município	Quantidade	Porcentagem
São Gonçalo	28	59,6%
Niterói	9	19,1%
Itaboraí	3	10,6%
Rio Bonito	2	4,3%
Magé	2	4,3%
Rio de Janeiro	1	2,1%

Fonte: Elaboração própria (2025).

Tabela 5 – Bairros onde moram os participantes (continua)

Bairro	Quantidade de respondentes
Porto Novo (São Gonçalo)	5
Mutuá (São Gonçalo)	4
Arsenal (São Gonçalo)	2
Boassú (São Gonçalo)	2
Jardim Catarina (São Gonçalo)	2
Mutondo (São Gonçalo)	2
Ampliação (Itaboraí)	1

Tabela 5 – Bairros onde moram os participantes (continuação)	
Bairro	Quantidade de respondentes
Bairro de Fátima (Niterói)	1
Barbuda (Magé)	1
Barreto (Niterói)	1
Boqueirão (Rio Bonito)	1
Cidade Nova (Rio Bonito)	1
Coelho (São Gonçalo)	1
Covanca (São Gonçalo)	1
Engenhoca (Niterói)	1
Figueira (Magé)	1
Fonseca (Niterói)	1
Gradim (São Gonçalo)	1
Itaipu (Niterói)	1
Maninha (Itaboraí)	1
Outeiro das Pedras (Itaboraí)	1
Pacheco (São Gonçalo)	1
Paraíso (São Gonçalo)	1
Patronato (São Gonçalo)	1
Piratininga (Niterói)	1
Quissamã (Rio Bonito)	1
Santa Bárbara (Niterói)	1
Santa Rosa (Niterói)	1
Sapê (Niterói)	1

Tabela 5 – Bairros onde moram os participantes (conclusão)

Bairro	Quantidade de respondentes
Vila Lage (São Gonçalo)	1
Centro (São Gonçalo)	1
Covanca (São Gonçalo)	1
Monte Verde (Itaboraí)	1

Fonte: Elaboração própria (2025).

Como vemos, 59,6% dos respondentes moram em São Gonçalo; 19,1% em Niterói; 10,6% em Itaboraí; 4,3% em Rio Bonito; 4,3% em Magé e 2,1% no município do Rio de Janeiro. Ou seja, a maioria reside em áreas periféricas do Rio de Janeiro.

Apenas 43 participantes informaram o bairro de residência, quatro pessoas deixaram de responder à questão.

No aspecto faixa etária, vejamos as informações obtidas?

Tabela 6 – Faixa etária dos participantes

Faixa Etária	Quantidade	Porcentagem
18 e 21 anos	20	42,6%
22 e 29 anos	26	55,3%
30 e 39 anos	1	2,1%

Fonte: Elaboração própria (2025).

Conforme se nota, 55,3% das pessoas participantes têm entre 22 e 29 anos; 42,6%, entre 18 e 21 anos e 2,1% têm entre 30 e 39 anos. Não há participantes com idade acima de 39 anos. Assim sendo, a maioria dos participantes é composta de jovens até 29 anos.

Quanto à raça, tem-se a seguinte configuração:

Tabela 7 – Raça dos participantes

Raça	Quantidade	Porcentagem
Branco	26	55,3%
Pardo	14	29,8%
Preto	7	14,9%

Fonte: Elaboração própria (2025).

Do total, 55,3% se declaram brancos; 29,8%, pardos e 14,9%, pretos. Ou seja, a maioria dos participantes são brancos, não há amarelos e indígenas entre os respondentes. Esse quadro não representa a totalidade dos alunos da universidade, porém a porcentagem de negros (considerando a soma de pretos e pardos) se aproxima da dos brancos, fato que podemos atrelar às políticas de ação afirmativa para ingresso na universidade baseadas na raça, a partir da reserva de cotas raciais.

No que diz respeito ao elemento socioeconômico, vejamos a configuração:

Tabela 8 – Nível socioeconômico dos participantes

(continua)

Situação Financeira	Quantidade	Porcentagem
Não possui renda e os gastos são financiados por programas governamentais	16	34%
Têm renda, mas recebem ajuda da família ou de outras pessoas para financiar os gastos	12	25,5%
Não têm renda e os gastos são financiados pela família ou por outras pessoas	9	19,1%

Tabela 8 – Nível socioeconômico dos participantes		(conclusão)
Situação Financeira	Quantidade	Porcentagem
Têm renda e contribuem para o sustento da família	5	10,6%
Têm renda e não precisam de ajuda para financiar os gastos	4	8,5%
Sou o principal responsável pelo sustento da família	1	2,1%

Fonte: Elaboração própria (2025).

Assim sendo, no que concerne ao nível socioeconômico dos participantes, 34% não possuem renda e os gastos são financiados por programas governamentais; 25,5% têm renda, mas recebem ajuda da família ou de outras pessoas para financiar os gastos; 19,1% dispõem de renda e os gastos são financiados pela família ou por outras pessoas; 10,6% têm renda e contribuem para o sustento da família; 8,5% possuem renda e não precisam de ajuda para financiar os gastos; 2,1% é o principal responsável pelo sustento da família.

Ressaltamos, portanto, a importância dos programas de financiamento governamentais (34%), pois, como podemos observar, um terço dos respondentes os utilizam. É importante destacar que grupos ligados ao novo conservadorismo brasileiro enxergam os programas sociais com ceticismo. Argumentam que os benefícios sociais podem criar dependência, aumentar os gastos públicos e desincentivar o trabalho. Destaca-se também a necessidade de os participantes terem um emprego para se sustentarem e a suas famílias, ao mesmo tempo que estudam na universidade (38,2%, no total).

Além disso, 97,8% dos participantes declararam receber até dois salários mínimos mensalmente; apenas 2,2% possuem renda de três a cinco salários mínimos. Nenhum deles recebe mais que cinco salários mínimos.

Tabela 9 – Renda mensal total dos moradores da mesma casa

Renda mensal da casa	Quantidade	Porcentagem
Possuem até 3 salários mínimos	30	65,2%
Possuem de 4 a 6 salários mínimos	13	28,3%
Possuem de 7 a 11 salários mínimos	3	6,5%

Fonte: Elaboração própria (2025).

Sobre a renda mensal juntando todos que moram na mesma casa em que reside o participante, 65,2% dispõem de até três salários mínimos; 28,3% têm renda de quatro a seis salários mínimos e 6,5%, de sete a 11 salários mínimos. Nesse sentido, entendemos que os respondentes tendem a ser de classe média baixa ou camadas populares.

No item escolaridade, a realidade é a da tabela a seguir:

Tabela 10 – Escolaridade da mãe dos participantes

(continua)

Escolaridade da mãe	Quantidade	Porcentagem
Completaram o ensino médio, mas não completaram a faculdade	22	47,8%
Completaram a faculdade	8	17,4%
Completaram o 9º ano, mas não completaram o ensino médio	7	15,2%
Completaram o 5º ano, mas não completaram o 9º ano	6	13%

Tabela 10 – Escolaridade da mãe dos participantes		(conclusão)
Escolaridade da mãe	Quantidade	Porcentagem
Não completaram o 5º ano	2	4,3%
Não sabem informar	1	2,2%

Fonte: Elaboração própria (2025).

Sobre o grau de instrução das mães ou das mulheres responsáveis pelos participantes na infância, 47,8% completaram o ensino médio, mas não a faculdade; 17,4% completaram a faculdade; 15,2% completaram o 9º ano, mas não o ensino médio; 13% concluíram o 5º ano, mas não o 9º ano; 4,3% não completaram o 5º ano e 2,2% não sabem informar.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019), a escolaridade da mãe impacta no nível de alfabetismo e emprego dos filhos. Ressaltamos que tanto a escolaridade da mãe quanto do pai da maioria das pessoas participantes é igual ou menor que o ensino médio. Isso reforça o caráter de classe média baixa e camadas populares dos respondentes. Além disso, esse fato é um indicativo de que esses jovens estão alcançando um nível de escolaridade superior ao dos pais.

Tabela 11 – Escolaridade do pai dos participantes		(continua)
Escolaridade do pai	Quantidade	Porcentagem
Completaram o ensino médio, mas não completaram a faculdade	31	67,4%
Completaram a faculdade	5	10,9%
Completaram o 9º ano, mas não completaram o ensino médio	3	6,5%

Tabela 11 – Escolaridade do pai dos participantes		(conclusão)
Escolaridade do pai	Quantidade	Porcentagem
Completaram o 5º ano, mas não completaram o 9º ano	1	2,2%
Não completaram o 5º ano	3	6,5%
Não sabem informar/Não se aplica	3	6,5%

Fonte: Elaboração própria (2025).

A respeito do grau de instrução dos pais ou homens que foram responsáveis pelos participantes na infância, 67,4% completaram o ensino médio, mas não completaram a faculdade; 10,9% concluíram a faculdade; 6,5% completaram o 9º ano, mas não o ensino médio; 6,5% não terminaram o 5º ano; 4,3% não sabem informar, 2,2% completaram o 5º ano, mas não o 9º ano e para 2,2% a questão não se aplica.

Quando questionados sobre o tipo de escola onde estudaram, ofereceram as seguintes informações:

Tabela 12 – Tipos de escola em que os participantes estudaram		
Tipo de escola	Quantidade	Porcentagem
Somente estudaram em escola particular	23	48,9%
Estudaram somente em escola pública	13	27,7%
Estudaram em escola pública e em escola particular	11	23,4%

Fonte: Elaboração própria (2025).

Vemos que 48,9% estudaram no ensino médio somente em escola particular; 27,7% estudaram somente em escola pública e 23,4% estudaram em

escola pública e em escola particular. Ou seja, mesmo com a tendência de terem um perfil de classe média baixa, a maioria dos responsáveis conseguiu pagar escolas particulares para os participantes, pelo menos uma vez ao longo da infância/adolescência.

Observemos ainda o aspecto ligado ao perfil religioso das pessoas envolvidas na pesquisa:

Tabela 13 – Frequência com que vão a um templo religioso

49) Com que frequência você vai a um templo religioso ou encontro religioso?

Mais do que uma vez por semana	Uma vez por semana	Duas ou mais vezes por mês	Algumas vezes por ano	Nunca
5 (10,6%)	6 (12,8%)	5 (10,6%)	15 (31,9%)	16 (34%)

Fonte: Elaboração própria (2025).

Tabela 14 – Frequência com que realizam atividades religiosas

50) Com que frequência você realiza atividades religiosas individuais, como preces, rezas, meditações, oferendas, leituras da Bíblia ou de outros textos religiosos?

Mais do que uma vez ao dia	Uma vez por dia	Duas ou mais vezes por semana	Uma vez por semana	Uma vez por mês ou menos	Nunca
5 (10,6%)	5 (10,6%)	7 (14,9%)	5 (10,6%)	6 (12,8%)	19 (40,4%)

Fonte: Elaboração própria (2025).

Sobre a frequência que os participantes vão a um templo/encontro religioso, 34% afirmam que nunca vão; 31,9% dizem que vão algumas vezes por ano; 12,8% vão uma vez por semana; 10,6%, mais de uma vez por semana e 10,6% vão duas ou mais vezes no mês. Os dados podem nos demonstrar uma baixa frequência a uma religião institucionalizada.

Já no que diz respeito às atividades religiosas praticadas individualmente, 40,4% nunca realizam; 14,9% realizam duas ou mais vezes por semana; 12,8% praticam uma vez ao mês ou menos; 10,6%, uma vez por semana; 10,6%, mais de uma vez por dia e 10,6% praticam uma vez ao dia.

Acerca da religiosidade, temos ainda uma questão sobre o sentimento da presença divina, conforme vemos abaixo:

Tabela 15 – Quantidade de participantes que sentem a presença divina

51) Em minha vida, eu sinto a presença divina

Totalmente verdade para mim	Em geral é verdade	Não estou certo	Em geral não é verdade	Não é verdade
15 (31,9%)	12 (25,5%)	6 (12,8%)	1 (2,1%)	13 (27,7%)

Fonte: Elaboração própria (2025).

Temos a afirmação: “Em minha vida, eu sinto a presença divina”, sobre a qual 31,9% dos participantes disseram ser totalmente verdade para eles; 27,7% afirmam que não é verdade; 25,5% responderam que em geral é verdade; 12,8%, não estão certos da afirmação e para 2,1%, em geral, não é verdade a afirmação. Os dados demonstram que boa parte dos participantes sente a presença divina em sua vida. Ou seja, possuem algum tipo de fé religiosa, mesmo que não esteja ligada a uma instituição religiosa específica ou ao hábito de fazer orações.

Nesse sentido, interessa a este tudo também entender se para as pessoas a religião norteia sua maneira de viver.

Tabela 16 – Quantidade de participantes cuja religião norteia a maneira de viver

52) As minhas crenças religiosas norteiam toda a minha maneira de viver

Totalmente verdade para mim	Em geral é verdade	Não estou certo	Em geral não é verdade	Não é verdade
7 (14,9%)	6 (12,8%)	6 (12,8%)	6 (12,8%)	20 (42,6%)

Fonte: Elaboração própria (2025).

Então, quanto à afirmação “As minhas crenças religiosas norteiam toda a minha maneira de viver”, 42,6% dos participantes disseram que não é verdade; para 17%, em geral, não é verdade; 14,9% afirmam que isso é totalmente verdade; 12,8% disseram que em geral é verdade e 12,8% disseram que não estavam certos. Esses dados demonstram que boa parte dos participantes sentem a presença divina em sua vida, o que demonstra que têm algum tipo de fé religiosa, mesmo que não esteja ligada a uma instituição específica ou ao hábito de fazer orações.

A pesquisa buscou verificar também a quantidade de participantes se esforçam para viver a religião em todos os aspectos da vida e se e como suas crenças influenciam em suas concepções sobre gênero e sexualidade.

Tabela 17 – Quantidade de participantes que se esforçam para viver a religião em todos os aspectos da vida

53) Eu me esforço muito para viver a minha religião em todos os aspectos da vida

Totalmente verdade para mim	Em geral é verdade	Não estou certo	Em geral não é verdade	Não é verdade
8 (17%)	5 (10,6%)	2 (4,3%)	5 (10,6%)	27 (57,4%)

Fonte: Elaboração própria (2025).

Tabela 18 – Quantidade de participantes cujas crenças religiosas influenciam na concepção de gênero e sexualidade

54) As minhas crenças religiosas influenciam minhas concepções sobre gênero e sexualidade

Totalmente verdade para mim	Em geral é verdade	Não estou certo	Em geral não é verdade	Não é verdade
3 (6,4%)	7 (14,9%)	4 (8,5%)	7(14,9%)	31 (66%)

Fonte: Elaboração própria (2025).

À afirmação “Eu me esforço muito para viver a minha religião em todos os aspectos da vida”, 57,4% disseram que não é verdade; 17%, que era totalmente verdade para; 10,6%, que em geral é verdade; para 10,6%, em geral não é verdade e 4,3% disseram que não é verdade. Estes dados expressam um afastamento de regras de uma determinada instituição religiosa.

No que diz respeito à afirmação “As minhas crenças religiosas influenciam minhas concepções sobre gênero e sexualidade”, 66% disseram que não é verdade; 14,9%, que no geral não é verdade; 8,5% afirmaram que não estão certos; 6,4%, que é totalmente verdade e para 4,3%, em geral não é verdade. Esse é um dado importante para a pesquisa, pois mostra aqueles que não seguem (ou menos declaram que não seguem) o que a sua religião institucionalizada diz sobre essas temáticas.

Assim, vejamos a informação da religião das pessoas participantes.

Tabela 19 – Religiosidade dos participantes

Religião	Quantidade/Porcentagem
Ateus/Agnósticos	12 (25,6%)
Acreditam em Deus, mas não tenho religião	11(23,4%)
Matriz Africana	9 (19,1%)
Evangélicos	7 (14,8%)
Católicos	5 (10,6%)
Universalistas	1 (2,1%)
Espírita Kardecista	1 (2,1%)

Fonte: Elaboração própria (2025).

Como vemos, 23,4% acreditam em Deus, mas não têm religião; 21,3% são ateus; 19,1% são umbandistas; 10,6% católicos; 10,6% são evangélicos de missão; 6,4% são agnósticos; 4,2% são evangélicos pentecostais; 2,1% são universalistas e 2,1% são candomblecistas.

Percebe-se que há um baixo percentual de evangélicos e de católicos entre os participantes, possivelmente a maioria das pessoas não é filiada a religiões cujas lideranças religiosas e políticas mais frequentemente estão ligadas ao novo conservadorismo.

Os dados mostram também, como outros demonstrados anteriormente, que uma parcela considerável (23,4%) não segue uma religião institucionalizada e há ainda um percentual alto de ateus e agnósticos (25,6%).

Observemos agora a instituição religiosa de que fazem parte os interlocutores da pesquisa.

Tabela 20 – Instituição religiosa dos participantes

(continua)

Instituição religiosa	Porcentagem de respondentes	Quantidade de respondentes
Águas do trono	3,8%	1
Basílica Nossa Senhora Auxiliadora	3,8%	1

Tabela 20 – Instituição religiosa dos participantes

(conclusão)

Instituição religiosa	Porcentagem de respondentes	Quantidade de respondentes
CESN/CELO	3,8%	1
Casa Espírita de Umbanda		
Menino Jesus de Praga/ Casa Espírita de Umbanda Vovó Rita	3,8%	1
Casa Pai Joaquim de Aruanda	3,8%	1
Casa de Padilha dos Caminhos de Oxum	3,8%	1
Casa de Maria Padilha	3,8%	1
Centro da Mãe Elaine	3,8%	1
Casa de Amparo Sua Aruanda/ Ilê Àsè Ayágbá Omí	3,8%	1
Assembleia de Deus (Ministério Multiplicar)	3,8%	1
Igreja Central do Avivamento	3,8%	1
Igreja Presbiteriana de Porto Novo	3,8%	1
Igreja Presbiteriana de Itaboraí	3,8%	1
Ministério Família Rhema	3,8%	1
Igreja Nova Vida	3,8%	1
Vineyard	3,8%	1
Paróquia Nossa Senhora das Graças	3,8%	1
Paróquia Nossa Senhora das Neves	3,8%	1
Não frequenta	30,4%	8
TOTAL	100%	26

Fonte: Elaboração própria (2025).

Sobre o nome completo da instituição religiosa que os respondentes frequentam, estão organizados na tabela abaixo para melhor visualização. Apenas 26 participantes declararam tal informação. Entende-se que os participantes que não responderam essa questão não frequentam instituições religiosas.

Tabela 21 – Função religiosa dos participantes

Função religiosa	Porcentagem de participantes	Quantidade de participantes
Funções não identificadas	10,8%	3
Médium em desenvolvimento	3,6%	1
Rodante	3,6%	1
Ekedji/Cambone	7,2%	2
Equipe infantil e mídia	3,6%	1
Ministério infantil e sonoplastia	3,6%	1
Resposta desconexa da questão	3,6%	1
Pastoral da comunicação	3,6%	1
Não possui função	60,4%	17
TOTAL	100%	28

Fonte: Elaboração própria (2025).

Sobre as funções nas instituições religiosas que os respondentes frequentam, foi feita outra tabela para melhor compreensão dos resultados. Apenas 28 participantes responderam à questão. Entendo que, no caso, os participantes que não responderam essa questão não frequentam instituições religiosas ou não têm função na instituição que frequentam.

Tabela 22 – Quantidade de participantes que frequentam outra instituição religiosa, além da sua

Outras reuniões religiosas	Porcentagem de participantes	Número de participantes
Religiões de matrizes africanas, kardecismo e espiritualistas	9,9%	3
Igreja católica	3,3%	1
Metodista	3,3%	1
Religiões que são convidados a conhecer	6,6%	2
Não vão a outras reuniões	76,9%	23
TOTAL	100%	30

Fonte: Elaboração própria (2025).

Sobre os participantes frequentarem outras reuniões religiosas além das suas, vejamos a tabela que nos permite melhor visualização.

Assim como o resultado acima, entende-se que os outros 17 participantes que não responderam essa questão, não frequentam reuniões em outras instituições religiosas.

Ao separar os resultados dos participantes residentes de São Gonçalo, pretendi comparar as informações com as de respondentes de outras localidades para tentar saber se há influência do pensamento neoconservador, já que se trata de um município com ascensão de igrejas evangélicas. Dos 47 respondentes, 28 residem no município de São Gonçalo, ou seja, a maioria dos participantes. Porém, destaco que a amostra de participantes de que a pesquisa dispõe é limitada e não representa a totalidade do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da FFP/UERJ, porém trabalho com o quantitativo que foi possível conseguir.

É possível que a universidade, mesmo localizada em um município periférico e com as políticas de ação afirmativa, ainda seja uma instituição de difícil acesso para determinados grupos sociais.

Em função do perfil religioso da nossa amostra, sendo a maioria de religiões não institucionalizadas, é possível que as concepções dos participantes não estejam alinhadas com o novo conservadorismo brasileiro e que a universidade

seja um espaço que mantém a circulação de ideias e práticas progressistas mesmo em um contexto conservador. Mais adiante podemos aprofundar essas considerações conforme os dados forem analisados.

Para responder nossas perguntas de pesquisa, temos a seguir as seguintes categorias de análise: gênero, sexualidade, religião e localidade.

Tabela 23 – Gênero dos alunos moradores de São Gonçalo

Gênero	Quantidade	%
Mulher cis	17	60,7%
Homem cis	10	35,7%
Gênero fluido	1	3,6%
TOTAL	28	100%

Fonte: Elaboração própria (2025).

Tabela 24 – Gênero dos alunos moradores de outras localidades

Gênero	Quantidade	%
Mulher cis	10	52,7%
Homem cis	9	47,3%
Gênero fluido	0	0
TOTAL	19	100%

Fonte: Elaboração própria (2025).

Como dito anteriormente, nenhuma pessoa participante é trans; conforme a tabela, a maioria dos participantes são mulheres cis, tanto na primeira quanto na segunda tabela, contabilizando 60,7% residentes de São Gonçalo e 52,7% residentes de outros municípios. Os homens cis são minoria, contabilizando 35,7% dos participantes moradores de São Gonçalo e 47,3% dos participantes moradores de outros municípios.

O que é interessante ressaltar nessa categoria é que há um(a) respondente de gênero fluido dentre os respondentes residentes de São Gonçalo, o que pode demonstrar, dentro das nossas possibilidades de análise, que essa pessoa tem um pensamento mais progressista por estar na contramão da normatividade de gênero. Por outro lado, essa pessoa se declara umbandista, o que pode nos mostrar que a religião de matriz africana tende a não interferir no seu modo de ser e existir. A observação pode ser corroborada pela resposta que essa pessoa deu

ao questionário quando ela diz que as crenças dela não influenciam nas suas concepções de gênero e sexualidade e que as crenças dela norteiam sua maneira de viver. Essa pessoa não nos concedeu entrevista.

Quanto à orientação sexual das pessoas participantes, temos as tabelas abaixo; a primeira diz respeito a quem reside em São Gonçalo; a segunda engloba moradores de outras regiões.

Tabela 25 –. Sexualidade dos alunos moradores de São Gonçalo

Sexualidade	Quantidade	%
Heterossexual	11	39,2%
Bissexual	9	32,1%
Homossexual	3	10,7%
Pansexual	2	7,1%
Não deseja informar	2	7,1%
Demissexual	1	3,5%
TOTAL	28	100%

Fonte: Elaboração própria (2025).

Tabela 26 – Sexualidade dos alunos moradores de outras localidades

Sexualidade	Quantidade	%
Heterossexual	12	63,1%
Homossexual	4	21,0%
Bissexual	2	10,5%
Não deseja informar	2	10,5%
Pansexual	0	0,0%
Demissexual	0	0,0%
TOTAL	19	100%

Fonte: Elaboração própria (2025).

Conforme a tabela 25, que demonstra a sexualidade dos alunos residentes em São Gonçalo, 39,2% dos alunos respondentes se declaram heterossexuais; 32,1% bissexuais; 10,7% homossexuais; 7,1% pansexuais e 3,5% são demissexuais. No questionário, 7,1% não desejou informar sua sexualidade.

Quanto aos residentes em outras localidades, conforme a tabela 26, 63,1% se declaram heterossexuais; 21% homossexuais; 10,5% bissexuais e 10,5% não desejou informar.

É interessante de ressaltar, nessa categoria, que a maioria dos alunos residentes de São Gonçalo não são heterossexuais. Assim, notamos que mesmo em contextos neoconservadores do território onde residem, a maioria resiste à heteronormatividade.

Outro ponto que vale destacar é que nenhuma pessoa que se declarou bissexual, homossexual, demissexual e pansexual é de religião evangélica; os evangélicos participantes são todos heterossexuais, uma pessoa preferiu não dizer sua sexualidade. É possível que sua recusa demonstre desconforto para expressar sua sexualidade devido a opressões que as religiões evangélicas praticam contra pessoas que fogem da heteronormatividade, apesar de ela ter respondido que sua religião não influencia nas suas concepções sobre gênero e sexualidade. Por mais que haja poucos participantes na pesquisa, o dado está em conformidade com o pensamento neoconservador que paira nas igrejas evangélicas.

De acordo com as informações aqui verificadas, as outras religiões, ateus/agnósticos e pessoas sem religião, mas que acreditam em Deus são mais diversas no quesito sexualidade, porém incluem-se aí adeptos da religião católica.

Nesse sentido, é importante observar que, por mais que essa religião seja cristã e muitas vezes se alie ao movimento neoconservador, segundo Furtado (2021), aos poucos, o papa Francisco tem apontado que a Igreja Católica Romana deve seguir para acolher, incluir e integrar a todas as pessoas, entre elas as pessoas LGBTQI+. Segundo a autora, começa-se a debater atualmente, dentro da igreja católica, questões antes consideradas tabu, como racismo, violência contra a mulher, contra os indígenas, os imigrantes e as pessoas LGBTQI+. Para ela, o clamor dos fiéis e de pessoas oprimidas na sociedade está sendo ouvido aos poucos. Portanto, a despeito da religião cristã, algumas pessoas adeptas do Catolicismo não heterossexuais talvez se sintam mais seguras para se expressarem por esse pequeno avanço da instituição.

Dito isto, de acordo com os dados deste estudo, entendo que a localidade de São Gonçalo pode não ter interferência na sexualidade dos participantes, mas a religião evangélica pode ser um empecilho para pessoas que queiram assumir sua sexualidade quando divergente da heteronorma.

Analisemos agora o aspecto religião dos moradores de São Gonçalo em relação a dos residentes de outras localidades.

Tabela 27 – Religião dos alunos moradores de São Gonçalo

Religião	Quantidade	%
Ateus/Agnósticos	7	25,0%
Acreditam em Deus, mas não tem religião	6	21,4%
Evangélico	5	17,8%
Católico	4	14,2%
Umbanda/Candomblé	4	14,2%
Kardecista	1	3,5%
Universalista	1	3,5%
TOTAL	28	100%

Fonte: Elaboração própria (2025).

Tabela 28 – Religião dos alunos moradores de outras localidades

Religião	Quantidade	%
Ateus/Agnósticos	6	31,5%
Acreditam em Deus, mas não tem religião	5	26,3%
Umbanda/Candomblé	5	26,3%
Evangélico	2	10,5%
Católico	1	5,2%
Kardecista	0	0,0%
TOTAL	19	100%

Fonte: Elaboração própria (2025).

Segundo a tabela 27, referente aos alunos residentes em São Gonçalo, 25% se declaram ateus ou agnósticos; 21,4% acreditam em Deus, mas não têm religião; 17,8% são evangélicos; 14,2%, católicos; 14,2% são umbandistas ou candomblecistas; 3,5% de declararam kardecistas e 3,5% são universalistas.

Já a tabela 28, referente à religião dos participantes que residem em outra localidade, informa que 31,5% se declaram ateus ou agnósticos; 26,3% acreditam em Deus, mas não têm religião; 26,3% são da Umbanda ou do Candomblé; 10,5% são evangélicos e 5,2%, católicos.

Sublinho, mais uma vez: as análises dos dados podem não representar a totalidade do curso de Ciências Biológicas da universidade em questão, porém o trabalho lidado com o quantitativo de que dispõe. Os dados sobre os participantes nos mostram que poucos alunos participantes se declaram evangélicos. Representando ou não o curso, o dado nos mostra que os alunos que mais chegam à universidade não são evangélicos. Mesmo com o avanço das igrejas evangélicas no município de São Gonçalo, poucos evangélicos estão no curso de Ciências Biológicas. Talvez a escolha do curso também seja uma questão complexa a ser pensada pelos evangélicos, já que a biologia muitas vezes confronta a visão cristã em diversos aspectos, como a teoria da evolução, por exemplo.

Assim, é relevante buscar entender o perfil dos participantes evangélicos. Apenas sete dos 47 licenciandos que participaram da pesquisa são evangélicos. Dentre eles, cinco residem em São Gonçalo, um em Itaboraí e um em Magé.

Quanto ao gênero dos evangélicos, cinco são mulheres cis e dois são homens cis. Quanto à sexualidade, todos são heterossexuais, um preferiu não informar, como já vimos.

A respeito da renda, todos recebem até dois salários mínimos com exceção de um, que recebe de três a cinco salários mínimos. Esse participante que tem a renda maior, é o único casado e que tem um filho, é provável que seja esse o motivo de ter buscado uma renda maior.

No item raça, cinco dos participantes se declararam pretos/pardos e 2 se declararam brancos.

Quanto à pergunta 54 do questionário, a qual afirma que “As minhas crenças religiosas influenciam minhas concepções sobre gênero e sexualidade”, dos sete evangélicos, três pessoas responderam que é totalmente verdade; duas que em geral é verdade, um disse que não está certo da afirmação e um que não é verdade. O único evangélico que respondeu que a religião não influencia na sua concepção de gênero e sexualidade também preferiu não responder sobre sua sexualidade. Embora não possa afirmar que ele esteja em conflito com sua religião e sua sexualidade, por isso preferiu não a revelar, mas pode haver aí um indício dessa situação. Com isso, se a hipótese se mostrar verdadeira, talvez ele esteja tentando estabelecer um limite na influência da sua religião com os diversos modos de existência na sociedade.

Com exceção desse indivíduo, apenas os evangélicos concordaram com a questão sobre influência da religião em relação a gênero e sexualidade. No

entanto, iremos verificar nas próximas questões se isso realmente se aplica. Infelizmente, nenhum evangélico nos concedeu entrevista.

5.4

Resultado das afirmativas sobre gênero e sexualidade

Nesta seção, verificaremos as respostas do questionário realizado com os licenciandos para comparar os dados com intuito de responder às perguntas de pesquisa. Aqui estão reunidas perguntas por blocos, de acordo com as temáticas de cada uma. Serão enumeradas informações sobre os principais marcos legais e diretrizes dos direitos humanos sobre cada uma delas. Em alguns trechos, observaremos os discursos de alguns entrevistados para elucidar algumas questões restritas ao questionário.

Para a discussão dos dados a seguir, o diálogo se dará com a concepção de Henriques (2021) sobre o pensamento conservador, progressista e ambíguo. A pesquisa da autora buscou mapear e analisar os principais elementos envolvidos na atuação neoconservadora sobre a educação nacional através da análise do projeto político educacional brasileiro. A partir de leituras de emendas parlamentares, Henriques (2021) caracterizou as proposições como “conservadora”, “progressistas” e “ambígua”. As “conservadoras” abarcavam concepções patriarcais de família, defesas heteronormativas da sexualidade, inclusão de aspectos religiosos nos currículos educacionais e perspectivas de doutrinação da prática docente, entre outras características similares. As “progressistas” traziam perspectivas educacionais emancipatórias, laicas, democráticas e plurais. As “ambíguas” traziam um texto confuso, ou que misturavam proposições conservadoras e pressupostos plurais, tais como liberdade, segurança e laicidade (Henriques, 2021).

Cabe ressaltar que a categoria progressista, e também a ambígua, são de difícil delimitação teórica. Neste trabalho, reconheço essa limitação, mas opto por utilizá-la como uma estratégia analítica que busca facilitar a identificação de possíveis posicionamentos e ideias de oposição e resistência ao conservadorismo.

A partir deste ponto, a análise compreenderá também a categoria da educação em direitos humanos. Portanto, podemos considerar que um pensamento “progressista”, conforme Henriques (2021), está de acordo com uma EDH, já que sua perspectiva é de uma educação emancipatória e democrática. Sendo assim, um pensamento com tendência conservadora está em desacordo

com as diretrizes da EDH. Os participantes que responderam que não concordam e nem discordam das questões serão considerados indivíduos com concepções ambíguas no assunto, portanto não poderemos avaliar se estão de acordo com uma educação em direitos humanos.

5.4.1

Gênero e sexualidade na educação

Como já discutimos, a BNCC, que orienta a educação básica no Brasil, destaca a importância da educação para a cidadania e o respeito às diferenças. O documento prevê a inclusão de temáticas sobre diversidade, incluindo questões de gênero e sexualidade, no currículo escolar, promovendo o respeito a todos os estudantes e combatendo qualquer forma de discriminação. O PNE também reforça a promoção da igualdade e da diversidade dentro do sistema educacional, incluindo o direito de todos os alunos a uma educação que respeite sua identidade de gênero e orientação sexual. Além disso, o PNDH, especialmente a versão de 2010, promove um compromisso com a proteção dos direitos das minorias, o que inclui a promoção da igualdade de gênero e a não discriminação com base na orientação sexual. O programa sugere que a educação deve ser um espaço para a promoção do respeito à diversidade e o combate à violência homofóbica e transfóbica.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em seus relatórios, também enfatiza a importância de uma educação que promova os Direitos Humanos e seja inclusiva de todas as identidades, incluindo gênero e sexualidade. A organização defende que escolas devem ser ambientes seguros e acolhedores para todos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Nesse sentido, entendemos que o exercício da docência deve ser pautado nessas diretrizes para que possamos promover uma cultura antidiscriminatória e de equidade.

A partir do que foi posto, iremos analisar os dados dos questionários referentes à gênero e sexualidade no contexto educacional e verificar se as concepções dos estudantes de Ciências Biológicas possuem tendência conservadora ou progressista e se coadunam ou não com os propósitos defendidos pelos Direitos Humanos.

Tabela 29 – Questões sobre gênero e sexualidade na Educação

Questões	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo e nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
1) Eu gostaria que os professores da graduação em Ciências Biológicas fizessem debates sobre gênero e sexualidade	0 (0%)	2 (4,3%)	4 (8,5%)	12 (25,5%)	29 (61,7%)
2) Professores do Ensino Básico devem debater gênero e sexualidade nas escolas	0 (0%)	2 (4,3%)	3 (6,4%)	12 (25,5%)	30 (63,8%)
3) Somente a família do aluno da Educação Básica tem direito de conversar sobre gênero e sexualidade com ele	39 (84,8%)	5 (10,9%)	1 (2,2%)	0 (0%)	1 (2,2%)
27) Deveria haver Educação Sexual nas escolas	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	4 (8,5%)	43 (91,5%)

Fonte: Elaboração própria (2025).

A primeira afirmação do questionário é “Eu gostaria que os professores da graduação em Ciências Biológicas fizessem debates sobre gênero e sexualidade”. Concordam totalmente com a afirmação 61% dos participantes, 25,5% concordam parcialmente, 8,5% não concordam e nem discordam e 4,3% discordam parcialmente da afirmação. Ninguém discordou totalmente da afirmação 1. Sobre

as respostas dessa questão, a maioria dos alunos concorda que deve haver debates sobre gênero e sexualidade na formação, se configurando uma postura possivelmente progressista dos licenciandos. Sobre os dois participantes que discordaram dessa questão, um é homem, heterossexual, morador de São Gonçalo e ateu. O outro participante é homem, heterossexual, morador de São Gonçalo e acredita em Deus, mas não tem religião

O participante ateu relatou que discorda dessa afirmação porque como o curso é de Biologia, ele criou uma expectativa de que as disciplinas não tratariam das Ciências Humanas. Para ele as disciplinas que tratavam das Ciências Humanas ofuscaram as disciplinas puramente biológicas.

“assim, eu não tenho problema que os professores façam esse debate ocasionalmente, porque, tudo bem as ciências biológicas a gente tem que saber isso, saber as diferenças, e coisas do tipo, e tal. Só que é porque...na minha perspectiva... é... eu entrei na UERJ achando que ia ser mais biologia mesmo. Só que teve muito enfoque em relações humanas, ciências humanas e coisas do tipo. Eu acho que, principalmente nos primeiros períodos, nos primeiros dois, isso ofuscou um pouco da parte da biologia em si. Então, tipo, meu problema não é que tenha é isso, é que, poxa, tá faltando biologia, tipo a gente tem que ver os outros organismos também, sabe? Por mais que seja importante da gente entender isso, todo mundo tem que um espaço, digamos assim, mais bem dividido pra cada um, sabe?”

O dado corrobora o estudo realizado por Orozco Marín (2018), em que o autor afirma que na formação docente se deve discutir as Ciências Biológicas e desvalorização de outras perspectivas como o diálogo com as Ciências Humanas. Deve-se discutir a perspectiva reducionista das Ciências Biológicas, como afirma Pereira e Monteiro (2015), pois nela ainda não há a apropriação da perspectiva da construção social de sexualidade e gênero. Conforme discutimos, Bird e Rieker (1999) também colaboram para entendermos a concepção do participante, pois afirmam que a limitação do paradigma biomédico é acompanhada por um hiato no paradigma das Ciências Sociais por isso ainda há discursos limitados nesse contexto.

A segunda afirmação diz: “Professores da Educação Básica devem debater gênero e sexualidade nas escolas”. Concordam totalmente com a afirmação 63,8% dos entrevistados, concordam parcialmente 25,5%, não concordam e nem discordam 6,4% e 4,3% discordam parcialmente. A maioria dos alunos concordam que deve haver debate de gênero na sala de aula, tendo, portanto, um pensamento com tendência progressista, em conformidade com a educação em direitos humanos.

Dos dois participantes que discordaram da afirmação, uma é evangélica, mulher cis, heterossexual, moradora de Itaboraí e não concedeu entrevista. Ela discordou da afirmação sobre o debate de gênero e sexualidade na educação básica, porém concordou com a questão referente a debates de gênero e sexualidade na graduação em Ciências Biológicas.

O segundo participante é umbandista, homem cis, homossexual, morador de Niterói e concedeu entrevista. Ele justificou a discordância da questão pontuando que nem todo professor domina o tema, o que pode gerar desinformação.

“Eu discordo parcialmente porque acho que entra na mesma questão de que nem todos os professores tenham esse domínio. E, quando a pessoa não tem domínio de algo, gera desinformação. E é um assunto que precisa de informação.”

Posteriormente, falei para ele supor que os professores tivessem este domínio e indaguei se nessa situação ele concordaria. Ele respondeu afirmativamente:

“Sim, sem dúvidas. Porque é um assunto que está no meio de nós a todo tempo. E..., assim, quando a gente se depara com alunos em uma sala de aula, a gente se depara com todo tipo de aluno. E, se você tem um conhecimento, pode ajudar muito.”

O discurso acerca da falta de domínio sobre as temáticas de gênero e sexualidade nos mostra ser necessário aumentar as discussões sobre a temática na formação docente. Candau (2015) discute a relação entre teoria e prática dos direitos humanos enfatizando que, embora existam princípios e normas estabelecidos, a aplicação efetiva desses direitos muitas vezes enfrenta desafios no mundo real.

Nesse sentido, apesar de as diretrizes curriculares para os cursos de Ciências Biológicas (Brasil, 2001) e para a Formação Inicial de Professores (Brasil, 2019) estabelecerem que deve haver no currículo da licenciatura de Ciências Biológicas conteúdos que respeitem e valorizem a diversidade e os Direitos Humanos, é evidente que as disciplinas que abordam essas temáticas na formação docente não são suficientes para o aprendizado dos discentes. Uma das falas reforça essa percepção, Vejamos:

“Assim, eu pelo menos estou na licenciatura em ciências biológicas na UERJ, FFP, e falta muito esse tema. Apesar de alguns professores trazerem esse assunto, é uma coisa muito velada, uma coisa muito simples. Eu acho que esse assunto é

muito... é... muito extenso, muito complicado de ser entendido por algumas pessoas.”

A pouca discussão sobre gênero e sexualidade na educação básica também pode ser um dos causadores da falta de informação e a desinformação sobre a temática. O veto ao Programa Escola sem Homofobia e a retirada da expressão “gênero” dos planos BNCC coloca propositalmente os discentes em situação de “ignorância” perante os assuntos e, além disso, em outros momentos na formação inicial eles se deparam com disciplinas que debatem o tema de forma insuficiente.

A terceira afirmação é: “Somente a família do aluno da educação básica tem direito de conversar sobre gênero e sexualidade com ele.” Discordam totalmente da questão 84,8% dos entrevistados; 10,9% discordam parcialmente; 2,2% não concordam e nem discordam e 2,2% concordam totalmente. Ninguém concordou parcialmente com a questão. A participante que respondeu que concorda totalmente com a afirmação de que somente a família do aluno tem direito de conversar com ele sobre gênero e sexualidade é mulher cis, católica, heterossexual, moradora de São Gonçalo e no questionário respondeu “não estou certo” sobre a afirmação “As minhas crenças religiosas influenciam minhas concepções sobre gênero e sexualidade”. A licencianda também respondeu que discorda totalmente da afirmação “As escolas deveriam ter banheiros unissex”.

Tais informações demonstram tendência conservadora de seu pensamento e é possível que a sua religião tenha influência nisso. Esse dado se aproxima das ideias de Henriques et al. (2022), conforme apontei no referencial teórico deste estudo. Os autores afirmam que muitos licenciandos de Ciências Biológicas são fortemente influenciados pelos crescentes grupos religiosos conservadores, principalmente os que vêm das camadas populares, carregando visões de mundo totalizantes em diferentes áreas, da sexualidade à diversidade biológica dos seres vivos.

A vigésima sétima afirmação é: “Deveria haver educação sexual nas escolas”. Cerca de 91,5% concordam totalmente e 8,5% concordam parcialmente. Ninguém discordou totalmente, parcialmente e não concordou e discordou da afirmação.

As respostas desse bloco ressaltam o papel da escola para a discussão. Como os participantes serão professores de Ciências e Biologia, podemos inferir que a maior parte deles também se vê como responsável por tratar desse tema quando estiverem em sala de aula. Assim, vemos que a maioria dos alunos tem concepções que se coadunam com um pensamento progressista e que estão de acordo com as diretrizes pautadas nos direitos humanos.

Podemos observar, a partir das questões sobre gênero e sexualidade na educação, que os participantes com tendência a um pensamento conservador eram dos seguintes perfis:

Quadro 9 – Perfis dos participantes com tendência conservadora em relação às questões sobre gênero e sexualidade na Educação

QUESTÕES	RELIGIÃO	MUNICÍPIO	GÊNERO	SEXUALIDADE
1	Ateu	São Gonçalo	Homem cis	Heterossexual
	Acredita em Deus, mas não tem religião	São Gonçalo	Homem cis	Heterossexual
2	Evangélica	Itaboraí	Mulher cis	Heterossexual
	Umbandista	Niterói	Homem cis	Homossexual
3	Católica	São Gonçalo	Mulher cis	Heterossexual

Fonte: Elaboração própria (2025).

Sobre o perfil dos participantes de postura com tendência conservadora em relação às questões sobre gênero e sexualidade na Educação, podemos notar que não há um padrão. Participantes não evangélicos também demonstraram concepções com tendências conservadoras.

5.4.2 Homossexualidade

Sobre a homossexualidade e os Direitos Humanos, em 2008, a Resolução 17/19 da ONU, aprovada pelo Conselho de Direitos Humanos, reconheceu a necessidade de garantir os Direitos Humanos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, condenando atos de discriminação e violência. Essa resolução destaca que a orientação sexual não deve ser uma justificativa para violações dos Direitos Humanos. Em 2011, o Relatório Especial da ONU sobre Direitos Humanos e Orientação Sexual, um dos primeiros a abordar

especificamente a questão da orientação sexual, destacou a necessidade de proteger os Direitos Humanos das pessoas LGBTQIA+ e condenar a discriminação com base na orientação sexual. O relatório apontou a responsabilidade dos Estados em garantir a segurança e a igualdade de tratamento, sem discriminação.

No Brasil, a Constituição Brasileira de 1988, em seu Artigo 3º, garante a igualdade de direitos e a proibição de discriminação em razão de "[...] raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (Brasil, 1988, p. 1). Embora a Constituição não mencione explicitamente a orientação sexual, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem interpretado esse princípio como aplicável às pessoas LGBTQIA+, reconhecendo a proteção contra discriminação por orientação sexual.

Sobre jurisprudências e decisões judiciais no Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Brasil têm adotado uma postura progressista em relação aos direitos dos homossexuais. Entre as decisões mais significativas estão:

- União estável entre pessoas do mesmo sexo: em 2011, o STF reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo, garantindo direitos como pensão, herança e outros benefícios.
- Casamento igualitário: em 2013, o STF autorizou o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo em todo o Brasil.
- Criminalização da homofobia: em 2019, o STF equiparou os crimes de homofobia e transfobia ao crime de racismo, considerando-os crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

Dito isto, entendemos que o exercício da docência deve seguir as diretrizes dos Direitos Humanos para que promovam uma cultura de paz e respeito às diferenças. A partir do que foi mencionado, analisaremos os dados dos questionários referentes à homossexualidade e verificaremos se as concepções dos participantes se estão de acordo com os Direitos Humanos.

Tabela 30 – Questões envolvendo a homossexualidade (continua)

Questões	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo e nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
4) Ser homossexual é uma escolha da pessoa	36 (76,5%)	2 (4,2%)	6 (12,7%)	1 (2,1%)	2 (4,2%)
5) Ver casais homoafetivos se beijando pode fazer com que uma criança se torne homossexual	44 (93,6%)	2 (4,3%)	1 (2,1%)	0 (0%)	0 (0%)
6) Homossexualidade é uma doença	47 (100%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
12) Casais homossexuais não deveriam adotar crianças	45 (95,7%)	1 (2,1%)	1 (2,1%)	0 (0%)	0 (0%)
16) Homofobia deve ser crime	2 (4,3%)	0 (0%)	1 (2,1%)	0 (0%)	44 (93,6%)
17) A homossexualidade na espécie humana é antinatural	44 (93,6%)	2 (4,3%)	0 (0%)	1 (2,1%)	0 (0%)
18) É possível ser homossexual e cristão ao mesmo tempo	3 (6,4%)	7 (14,9%)	9 (19,1%)	6 (12,8%)	22 (46,8%)
21) Casamento civil entre pessoas do mesmo sexo deveria ser proibido	46 (97,9%)	0 (0%)	1 (2,1%)	0 (0%)	0 (0%)
22) Homossexualidade não é coisa de gente cristã	31 (66%)	2 (4,3%)	8 (17%)	1 (2,1%)	5 (10,6%)

Tabela 30 – Questões envolvendo a homossexualidade					(conclusão)
Questões	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo e nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
26) Homossexuais tem mais risco de contrair HIV/AIDS do que o restante da população	32 (68,1%)	8 (17%)	4 (8,5%)	3 (6,4%)	0 (0%)

Fonte: Elaboração própria (2025).

A quarta afirmação do questionário é “Ser homossexual é uma escolha da pessoa”. Discordam da questão 76,6% dos entrevistados, 4,3% discordam parcialmente, 12,7% não concordam e nem discordam, 2,1% concordam parcialmente e 4,2% concordam totalmente com a questão. Sobre as duas pessoas que concordam totalmente com essa afirmação um é evangélico, homem cis, heterossexual e morador de São Gonçalo e a outra pessoa é católica, mulher cis, heterossexual e moradora de São Gonçalo. A pessoa que concorda parcialmente com a afirmação é umbandista, não quis revelar a sexualidade, é homem cis e mora no Rio de Janeiro. Nesta afirmação, a maioria dos licenciandos teve uma tendência progressista.

Sobre a visão conservadora dos participantes é importante ressaltar que muitas lideranças religiosas conservadoras promovem a ideia de que a homossexualidade pode ser alterada ou "corrigida" através de terapias ou programas de reorientação por entenderem que a homossexualidade é opcional. Quando há um discurso que fomenta a ideia de que a homossexualidade é uma opção, isso abre margem para a possibilidade de realização de ajudas terapêuticas de conversão, também conhecidas como “cura gay”, como se a homossexualidade fosse um problema a ser resolvido, uma doença a ser curada e que o indivíduo tivesse que se esforçar ao máximo para escolher a heterossexualidade. Psicólogos cristãos promoveram uma ação contra o Conselho Federal de Psicologia (CFP) para suspender uma resolução que prevê que os psicólogos não podem tratar homossexualidade como doença (Exame, 2017). A representante da ação é evangélica e psicóloga e embasou sua argumentação na Bíblia, mais precisamente na Carta do apóstolo Paulo, em Cor 6.9-11: "Ou não sabeis que os injustos não herdaram o reino de Deus? Não vos enganeis: nem impuros, nem idólatras, nem adúlteros, nem efeminados, nem

sodomitas, nem ladrões, nem avarentos, nem bêbados, nem maldizentes, nem roubadores herdarão o reino de Deus" (Exame, 2017). Sem respaldo científico, a prática da "cura gay" é vedada por resolução do CFP desde 1999. Isso porque a bissexualidade e a homossexualidade não constituem doença nem desvio. As práticas das terapias de conversão têm relação com o momento da pandemia do HIV, na década de 1980. Na época, havia o equívoco, da comunidade mais conservadora, religiosa e fundamentalista, de que o vírus da Aids era um castigo de Deus devido à liberdade sexual ou às sexualidades que não estavam dentro do campo da heterossexualidade (Bohem, 2023). No Brasil, Ghorayeb (2007) realizou um estudo onde 67% dos entrevistados afirmaram sentir vergonha de sua orientação sexual, 35% deles possuem depressão e 10% possuem risco de suicídio. Segundo os entrevistados, a religião e as pressões da sociedade foram os fatores que mais induziriam a esse tipo de sentimento e as mulheres e adolescentes entre 16 e 21 anos afirmaram que o medo de frustrar a família era o que mais pesava. Conforme pontuamos anteriormente, Sepulveda e Sepulveda (2020), alertam que, em alguns cotidianos escolares existem discriminações e perseguições em relação a estudantes LGBTQIA+, as quais são cometidas por alguns professores, funcionários. Portanto, é essencial promover a conscientização e a educação sobre a diversidade sexual e o respeito.

A quinta afirmação do questionário diz que "Ver casais homoafetivos se beijando pode fazer com que uma criança se torne homossexual." Discordam totalmente desta questão 93,6% dos participantes, 4,3% discordam parcialmente e 2,1% não concordam e nem discordam e ninguém concorda totalmente e parcialmente com a afirmação. Nesta questão a maioria dos licenciandos tiveram uma tendência progressista.

A sexta pergunta do questionário afirma que "Homossexualidade é uma doença" e 100% dos entrevistados discordam totalmente revelando uma tendência bastante progressista. Apesar de termos debatido sobre a escolha por ser homossexual e os processos de "cura gay" e isso se mostrar como um ponto controverso para participantes com tendência conservadora, essa questão nos mostra que todos os participantes estão em consonância sobre a homossexualidade não ser uma doença. Souza (2023) pontua que há uma perspectiva progressista em boa parte de grupos católicos, evangélicos e espíritas e há certa referência ideológica comum, identificada com o cristianismo da libertação. Porém, a ênfase na defesa dos Direitos Humanos, marcadamente das minorias sexuais e étnico-raciais, que acabam predominando. Portanto, é possível que líderes religiosos conservadores possuam discursos que vão na contramão

dos Direitos Humanos, mas parte dos grupos religiosos não concorde com tudo que está sendo dito. A convivência com a diversidade na própria universidade pode inclusive ser um fator que ajude a desmistificar estigmas que lideranças conservadoras vêm promovendo em seus discursos sobre indivíduos que fogem à heteronormatividade. A diversidade e o pensamento crítico promovido pela universidade é fundamental na construção de uma cultura antidiscriminatória.

A décima segunda questão afirma que “Casais homossexuais não devem adotar crianças”. Cerca de 95,7% dos respondentes discordam totalmente da afirmação, 2,1% discordam parcialmente, 2,1% não concordam e nem discordam e ninguém concorda parcialmente e totalmente. Essa afirmação tal qual a afirmação “Ver casais homoafetivos se beijando pode fazer com que uma criança se torne homossexual” significa que uma criança poderia ser influenciada a ser homossexual por observar casais homossexuais se relacionando. E no caso da décima questão, poderia significar que homossexuais poderiam convencer a criança a ser homossexual também. Nenhum dos participantes concorda com essa afirmação, portanto, obtemos uma tendência bastante progressista. A legislação brasileira permite que casais do mesmo sexo adotem crianças, desde que atendam aos requisitos legais estabelecidos. O processo de adoção é o mesmo para casais heterossexuais e homossexuais, e a prioridade é sempre o bem-estar da criança. Estudos demonstram que crianças adotadas por casais homossexuais se desenvolvem de maneira saudável e a configuração de família não interfere na construção da sexualidade do indivíduo (Gonçalves; Couto; Azevedo, 2020). Portanto, a ideia conservadora de que homossexuais podem interferir na sexualidade de uma criança não pode ser comprovada.

A décima sexta questão é “Homofobia deve ser crime”. Cerca de 93,6% dos participantes concordam totalmente, 2,1% não concordam e nem discordam, 4,3% discordam totalmente e ninguém concorda parcialmente e nem discorda parcialmente. A parte que chama atenção nessa afirmação é que o participante que discorda totalmente que homofobia deve ser crime é homossexual. Essa pessoa é um homem cis, morador de São Gonçalo e universalista. Acreditamos que ele não tenha entendido a pergunta ou tenha confundido a palavra homofobia com homossexualidade, pois não é coerente que uma pessoa homossexual não queira criminalizar a opressão que sofre diariamente, porém iriei considerar a resposta que marcou no questionário. O segundo participante que discordou totalmente desta afirmação é um homem cis, heterossexual, morador de São Gonçalo, acredita em Deus, mas não tem religião e foi entrevistado por mim. Quando perguntei o motivo de discordância ele assumiu que confundiu a palavra

homofobia com homossexualidade e por isso acredito que tenha acontecido o mesmo com o outro participante. Nesta afirmação, a maioria possui tendência progressista. A criminalização da homofobia é um tema importante e relevante no contexto dos Direitos Humanos e da luta contra a discriminação. No Brasil, a homofobia é frequentemente discutida em relação à necessidade de proteção legal para a comunidade LGBTQIA+. A proposta de criminalizar a homofobia busca coibir atos de violência e discriminação baseados na orientação sexual e na identidade de gênero, promovendo um ambiente mais seguro e igualitário. Em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a homofobia e a transfobia devem ser equiparadas ao crime de racismo, o que representa um avanço significativo na proteção dos direitos da população LGBTQIA+. Essa decisão permite que atos de homofobia sejam punidos com base na Lei de Racismo, que prevê penas de reclusão e multas.

A décima sétima questão afirma que “A homossexualidade na espécie humana é antinatural”. Cerca de 93,6% discordam totalmente, 4,3% discordam parcialmente, 2,1% concordam parcialmente, ninguém concorda totalmente e ninguém não concorda e nem discorda da afirmação. De acordo com os dados, se a maioria entende que a homossexualidade é natural na espécie humano, isso pode significar que pode haver outras configurações de família além da heteronormativa, contradizendo os discursos de fundamentalistas religiosos e conservadores. Sobre a participante que concorda com essa afirmação, ela é uma mulher cis, heterossexual, moradora de São Gonçalo e evangélica. Religiosos extremistas como Silas Malafaia e Marco Feliciano vem utilizando este conceito para oprimir homossexuais através da utilização literal de versículos bíblicos e, conforme observamos, a participante evangélica tem a tendência de possuir um pensamento conservador como esses religiosos. O discurso de fundamentalistas que promove a ideia de que a homossexualidade é antinatural geralmente se baseia em interpretações literais de textos religiosos e em uma visão conservadora da sexualidade humana. Esses grupos frequentemente argumentam que a homossexualidade é contrária à “natureza” e aos “valores familiares”, promovendo a ideia de que a sexualidade deve ser exclusivamente heterossexual para ser considerada natural. Esses argumentos podem ser desafiados por diversas perspectivas, incluindo estudos científicos (Lima, 2016) que mostram que a homossexualidade é uma variação natural da sexualidade humana, presente em várias culturas e espécies ao longo da história.

A décima oitava afirmação diz que “É possível ser homossexual e cristão ao mesmo tempo”. Cerca de 46,8% concordam totalmente com a afirmação, 12,8%

concordam parcialmente, 19,1% não concordam e nem discordam, 14,9% discordam parcialmente e 6,4% discordam totalmente da questão. Entendemos que essa afirmação é um tanto controversa por ser possível pensar que se as religiões cristãs têm um discurso homofóbico, não é possível ser cristão, já que o indivíduo sofrerá homofobia por elas. Por outro lado, entendemos também que há diversas formas de compreender a palavra de Cristo e vivenciar a fé cristã de maneira a colocar em prática o amor ao próximo e o respeito à diversidade. Por não conseguir entrevistar os participantes que discordaram da afirmativa para justificarem suas respostas, não irei analisar as respostas como progressista ou conservadora. Sobre os discursos homofóbicos por religiosos fundamentalistas, a homossexualidade foi condenada pelas religiões cristãs ao longo dos anos e em diversos países ela foi proibida. A Bíblia aborda a homossexualidade em alguns versículos, principalmente no Antigo Testamento, como em Levítico 18:22 e Levítico 20:13, que descrevem relações entre pessoas do mesmo sexo como abomináveis. No Novo Testamento, passagens como Romanos 1:26-27 aborda a homossexualidade no contexto de uma discussão mais ampla sobre a natureza humana e a desobediência a Deus. O texto menciona que, como resultado de rejeitar a verdade de Deus, as pessoas se entregam a paixões e desejos que não são naturais, incluindo relações entre pessoas do mesmo sexo. Os textos bíblicos ainda são usados como justificativas para a propagação de ódio contra a comunidade LGBTQIA+. A internet e as redes sociais têm se tornado ferramentas eficazes para a rápida difusão dessas mensagens, que se fundamentam em interpretações literais, fragmentadas e descontextualizadas do contexto histórico, muitas vezes influenciadas por ideais extremistas e fundamentalistas religiosos. Nesta afirmação, podemos perceber que há uma maior controvérsia do que em outras, mas a maioria possui um pensamento com tendência progressista.

A vigésima primeira questão afirma que “Casamento civil entre pessoas do mesmo sexo deveria ser proibido. Cerca de 97,9% discordam totalmente da questão, 2,1% não concordam e nem discordam. Ninguém optou por discordo parcialmente, concordo parcialmente e concordo totalmente. A maioria possui um pensamento progressista nessa afirmação. No Brasil, o reconhecimento do casamento civil entre homossexuais foi consolidado em 2013, quando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou que todos os cartórios do país deveriam realizar casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Essa decisão foi um marco importante na luta pelos direitos LGBTQIA+ e garantiu a igualdade de direitos no que diz respeito à união civil. O casamento civil de homossexuais assegura diversos direitos, como a possibilidade de adoção, herança, pensão e benefícios

previdenciários, entre outros. Além disso, representa um reconhecimento social e legal da união afetiva entre pessoas do mesmo sexo.

A vigésima segunda questão afirma que “Homossexualidade não é coisa de gente cristã”. Cerca de 66% discordam totalmente da questão, 4,3% discordam parcialmente, 17% não concordam e nem discordam, 2,1% concordam parcialmente e 10,6% concordam totalmente com a afirmação. Assim como a décima oitava questão, esta afirmativa gerou muitas controvérsias. A justificativa para o resultado se dá pelo mesmo motivo que colocamos acima sobre haver diferentes perspectivas de vivenciar o cristianismo. Conforme relatamos, as religiões cristãs abominavam a homossexualidade e muitos foram condenados à morte pela Igreja Católica. A Bíblia, tanto no antigo como no novo testamento, aborda a homossexualidade como pecado e isso permeou a nossa cultura que foi traduzida em diversas formas de violência contra a comunidade LGBTQIA+. E ainda hoje essa cultura homofóbica está presente na sociedade sendo ainda mais incentivada por fundamentalistas religiosos e conservadores. Conforme pontuamos, a maioria discorda que a homossexualidade não é coisa de gente cristã, e esse dado pode ser traduzido como uma nova forma das pessoas vivenciarem as religiões ou até mesmo de interpretar a bíblia entendendo seu contexto histórico. Percebe-se que uma Educação em Direitos Humanos poderá auxiliar nesse processo de construir um senso crítico para que se possa confrontar o preconceito.

A vigésima sexta afirmação diz que “Homossexuais tem mais risco de contrair HIV/AIDS do que o restante da população”. Cerca de 68,1% discordam totalmente da questão, 17% discordam parcialmente, 8,5% não concordam e nem discordam, 6,4% concordam parcialmente e ninguém concordou totalmente. Uma das participantes que responderam que concorda parcialmente me concedeu entrevista. Quando perguntei o motivo pelo qual ela pensava que homossexuais tinham maior chance de contrair HIV, ela relatou que havia visto esta informação em um artigo científico. Portanto, nesse ponto não concluirei que ela teve uma concepção com tendência conservadora e explicarei mais detalhadamente.

É fundamental entender que o HIV pode afetar qualquer pessoa, independentemente de sua orientação sexual. Porém, este tema é um tanto controverso por dois fatores. Primeiramente, conforme já mencionamos, religiosos fundamentalistas acreditavam que a Aids era um castigo de Deus devido à liberdade sexual ou às sexualidades que não estavam dentro do campo da heterossexualidade (Cassal; Bello, 2020). Isso ajudou a difundir na sociedade uma ideia equivocada de que homossexuais teriam maior propensão ao vírus HIV do

que heterossexuais. Caso a participante respondesse algo semelhante a esse pensamento, eu concluiria que ela tivesse uma concepção com tendência conservadora. No entanto, segundo o Boletim Epidemiológico de HIV do Ministério da Saúde de 2023, no período de 2007 a junho de 2023, nos indivíduos com 13 anos ou mais de idade, a principal categoria de exposição no sexo masculino foi a de homens que fazem sexo com homens – HSH (52,6%) e, no feminino, a prática heterossexual (86,4%). Dito isto, entende-se que os homens (homossexuais e heterossexuais) são o grupo que estão levando o vírus tanto para as mulheres e quanto para os próprios homens. Segundo Santos (2024), a não adesão ao uso do preservativo masculino por homens heterossexuais tem relação à vários aspectos, entre eles a confiança entre os casais; negociação antes da prática sexual; muitos homens se recusam a fazer o uso do preservativo e suas parceiras acabam cedendo. Diante deste fato, é necessário refletir sobre as construções e performances das masculinidades para tentar distinguir quais são os comportamentos que estão trazendo prejuízos para a saúde da população.

Quadro 10 – Perfis dos participantes com tendência conservadora em relação às questões sobre homossexualidade

QUESTÕES	RELIGIÃO	MUNICÍPIO	GÊNERO	SEXUALIDADE
4) Ser homossexual é uma escolha da pessoa.	Católica	São Gonçalo	Mulher cis	Heterossexual
	Evangélico	São Gonçalo	Homem cis	Heterossexual
16) Homofobia deve ser crime	Universalista	São Gonçalo	Homem cis	Homossexual
17) A homossexualidade na espécie humana é antinatural.	Evangélica	Itaboraí	Mulher cis	Heterossexual

Fonte: Elaboração própria (2025).

Sobre o perfil dos participantes que tiveram concepções com tendências conservadoras em relação às questões sobre homossexualidade, podemos notar que não foram apenas evangélicos que tiveram esta postura como no bloco de

perguntas anterior. Por outro lado, pessoas de religiões de matriz africana, kardecistas, ateus e pessoas que acreditam em Deus, mas não tem religião tiveram concepções com tendências mais progressistas.

5.4.3

Papéis de gênero

Conforme pontuamos anteriormente, os Direitos Humanos são os direitos que todos os seres humanos possuem, independentemente de sua nacionalidade, etnia, religião, gênero, entre outros. Esses direitos são garantidos por várias declarações e tratados internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948. Um dos princípios centrais dos Direitos Humanos é a igualdade. Isso significa que todas as pessoas devem ser tratadas de maneira igual perante a lei, sem discriminação. No entanto, a realidade tem mostrado que as mulheres e pessoas LGBTQIA+ historicamente enfrentam desigualdades significativas em várias esferas da vida, incluindo o acesso à educação, saúde, participação política, e oportunidades de emprego.

Por outro lado, a ONU desenvolveu uma série de diretrizes e iniciativas voltadas para promover a igualdade de gênero, sendo algumas das mais importantes:

- a) a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW):
 - a CEDAW é um tratado internacional criado pela ONU em 1979 e ratificado por mais de 180 países. Ele exige que os países signatários tomem medidas concretas para eliminar a discriminação baseada no sexo, com o objetivo de promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres. O tratado estabelece que as mulheres devem ter os mesmos direitos que os homens, incluindo direitos políticos, educacionais e econômicos;
- b) ON Woman (ONU Mulheres):
 - a ONU Mulheres foi criada em 2010 para acelerar a implementação da agenda de igualdade de gênero da ONU. Ela trabalha para fortalecer o papel das mulheres e meninas na sociedade, promovendo políticas públicas que atendam suas necessidades específicas e combatam a discriminação de gênero;
- c) Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (1995):

- este documento foi aprovado durante a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim. A plataforma destaca 12 áreas de preocupação para alcançar a igualdade de gênero, como a violência contra a mulher, acesso à educação, direitos de saúde sexual e reprodutiva, e a igualdade no trabalho e na política. Este é um dos marcos mais importantes no movimento pela igualdade de gênero global;

d) a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável:

- em 2015, os Estados membros da ONU adotaram a Agenda 2030, que inclui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Art. 5 deste documento coloca a igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas como um objetivo a ser alcançado pelos países. De acordo com o site da ONU Brasil a ODS 5 possui as metas apresentadas no Quadro 11.

Quadro 11 – Metas a serem cumpridas pelos países até 2030, de acordo com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 5, elaborado pela ONU

METAS	
1.	Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.
2.	Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.
3.	Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.
4.	Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.
5.	Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

METAS	
6.	Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado.
7.	Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.
8.	Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.
9.	Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.

Fonte: ONU Brasil (2015).

Além desse objetivo de desenvolvimento sustentável, a ODS4 tem por objetivo assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. Segundo o site da ONU Brasil, a ODS4 tem as seguintes metas:

Quadro 12 – Metas a serem cumpridas pelos países até 2030, de acordo com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 4 elaborado pela ONU

METAS	
1.	Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.
2.	Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.
3.	Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade

METAS	
4.	Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
5.	Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.
6.	Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.
7.	Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.
8.	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.
9.	Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação.
10.	Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento,

METAS	
	especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Fonte: ONU Brasil (2015).

Apesar de avanços significativos, como o aumento da participação das mulheres em cargos políticos e o acesso à educação, ainda há muitos desafios a serem enfrentados para garantir a plena igualdade de gênero. A violência doméstica, a disparidade salarial entre homens e mulheres, e a representação desigual nas áreas de poder e decisão continuam a ser problemas graves em muitas partes do mundo. No Brasil, grupos religiosos fundamentalistas e conservadores vão na contramão dos Direitos Humanos e com seus discursos discriminatórios propagam a desigualdade de gênero e o ódio às mulheres e pessoas LGBTQIA+ intensificando ainda mais este desafio social em locais de poder na sociedade como no Congresso Nacional.

A busca por um mundo mais igualitário continua sendo um dos maiores desafios para a humanidade, e a Educação em Direitos Humanos tem grande importância nesse movimento.

Diante disso, buscaremos compreender quais as concepções dos estudantes acerca da temática dos papéis de gênero na sociedade.

Tabela 31 – Questões envolvendo papéis de gênero (continua)

Questões	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo e nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
4) Existem profissões mais adequadas para homens que para mulheres	28 (59,6%)	6 (12,8%)	9 (19,1%)	2 (4,3%)	2 (4,3%)
5) A mulher tem o dever de cuidar da casa enquanto o homem trabalha fora	44 (93,6%)	2 (4,3%)	1 (2,1%)	0 (0%)	0 (0%)

Tabela 31 – Questões envolvendo papéis de gênero (conclusão)

Questões	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo e nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
6) Se as mulheres soubessem se comportar haveria menos assédio	47 (100%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
7) Homem não chora	44 (93,6%)	2 (4,3%)	1 (2,1%)	0 (0%)	0 (0%)
8) A mulher é mais responsável por evitar a gravidez do que o homem	42 (89,4%)	1 (2,1%)	2 (4,3%)	2 (4,3%)	0 (0%)
23) A esposa deve ser submissa ao marido	41 (87,2%)	3 (6,4%)	1 (2,1%)	1 (2,1%)	1 (2,1%)
28) A família é constituída pela mãe, pelo pai e pelos filhos	32 (68,1%)	5 (10,6)	3 (6,4%)	5 (10,6%)	2 (4,3%)

Fonte: Elaboração própria (2025).

A sétima pergunta do questionário diz que “Existem profissões mais adequadas para homens que para mulheres”. Cerca de 59,6% discordam totalmente da afirmação, 12,8% discordam parcialmente, 19,1% não concordam e nem discordam, 4,3% concordam parcialmente e 4,3% concordam totalmente com a questão. Nesta afirmação pode-se perceber que há uma tendência ao pensamento progressista, onde a maioria concorda que não há separação entre o que a mulher e o homem podem fazer na profissão. O primeiro participante que concordou com a questão e, portanto, possui uma concepção com tendência conservadora é homem, heterossexual, morador de Magé e acredita em Deus, mas não possui religião. O segundo participante é homem, evangélico, heterossexual e morador de São Gonçalo. O terceiro participante é homem, ateu, heterossexual, morador de Itaboraí. O quarto participante é homem, heterossexual, católico e morador de São Gonçalo. Entendemos que não há profissões que sejam intrinsecamente mais adequadas para homens ou mulheres. A ideia de que certas profissões são mais apropriadas para um gênero do que para o outro é um estereótipo que não reflete a realidade. As habilidades e aptidões necessárias para qualquer profissão podem ser desenvolvidas por qualquer pessoa, independentemente de seu sexo ou gênero. Historicamente,

algumas profissões eram dominadas por homens ou mulheres devido a normas sociais e culturais, mas isso vem se modificando na sociedade com o tempo. A estrutura patriarcal sempre colocou as mulheres em uma relação de subalternidade perante os homens, onde o trabalho feminino, além de não remunerado, estava sempre ligado ao cuidado da casa e à manutenção da família. A bíblia possui passagens que reforçam essa ideia de submissão das mulheres e elas têm sido utilizadas por fundamentalistas religiosos e conservadores para garantir a manutenção de seus privilégios disseminando o ódio e desigualdade de gênero. A conquista dos direitos femininos ao longo da história foi um processo longo e árduo, marcado por lutas em diferentes contextos sociais, políticos e culturais. A busca por igualdade de direitos entre homens e mulheres foi e ainda é uma das questões centrais no movimento feminista, que ganhou força a partir do final do século XIX e se estendeu ao longo do século XX. Atualmente ainda encontramos muitas disparidades entre homens e mulheres na sociedade e no campo das profissões. A falta de reconhecimento da importância das mulheres na ciência é um dos exemplos que demonstram a estrutura patriarcal exercendo seu papel de colocar as mulheres em lugares inferiores em relação aos homens. A importância das mulheres na ciência é inegável, e suas contribuições têm sido fundamentais para o avanço do conhecimento humano, mesmo em um contexto histórico em que o acesso das mulheres às áreas científicas foi restrito e muitas vezes negado. Embora as mulheres tenham sido frequentemente excluídas dos espaços científicos, elas sempre desempenharam papéis significativos, tanto no desenvolvimento de teorias e descobertas quanto na transformação das ciências em várias áreas. Hoje, o reconhecimento dessas contribuições tem crescido, e a participação feminina na ciência se tornou um pilar importante para a inovação, a diversidade de perspectivas e a construção de um conhecimento mais abrangente e representativo. Conforme citamos no nosso levantamento bibliográfico, o trabalho de Borges (2018) apresentou um mapeamento de trabalhos publicados no ENPEC em relação a diversidade de temas sobre Gênero e Sexualidade e seu amplo potencial de transformação e um dos aspectos que mais chamou sua atenção foi o “feminino invisível” em destaque com a invisibilidade das mulheres pesquisadoras na Ciência e a negação ao feminino para conseguir sucesso na carreira acadêmico-profissional. Dito isto, destacamos a importância do debate sobre a representatividade feminina tanto nas Ciências quanto em lugares que são majoritariamente masculinos para que seja construída uma cultura de equidade de gênero.

A oitava questão afirma que “A mulher tem o dever de cuidar da casa enquanto o homem trabalha fora.” Nessa afirmação, 93,6% dos participantes discordam totalmente, 4,3% discordam parcialmente, 2,1% não concordam e nem discordam e ninguém concorda totalmente e parcialmente com a questão.

A nona questão do questionário diz que “Se as mulheres soubessem se comportar haveria menos assédio”. Todos os participantes discordaram totalmente da questão.

Nas duas questões acima, os participantes tiveram concepções bastante progressistas.

A vigésima terceira afirmação diz que “A esposa deve ser submissa ao marido”. Cerca de 87,2% dos respondentes discordam totalmente, 6,4% discordam parcialmente, 2,1% não concordam e nem discordam, 2,1% concordam parcialmente e 2,1% concordam totalmente da questão. A maioria dos alunos teve um pensamento com tendência progressista. A participante que concorda totalmente com a questão é evangélica, moradora de São Gonçalo, mulher e heterossexual. Na opção do questionário que perguntava se a religião influenciava na concepção de gênero e sexualidade, ela respondeu que a afirmativa era totalmente verdade para ela. Esta resposta se revela com uma tendência bastante conservadora por se tratar de uma mulher que possui um pensamento que a coloca como submissa. O participante que respondeu que concorda parcialmente com essa afirmação é evangélico, homem, morador de São Gonçalo e heterossexual. Conforme falamos anteriormente, os evangélicos têm uma variedade de interpretações sobre a submissão da mulher, que podem variar bastante entre diferentes denominações e comunidades. Em geral, muitos evangélicos baseiam suas crenças em passagens bíblicas, como Efésios 5:22-24, que fala sobre a mulher ser submissa ao marido. Para alguns, isso é visto como uma questão de ordem e respeito dentro do casamento, onde o marido é considerado o líder da família. A questão problematizadora dessas respostas é que como a religião interfere nas concepções desses participantes há uma preocupação com as ações que futuramente terão em sala de aula ao lidar com questões de gênero e sexualidade envolvendo seus futuros alunos. Esses futuros professores possuem concepções que vão totalmente na contramão da promoção da igualdade e de uma educação em Direitos Humanos. A reflexão que fazemos é como iremos acabar com a perpetuação da cultura discriminatória no ambiente escolar se os professores continuarem com pensamentos que desfavorecem o respeito e a igualdade?

A décima questão afirma que “Homem não chora”. Discordam totalmente da afirmação 93,6% dos participantes, 4,3% discordam parcialmente e 2,1% não concordam e nem discordam. Ninguém concorda parcialmente ou totalmente com a afirmação. Por não concordarem com essa afirmativa, os participantes possuem uma tendência progressista nessa questão.

A décima primeira afirmação diz que “A mulher é mais responsável por evitar a gravidez do que o homem”. Um total de 89,4% de participaram discordam totalmente dessa questão, 2,1% discordam parcialmente, 4,3% não concordam e nem discordam, 4,3% concordam parcialmente e ninguém concorda totalmente com a questão. O participante que concorda com esta afirmação é ateu, homem, morador de São Gonçalo e heterossexual. A segunda participante que concorda com essa questão é católica, mulher, bissexual e moradora de Niterói. Essas respostas nos mostram que o conservadorismo pode estar em vários grupos sociais, inclusive nos não heterossexuais e nos ateus. Quanto ao homem ateu que concorda com a questão, ele nos concedeu entrevista e atribui a responsabilidade da gravidez apenas à mulher porque é ela que fica grávida, não o homem.

Bom, quem fica grávida é quem? É a mulher, é o corpo dela que engravida. Por mais que sem o homem isso não seria possível, pelo menos por enquanto, até inventarem partenogênese¹¹ na gente, é a própria mulher que tem esse poder.

Sabemos que a responsabilidade de evitar uma gravidez envolve tanto a mulher quanto o homem. Infelizmente o abandono parental é bastante comum na sociedade e vem afetando a vida de várias mulheres e de seus filhos. A falta do nome do pai na certidão de nascimento, por exemplo, pode ter implicações legais e sociais para a criança, como dificuldades em acessar direitos e benefícios, além de questões emocionais relacionadas à identidade e ao pertencimento. É fundamental que homens sejam responsabilizados judicialmente pelo abandono e que haja uma reflexão na construção das masculinidades. O ensino de Ciências pode ser um dos caminhos para a promoção da igualdade quando há debates sobre educação sexual, por exemplo. Conforme nosso levantamento bibliográfico a falta de apoio a políticas de educação sexual nas escolas também têm contribuído para um ambiente de desinformação e estigmatização em torno dos direitos das mulheres. A ausência de uma abordagem abrangente sobre saúde sexual e reprodutiva nas diretrizes educacionais pode perpetuar mitos e aumentar a vulnerabilidade das mulheres (Costa, 2022)

¹¹ Partenogênese é um processo biológico em que um novo indivíduo se desenvolve a partir de um gameta feminino, sem ser fecundado por um gameta masculino.

A vigésima oitava questão afirma que “A família é constituída pela mãe, pelo pai e pelos filhos”. Cerca de 68,1% discordam totalmente da questão, 10,6% discordam parcialmente, 6,4% não concordam e nem discordam, 10,6% concordam parcialmente e 4,3% concordam totalmente da afirmação. Percebe-se que esta afirmativa foi bastante controversa para os participantes e muitos concordaram com essa questão, porém, ainda assim, a maioria teve uma concepção progressista. A primeira participante que concordou com a questão é mulher, heterossexual, moradora de São Gonçalo e evangélica. A segunda participante é mulher, heterossexual, moradora de Itaboraí e evangélica. O terceiro é homem, heterossexual, morador de São Gonçalo e evangélico. A quarta participante é mulher, heterossexual, moradora de São Gonçalo e evangélica. O quinto participante com concepção com tendência conservadora é homem, heterossexual, morador de São Gonçalo e evangélico. A sexta participante é mulher, bissexual, moradora de Niterói e católica. O sétimo participante é homem, heterossexual, morador de São Gonçalo e ateu. Podemos notar que a maioria que concordou com a questão é de religião evangélica.

Conforme pontuamos no nosso referencial teórico, sabemos que o novo conservadorismo enfatiza a família nuclear, composta por um homem, uma mulher e seus filhos, como a base da sociedade. Essa visão é frequentemente associada a valores cristãos e à moralidade tradicional. Esses grupos vêm se utilizando do campo político para criarem resistência à igualdade de direitos para diferentes arranjos familiares. Por outro lado, o Código Civil, que foi instituído em 2001 e entrou em vigor em 2002, estabelecia que apenas "o homem e a mulher" poderiam se casar ou formar uma união estável para constituir uma família (Brasil, 2002). Contudo, em maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que as relações entre casais heterossexuais são legalmente equivalentes às de casais homossexuais, reconhecendo que os membros de uma união homoafetiva também devem ser considerados uma família. Em 2014, o Conselho Nacional de Justiça decidiu que os cartórios brasileiros são obrigados a realizar casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Diante disso, juristas propõem uma atualização do Código Civil para deixar claro que uma família pode ser formada pelo casamento de "duas pessoas livres e desimpedidas" ou pela união estável "entre duas pessoas, com convivência pública, contínua e duradoura, estabelecida como família". Essa mudança visa incluir a igualdade entre casais heteroafetivos e homoafetivos em uma das principais leis que regem a vida dos brasileiros. Além disso, atualmente as famílias podem ser configuradas de várias maneiras,

dependendo de diferentes critérios, como estrutura, composição e dinâmica. (Novo [...], 2024).

Quadro 13 – Quantidade e perfis dos participantes com tendência conservadora em relação às questões sobre papéis de gênero

QUESTÕES	RELIGIÃO	MUNICÍPIO	GÊNERO	SEXUALIDADE
7) Existem profissões mais adequadas para homens que para mulheres	Acredita em Deus, mas não tem religião	Magé	Homem cis	Heterossexual
	Evangélico	São Gonçalo	Homem cis	Heterossexual
	Ateu	Itaboraí	Homem cis	Heterossexual
	Católica	São Gonçalo	Homem cis	Heterossexual
23) A mulher deve ser submissa ao marido	Evangélica	São Gonçalo	Mulher cis	Heterossexual
11) A mulher é mais responsável por evitar a gravidez do que o homem	Ateu	São Gonçalo	Homem cis	Heterossexual
	Católica	Niterói	Mulher cis	Bissexual
28) A família é constituída pela mãe,	Evangélica	São Gonçalo	Mulher cis	Heterossexual
	Evangélica	São Gonçalo	Mulher cis	Heterossexual

QUESTÕES	RELIGIÃO	MUNICÍPIO	GÊNERO	SEXUALIDADE
pelo pai e pelos filhos	Evangélica	São Gonçalo	Homem cis	Heterossexual
	Evangélica	São Gonçalo	Mulher cis	Heterossexual
	Evangélica	Niterói	Homem cis	Heterossexual
	Católica	Niterói	Mulher cis	Bissexual
	Ateu	São Gonçalo	Homem cis	Heterossexual

Fonte: Elaboração própria (2025).

Sobre o perfil dos participantes que tiveram uma postura com tendência conservadora em relação às questões sobre papéis de gênero na sociedade, podemos notar mais uma vez que não há um padrão, porém a quantidade de vezes que os evangélicos aparecem com tendência conservadora é superior aos blocos anteriores, demonstrando que eles podem ser menos flexíveis em relação à esta temática.

5.4.4 Transexualidade

Sobre os Direitos Humanos e os direitos das pessoas transexuais no Brasil, a Constituição Federal e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos garantem direitos fundamentais que se aplicam a todas as pessoas, incluindo as pessoas trans. Além disso, a Resolução nº 01/2018 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) (Brasil, 2018) e a Portaria nº 2.803/2013 do Ministério da Saúde (Brasil, 2013) abordam especificamente a saúde e os direitos das pessoas trans de maneira a garantir o acesso a serviços de saúde adequados e respeitosos. A Resolução enfatiza a importância de políticas públicas que promovam a inclusão e a proteção dos direitos das pessoas trans, reconhecendo a necessidade de um atendimento que respeite a identidade de gênero e que combata a discriminação.

Por sua vez, a Portaria nº 2.803/2013 estabelece diretrizes para a atenção à saúde das pessoas trans, incluindo o acesso a tratamentos hormonais e cirurgias de afirmação de gênero, além de promover a capacitação dos profissionais de saúde para que possam oferecer um atendimento humanizado e livre de preconceitos. Ambas as normativas visam assegurar que as pessoas trans tenham seus direitos respeitados e possam acessar os cuidados de saúde de forma digna e igualitária.

Tabela 32 – Questões envolvendo transexualidade

Questões	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo e nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
13) Cirurgias de mudança de sexo devem ser oferecidas pelo SUS	2 (4,3%)	1 (2,1%)	7 (14,9%)	6 (12,8%)	31 (66%)
14) Alunas transexuais podem usar o banheiro feminino da escola	0 (0%)	1 (2,2%)	9 (20%)	7 (15,6%)	28 (62,2%)
15) As escolas deveriam ter banheiros unissex	6 (12,8%)	2 (4,3%)	6 (12,8%)	9 (19,1%)	24 (51,1%)
19) Pessoas transexuais devem ser chamadas pelo nome social	1 (2,1%)	0 (0%)	1 (2,1%)	2 (4,3%)	43 (91,5%)
20) Mulheres transexuais devem jogar no time feminino em competições esportivas	5 (10,6%)	3 (6,4%)	11 (23,4%)	9 (19,1%)	19 (40,4%)
24) O que define ser homem ou ser mulher é a genitália	35 (74,5%)	5 (10,6%)	4 (8,5%)	2 (4,3%)	1 (2,1%)
25) Ser homem ou mulher depende dos cromossomos sexuais	34 (72,3%)	4 (8,5%)	6 (12,8%)	1 (2,1%)	2 (4,3%)

Fonte: Elaboração própria (2025).

A décima terceira questão afirma que “Cirurgias de mudança de sexo devem ser oferecidas pelo SUS”. Concordam totalmente com essa afirmação 66% dos entrevistados, 12,8% concordam parcialmente, 14,9% não concordam e nem

discordam, 2,1% discordam parcialmente e 4,3% discordam totalmente desta afirmação. A primeira participante que possui uma concepção com tendência conservadora é mulher, bissexual, moradora de São Gonçalo e acredita em Deus, mas não tem religião. A segunda participante é mulher, heterossexual, moradora de São Gonçalo e evangélica. A terceira participante também é mulher, heterossexual, moradora de São Gonçalo e evangélica. Entendemos que a cirurgia de mudança de sexo, também conhecida como cirurgia de redesignação sexual, é um procedimento que permite que indivíduos transgêneros alinhem seu corpo com sua identidade de gênero. Essa cirurgia pode ser uma parte importante do processo de transição para muitas pessoas, ajudando a aliviar a disforia de gênero e a promover um maior bem-estar psicológico. Por outro lado, o pensamento religioso conservador muitas vezes tem uma visão crítica ou negativa em relação à cirurgia de mudança de sexo. Muitas tradições religiosas conservadoras defendem a ideia de que o gênero é determinado biologicamente e que qualquer tentativa de alterá-lo é contrária aos seus ensinamentos. Isso pode levar a um estigma significativo e à marginalização de pessoas trans, que podem enfrentar rejeição ou falta de apoio dentro de suas comunidades religiosas.

A décima quarta questão afirma que “Alunas transexuais podem usar o banheiro feminino da escola”. Aproximadamente 62,2% dos respondentes concordam totalmente, 15,6% concordam parcialmente, 20% não concordam e nem discordam, 2,2% discordam parcialmente e ninguém discorda totalmente da afirmação. A participante que discordou com a afirmação é mulher, bissexual, moradora de São Gonçalo e acredita em Deus, mas não tem religião. Este ponto é curioso, pois a UERJ-FFP possui banheiros unissex, mas ainda assim, a participante não concorda com o uso do banheiro feminino por mulheres trans. Um dos discursos de grupos conservadores é que o acesso irrestrito de pessoas trans a banheiros de acordo com sua identidade de gênero poderia ser utilizado por homens cisgêneros para entrar em banheiros femininos, o que poderia representar riscos de segurança para mulheres cisgêneros. O uso de banheiros por mulheres trans tem sido uma questão importante no debate sobre direitos de pessoas transgênero e respeito à identidade de gênero. As mulheres trans, muitas vezes enfrentam discriminação e desafios ao tentar acessar espaços públicos como banheiros femininos.

A décima quinta questão é “As escolas deveriam ter banheiros unissex”. As respostas consistem em 51,1% concordam totalmente, 19,1% concordam parcialmente, 12,8% não concordam e nem discordam, 4,3% discordam parcialmente e 12,8% discordam totalmente da afirmação. A primeira participante

com concepção com tendência conservadora é mulher, heterossexual, moradora de São Gonçalo e espírita kardecista. O segundo participante é homem, heterossexual, morador de Itaboraí e ateu. A terceira participante é mulher, heterossexual, moradora de São Gonçalo e católica. O quarto participante é homem, heterossexual, morador de Magé e acredita em Deus, mas não tem religião. A quinta participante é mulher, heterossexual, moradora de São Gonçalo e evangélica. O sexto participante é homem, heterossexual, morador de São Gonçalo e ateu. A sétima participante com concepção com tendência conservadora é mulher, heterossexual, moradora de São Gonçalo e evangélica. O oitavo participante é homem, heterossexual, morador de Itaboraí e acredita em Deus, mas não tem religião. Em alguns debates sobre a questão dos banheiros unissex, alguns indivíduos com concepções conservadoras se opõem ao uso de banheiros por pessoas trans com base na crença de que isso pode enfraquecer as concepções tradicionais de gênero. Elas podem ver a política de banheiros unissex como uma forma de “forçar” a aceitação de pessoas transgêneras, o que pode ser desconfortável ou visto como uma ameaça às normas sociais tradicionais. Além disso, assim como pontuamos na questão do uso dos banheiros femininos por mulheres trans, muitos acreditam que banheiros unissex poderiam colocar mulheres cis em uma posição vulnerável.

A décima nona afirmação diz que “Pessoas transexuais devem ser chamadas pelo nome social”. Cerca de 91,5% concordam totalmente com essa afirmação, 4,3% concordam parcialmente, 2,1% não concordam e nem discordam, 2,1% discordam totalmente e ninguém discordou parcialmente. A participante que discorda que pessoas trans devem ser chamadas pelo nome social é mulher, bissexual, moradora de Niterói e é católica. Conforme discutimos, para grupos religiosos fundamentalistas e conservadores, a identidade de gênero é algo fixo e mudar de nome pode ser uma forma de rejeitar a realidade biológica. Para esses grupos, permitir que as pessoas escolham nomes que não correspondem ao sexo atribuído ao nascimento pode ser interpretado como uma negação da “natureza” do indivíduo.

A vigésima afirmação do questionário diz que “Mulheres transexuais devem jogar no time feminino em competições esportivas. Cerca de 40,4% concordam totalmente com a questão, 19,1% concordam parcialmente, 23,4% não concordam e nem discordam, 6,4% discordam parcialmente e 10,6% discordam totalmente da afirmação. Embora a maioria concorde com a afirmação, esse é um ponto que desperta uma discordância maior. Em certo sentido, mostra que a transexualidade

é o ponto mais controverso para os participantes do que os outros apresentados anteriormente.

O tema desperta muitas controvérsias mesmo dentro de segmentos considerados progressistas, uma vez que algumas autoras do campo feminista se opõem a que mulheres trans participem de competições em equipes femininas femininos. Entendo que esse é um dos temas em que a categorização de conservador ou progressista, de maneira dicotômica, não é suficiente para realizar a análise

A inclusão de atletas trans em competições femininas tem gerado discussões em várias esferas, desde as políticas esportivas até o próprio entendimento social sobre gênero, igualdade e competição. Um dos principais argumentos contra a participação de mulheres trans em esportes femininos é o que alguns consideram uma vantagem física relacionada ao período da puberdade masculina. Esse discurso se baseia na ideia de que os homens, devido a características biológicas como maior massa muscular, densidade óssea e capacidade cardiovascular, podem ter vantagens em certas modalidades esportivas. Quando uma pessoa trans feminina compete em esportes femininos, alguns alegam que ela pode manter essas vantagens, mesmo após a transição. A regulamentação sobre a participação de mulheres trans nos esportes ainda está em desenvolvimento em muitos países. O Comitê Olímpico Internacional (COI), por exemplo, possui diretrizes que permitem que atletas trans participem das competições, desde que cumpram certos requisitos hormonais. No entanto, as políticas podem variar entre diferentes federações esportivas e categorias, o que leva a inconsistências e questionamentos sobre a equidade. Muitas mulheres trans enfrentam dificuldades significativas para serem aceitas nas competições esportivas. Além dos desafios físicos, elas também podem ser alvo de preconceito e estigmatização, tanto por outros atletas quanto por espectadores, em razão da sua identidade de gênero.

A vigésima quarta questão afirma que “O que define ser homem ou ser mulher é a genitália”. Cerca de 74,5% dos respondentes discordam totalmente de afirmação, 10,6% discordam parcialmente, 8,5% não concordam e nem discordam, 4,3% concordam parcialmente e 2,1% concordam totalmente da afirmação. A primeira participante que obteve uma concepção com tendência conservadora é mulher, bissexual, moradora de São Gonçalo e acredita em Deus, mas não tem religião, porém, colocou no questionário que frequenta uma igreja evangélica. A segunda participante é mulher, heterossexual, moradora de Itaboraí e evangélica. A terceira participante é mulher, heterossexual, moradora de São

Gonçalo e evangélica. A construção social de ser homem ou mulher não é uma simples questão biológica, mas resulta de um complexo processo histórico, cultural e social. Conforme pontuamos no nosso referencial teórico, grupos conservadores temem a chamada “ideologia de gênero” por ameaçar a forma tradicional de família. Por outro lado, entendemos que as normas de gênero são aprendidas e transmitidas ao longo da vida e influenciam as relações sociais, as instituições e as expectativas sobre os papéis dos indivíduos na sociedade. Embora a ideia de que gênero seja uma construção social tenha sido debatida ao longo do tempo, as mudanças nas normas de gênero e as novas perspectivas sobre identidade de gênero continuam a desafiar as definições tradicionais de ser homem e ser mulher.

A vigésima quinta questão diz que “Ser homem ou mulher depende dos cromossomos sexuais”. Cerca de 72,3% discordam totalmente da afirmação, 8,5% discordam parcialmente, 12,8% não concordam e nem discordam, 2,1% concordam parcialmente e 4,3% concordam totalmente. A primeira participante que teve uma concepção com tendência conservadora é mulher, heterossexual, moradora de São Gonçalo e evangélica. A segunda participante é mulher, heterossexual, moradora de Itaboraí e evangélica. O terceiro participante que concordou com a afirmação é homem, heterossexual, morador de São Gonçalo e evangélico. Esta afirmação nos mostra que apenas participantes evangélicos possuem a concepção de que o gênero está ligado à Biologia. Este dado é corroborado pelo nosso referencial teórico onde diversos autores pontuam sobre o discurso de lideranças religiosas evangélicas fundamentalistas e conservadoras sobre a constituição do gênero. Esses grupos têm tentado promover pânico moral na sociedade, abordando a “ideologia de gênero” como um movimento que tenta separar o sexo biológico do gênero socialmente construído, algo que vai na contramão dos valores tradicionais e ensinamentos bíblicos que são a base da moralidade e da ordem social. Dito isto, entendemos que esses dados são preocupantes, apesar de serem uma parcela muito pequena do curso de Biologia, pois nos mostram que futuros professores de Biologia possuem concepções que não estão de acordo com valores de respeito e igualdade em relação às pessoas transexuais. Apesar de a religião fazer parte da vida de muitos seres humanos, entendemos que deve haver limites entre a ética pautada em uma Educação em Direitos Humanos e a crença particular de cada um no exercício docente. Percebemos que os participantes de religiões de matriz africana são os que mais possuem concepções com tendência progressista nessa temática. Nascimento e Costa (2015) ao pesquisarem sobre as vivências de pessoas trans em terreiros

de religiões afro-brasileiras, apontam que essas religiões são procuradas por essas pessoas por oferecem um espaço possível para que elas possam expressar a sua religiosidade e a sua identidade de gênero.

Quadro 14 – Perfis dos participantes com tendência conservadora em relação às questões sobre transexualidade

QUESTÕES	RELIGIÃO	MUNICÍPIO	GÊNERO	SEXUALIDADE
13) Cirurgias de mudança de sexo devem ser oferecidas pelo SUS	Acredita em Deus, mas não tem religião	São Gonçalo	Mulher cis	Bissexual
	Evangélica	São Gonçalo	Mulher cis	Heterossexual
	Evangélica	São Gonçalo	Mulher cis	Heterossexual
14) Alunas transexuais podem usar o banheiro feminino da escola	Acredita em Deus, mas não tem religião	São Gonçalo	Mulher cis	Bissexual
15) As escolas deveriam ter banheiros unissex	Espírita kardecista	São Gonçalo	Mulher cis	Heterossexual
	Ateu	Itaboraí	Homem cis	Heterossexual
	Católica	São Gonçalo	Mulher cis	Heterossexual
	Acredita em Deus, mas não tem religião	Magé	Homem cis	Heterossexual

QUESTÕES	RELIGIÃO	MUNICÍPIO	GÊNERO	SEXUALIDADE
	Evangélica	São Gonçalo	Mulher cis	Heterossexual
	Ateu	São Gonçalo	Homem cis	Heterossexual
	Evangélica	São Gonçalo	Mulher cis	Heterossexual
	Acredita em Deus, mas não tem religião	Itaboraí	Homem cis	Heterossexual
19) Pessoas transexuais devem ser chamadas pelo nome social	Católica	São Gonçalo	Mulher cis	Bissexual
24) O que define ser homem ou ser mulher é a genitália	Acredita em Deus, mas não tem religião	São Gonçalo	Mulher cis	Bissexual
	Evangélica	Itaboraí	Mulher cis	Heterossexual
	Evangélica	São Gonçalo	Mulher cis	Heterossexual
25) Ser homem ou mulher depende dos cromossomos sexuais	Evangélica	São Gonçalo	Mulher cis	Heterossexual
	Evangélica	Itaboraí	Mulher cis	Heterossexual
	Evangélica	São Gonçalo	Homem cis	Heterossexual

Fonte: Elaboração própria (2025).

Sobre os perfis dos participantes que tiveram concepções com tendências conservadoras em relação às questões sobre transexualidade, podemos observar que não houve um padrão, porém, no que se refere à identidade de gênero, os evangélicos se mostraram mais resistentes e foram os que mais limitaram o gênero à Biologia.

5.4.5 Aborto

Conforme mencionamos no nosso referencial teórico, no Brasil, há grupos neoconservadores que se empenham politicamente para interferirem nos direitos reprodutivos das mulheres como questões relacionadas com o aborto e quando o assunto é o controle de seus corpos. Além disso, fundamentalistas religiosos e conservadores defendem que as mulheres devem ser impedidas de tomar decisões autônomas sobre seus corpos, com base em interpretações religiosas de moralidade e da vontade divinas e se opõem ao aborto em qualquer circunstância, alegando que a vida começa na concepção. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019), no Brasil, quatro meninas de até 13 anos são vítimas de estupro a cada hora. Dados do DataSus apontam que, em 2018, 21.172 crianças nasceram de mães que também são crianças, com idade entre 10 e 14 anos (Riveira, 2020). Em 2020, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro, Damares Alves, ajudou a pressionar uma menina de 10 anos, abusada no Espírito Santo, para que ela não tivesse garantido o direito de fazer aborto (Riveira, 2020).

Na escola, compreendemos que o assunto deve ser abordado pelos professores da mesma maneira, em acordo com uma perspectiva de educação em direitos humanos. O tema também foi discutido no capítulo desta tese que trata do referencial teórico da pesquisa.

Tabela 33 – Questões envolvendo o aborto

Questões	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo e nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
29) O aborto deve ser permitido em casos de estupro	2 (4,3%)	1 (2,1%)	0 (0%)	2 (4,3%)	42 (89,4%)
30) O aborto deve ser permitido em todos os casos que a mulher quiser	6 (12,8%)	2 (4,3%)	5 (10,6%)	8 (17%)	26 (55,3%)
31) O aborto deve ser permitido quando a vida da mãe está em risco	0 (0%)	0 (0%)	1 (2,1%)	2 (4,3%)	44 (92,6%)
32) O aborto deve ser permitido até os 3 meses de gestação de acordo com a vontade da mulher	7 (14,9%)	1 (2,1%)	7 (14,9%)	7 (14,9%)	25 (53,2%)
33) O aborto deve ser permitido em casos específicos, como a anencefalia fetal	4 (8,5%)	2 (4,3%)	5 (10,3%)	3 (6,4%)	33 (70,2%)

Fonte: Elaboração própria (2025).

A vigésima nona questão afirma que “O aborto deve ser permitido em casos de estupro”. Cerca de 89,4% concordam totalmente com a questão, 4,3% concordam parcialmente, ninguém concordou e discordou, 2,1% discordam parcialmente e 4,3% discordam totalmente da afirmação. A primeira participante que obteve uma concepção com tendência conservadora nessa afirmação é mulher, homossexual, moradora de Itaboraí e acredita em Deus, mas não tem religião. A segunda participante é mulher, heterossexual, moradora de Itaboraí e evangélica. O terceiro participante é homem, heterossexual, morador de São Gonçalo e evangélico.

A trigésima questão afirma que “O aborto deve ser permitido em todos os casos que a mulher quiser”. Cerca de 55,3% concordam totalmente com essa questão, 17% concordam parcialmente, 4,3% discordam parcialmente e 12,8% discordam totalmente. O primeiro participante que possui uma concepção com tendência conservadora é ateu, homem, heterossexual, morador de São Gonçalo. O segundo participante com a mesma concepção é católico, homem,

heterossexual e morador de São Gonçalo. O terceiro é evangélico, homem, heterossexual, morador de São Gonçalo. A quarta participante acredita em Deus, mas não tem religião, mulher, bissexual e moradora de São Gonçalo. A quinta participante é evangélica, mulher, heterossexual, moradora de Itaboraí. A sexta participante com esta concepção é evangélica, mulher, heterossexual e moradora de São Gonçalo. A sétima participante é católica, mulher, heterossexual, moradora de São Gonçalo. O oitavo participante é umbandista, homem, morador do Rio de Janeiro e preferiu não revelar sua sexualidade.

A trigésima primeira questão se refere a afirmação “O aborto deve ser permitido quando a vida da mãe está em risco”. Cerca de 93,6% dos respondentes concordam totalmente com a questão, 4,3% concordam parcialmente, 2,1% não concordam e nem discordam e ninguém optou pelas opções discordo parcialmente e discordo totalmente. Esta foi a afirmativa onde todos os participantes tiveram uma concepção com uma tendência conservadora sobre o tema do aborto.

A trigésima segunda questão se refere a afirmação “O aborto deve ser permitido até os 3 meses de gestação de acordo com a vontade da mulher”. Cerca de 53,2% concordam totalmente com a afirmação, 14,9% concordam parcialmente, 14,9% não concordam e nem discordam, 2,1% discordam parcialmente, 14,9% discordam totalmente. O primeiro participante a possuir uma concepção com tendência conservadora é homem, heterossexual, morador de Itaboraí e acredita em deus, mas não tem religião. O segundo participante é homem, heterossexual, morador de São Gonçalo e evangélico. O terceiro participante é homem, homossexual, morador de Niterói e umbandista. O quarto participante é homem, heterossexual, morador de Itaboraí e umbandista. A quinta participante é mulher, heterossexual, moradora de São Gonçalo e evangélica. A sexta participante é mulher bissexual, moradora de São Gonçalo e acredita em Deus, mas não tem religião. A sétima participante é mulher, heterossexual, moradora de Itaboraí e evangélica. O oitavo participante é homem, heterossexual, morador de São Gonçalo e católico.

A trigésima terceira questão diz que “O aborto deve ser permitido em casos específicos, como a anencefalia fetal”. Cerca de 70,2% dos respondentes concordam totalmente com a afirmação, 6,4% concordam parcialmente, 10,6% não concordam e nem discordam, 4,3% discordam parcialmente e 8,5% discordam totalmente. O primeiro participante nesta questão a ter uma concepção com tendência conservadora é homem, homossexual, morador de Niterói e umbandista. A segunda é mulher, homossexual, moradora de Itaboraí e acredita

em Deus, mas não tem religião. O terceiro participante é homem, homossexual, morador de São Gonçalo e agnóstico. A quarta participante com essa concepção é mulher, heterossexual, moradora de Itaboraí e evangélica. A quinta participante é mulher, bissexual, moradora de São Gonçalo e umbandista. A sexta participante é mulher, bissexual, moradora de São Gonçalo e ateia.

Quadro 15 – Perfil dos participantes com tendência conservadora em relação ao aborto

QUESTÕES	RELIGIÃO	MUNICÍPIO	GÊNERO	SEXUALIDADE
29) O aborto deve ser permitido em casos de estupro	Acredita em Deus, mas não tem religião	Itaboraí	Mulher cis	Homossexual
	Evangélica	Itaboraí	Mulher cis	Heterossexual
	Evangélica	São Gonçalo	Homem cis	Heterossexual
30) O aborto deve ser permitido em todos os casos que a mulher quiser	Ateu	São Gonçalo	Homem cis	Heterossexual
	Católica	São Gonçalo	Homem cis	Heterossexual
	Evangélica	São Gonçalo	Homem cis	Heterossexual
	Acredita em Deus, mas não tem religião	São Gonçalo	Mulher cis	Bissexual
	Evangélica	Itaboraí	Mulher cis	Heterossexual
	Evangélica	São Gonçalo	Mulher cis	Heterossexual
	Católica	São Gonçalo	Mulher cis	Heterossexual

QUESTÕES	RELIGIÃO	MUNICÍPIO	GÊNERO	SEXUALIDADE
	Umbandista	Rio de Janeiro	Homem cis	Prefere não informar
32) O aborto deve ser permitido até os 3 meses de gestação de acordo com a vontade da mulher	Acredita em Deus, mas não tem religião	Itaboraí	Homem cis	Heterossexual
	Evangélica	São Gonçalo	Homem cis	Heterossexual
	Umbandista	Niterói	Homem cis	Homossexual
	Umbandista	Itaboraí	Homem cis	Heterossexual
	Evangélica	São Gonçalo	Mulher cis	Heterossexual
	Acredita em Deus, mas não tem religião	São Gonçalo	Mulher cis	Bissexual
	Evangélica	Itaboraí	Mulher cis	Heterossexual
33) O aborto deve ser permitido em casos específicos, como a anencefalia fetal	Católica	São Gonçalo	Homem cis	Heterossexual
	Umbandista	Niterói	Homem cis	Homossexual
	Agnóstico	São Gonçalo	Homem cis	Homossexual
	Evangélica	Itaboraí	Mulher cis	Heterossexual
	Umbandista	São Gonçalo	Mulher cis	Bissexual
	Ateu	São Gonçalo	Mulher cis	Bissexual

Fonte: Elaboração própria (2025).

Neste bloco, é possível observar que os respondentes têm, em sua maioria, uma visão com uma tendência de ampliar o direito ao aborto. Notamos também que a aceitação dos casos em que o aborto já é legalizado é maior do que uma legalização até o 3º mês de gestação, por exemplo. É possível observar também que este bloco e o da temática de pessoas transexuais demonstram que mesmo em um quadro de percepções mais progressistas, há diferenças de aceitação de determinados temas. É possível que essas diferenças estejam relacionadas a ideias não-religiosas, já que o perfil da maioria dos participantes da pesquisa não é de adesão a religiões institucionalizadas.

5.5

Resultados e análises das entrevistas

Nesta seção, serão apresentadas as entrevistas dos participantes, para que se empreenda uma discussão aprofundada de suas concepções acerca de cada temática categorizada de acordo com a ATD (Moraes; Galiuzzi, 2016). Na etapa seguinte, este estudo se propõe responder as perguntas de pesquisa de forma mais consolidada. Algumas categorias evidenciadas por mais de um entrevistado serão discutidas apenas na primeira vez em que aparecem para que a análise não se torne repetitiva.

Como dito anteriormente, enviamos e-mails para todos os alunos que responderam ao questionário convocando-os para uma entrevista por conta do baixo número de participantes. De 47 respondentes, conseguimos o retorno de 10 pessoas que aceitaram dar entrevistas. As entrevistas aconteceram virtualmente, com exceção de uma que aconteceu presencialmente na UERJ-FFP. As entrevistas foram gravadas com a autorização prévia dos participantes e seus nomes estão em sigilo, de posse apenas da pesquisadora, e posteriormente, as entrevistas foram transcritas e analisadas. Nessa pesquisa, utilizaremos números para identificar os alunos entrevistados no lugar dos nomes dos seus nomes para a manutenção do sigilo.

Utilizamos as perguntas do próprio questionário respondido pelos participantes para que cada entrevistado pudesse justificar suas respostas e com isso tentarmos compreender suas concepções e subjetividades.

Conforme abordagem das análises das respostas dos questionários, os parâmetros para concluir se o entrevistado possui uma concepção com tendência progressista, ambígua ou conservadora se baseiam em Henriques (2021), em que

concepções “conservadoras” abarcam ideias patriarcais de família, defesas heteronormativas da sexualidade, inclusão de aspectos religiosos nos currículos educacionais e perspectivas de doutrinação da prática docente, entre outras características similares. As concepções “progressistas” têm perspectivas educacionais emancipatórias, laicas, democráticas e plurais. As “ambíguas” são as que trazem um texto confuso, ou que misturam proposições conservadoras e progressistas (Henriques, 2021). Na análise das entrevistas, assim como com os questionários, considero que um pensamento “progressista”, conforme Henriques (2021), é estar de acordo com uma educação em direitos humanos, já que os dois conceitos têm perspectivas de uma educação emancipatória e democrática. Sendo assim, uma concepção com tendência conservadora significa estar em desacordo com as diretrizes da Educação em direitos humanos.

Para elaborar as análises relativas às entrevistas concedidas, todas as tabelas, construídas a partir da transcrição das entrevistas, apresentam categorias conforme Moraes e Galiuzzi (2016).

Essa seção se configura como um panorama das análises das entrevistas para que possamos responder as nossas perguntas de pesquisa de forma mais consolidada.

As perguntas norteadoras da pesquisa foram: 1) Qual a concepção dos alunos da FFP/UERJ sobre gênero e sexualidade? 2) Esses alunos reproduzem argumentos religiosos conservadores em relação à temática de gênero e sexualidade? 3) A religião dos alunos tem influência na concepção deles sobre gênero e sexualidade? 4) Esses alunos possuem concepções sobre gênero e sexualidade que estão alinhadas a uma educação em direitos humanos?

As análises levaram em conta as seguintes categorias: curso de Biologia da FFP/UERJ; educação básica; homossexualidade; papéis de gênero; transexualidade e aborto, cada uma delas destacando diversas subcategorias.

5.5.1 **Categoria curso de Biologia**

Na abordagem do curso de Biologia da FFP/UERJ, tentou-se compreender se os participantes concordam que deveria haver a discussão sobre gênero e sexualidade no curso, se essa discussão já é realizada, quais as disciplinas que abordam os temas e se deveria existir mais debates sobre gênero e sexualidade nas disciplinas.

Os entrevistados destacaram que gênero e sexualidade são de extrema importância e devem ser debatidos na graduação de Biologia. Relataram que no curso em evidência existe uma disciplina específica, Laboratório de Ensino I, em que a temática é abordada no currículo e em algumas disciplinas de ensino o tema também foi abordado. Ficou evidente que, antes mesmo de terem contato com essa disciplina específica, já havia um conhecimento prévio sobre essas temáticas. Para parte dos alunos, somente em algumas disciplinas de ciências humanas como filosofia da educação o assunto há comentários sobre a temática, alguns pontuaram que há uma demanda sobre tais discussões partindo dos próprios licenciandos e não necessariamente parte do currículo. Alguns refletiram sobre a falta um maior debate sobre essas temáticas, principalmente nas disciplinas de ensino, pois alguns consideram que o debate pode não caber a todas as disciplinas do curso. Para todos, deveria haver mais debates sobre gênero e sexualidade na graduação de Biologia, pois os licenciandos dizem não saírem preparados da graduação para abordar esse assunto na sala de aula.

5.5.2

Categoria escola básica

Neste bloco, busquei compreender se os licenciandos têm a concepção de que as temáticas de gênero e sexualidade devem ser abordadas na escola.

De modo geral, os entrevistados acreditam que os professores de Biologia e Ciências têm o dever de abordar gênero e sexualidade na escola, porém, alguns pontuaram que há discussões que devem ser filtradas de acordo com a idade dos alunos e que algumas escolas podem limitar o papel dos professores no estudo desses temas.

Alguns sinalizaram ainda que os próprios alunos da educação básica abordam gênero e sexualidade e pedem informações aos professores. Além disso, viu-se que a escola deve fazer a discussão sobre gênero e sexualidade, porque existem pais conservadores que não falarão desses temas com os filhos. Assim, sublinhou-se a importância de os alunos da educação básica terem contato com as temáticas de gênero e sexualidade para a construção de suas subjetividades e de uma cultura de respeito à diversidade.

5.5.3

Categoria homossexualidade

Os entrevistados relataram que a homossexualidade não é algo escolhido pelo indivíduo, mas é intrínseco à formação do sujeito, à sua personalidade e à sua subjetividade. Eles consideram que essa orientação sexual pode ser vivenciada separadamente da religiosidade, pois é possível ser cristão e homossexual ao mesmo tempo.

Alguns discordaram dessa questão por acreditarem não ser conciliável fazer parte de uma religião que seja contra a sua forma de existência. Um dos entrevistados acredita que é possível ser cristão e homossexual, porque, para ele, apesar de estar na Bíblia que a homossexualidade é errada, não foi Jesus quem disse isso.

Porém, como homossexual, o indivíduo não poderá fazer parte da instituição religiosa. Outro entrevistado tem a concepção de que há uma explicação religiosa para que pessoas sejam homossexuais e ele relaciona os comportamentos e papéis socialmente construídos para cada gênero a uma energia masculina e uma feminina, como se fosse algo inerente ao sexo biológico de cada indivíduo.

Há entrevistados que acreditam que os homossexuais têm uma maior propensão a contrair o vírus HIV ou ISTs devido a dados e artigos científicos que leram, e não por conta de concepções com embasamentos religiosos, outros entendem que isso depende do cuidado de cada pessoa e do uso de preservativos e não tem relação com a orientação sexual.

Um dos entrevistados, com uma tendência mais conservadora, entende que a homofobia não deveria ser crime e não há necessidade de serem enquadradas como crime “brincadeiras” homofóbicas entre conhecidos. Um dos entrevistados relatou que, por ser homossexual, optou por sair de uma religião cristã e foi acolhido em uma religião de matriz africana.

5.5.4

Categoria os papéis de gênero

A maior parte dos entrevistados tem uma tendência progressista com uma perspectiva de igualdade no que diz respeito aos papéis de gênero na sociedade, porém alguns esboçaram certas concepções conservadoras. Um deles possui a concepção de que mulheres e homens têm a mesma capacidade cognitiva de desempenhar as mesmas funções, porém há, fisicamente, restrições de igualdade entre homens e mulheres. Ele atribui aos homens força e às mulheres a energia

do cuidado. Para esse participante, as mulheres nascem com um instinto materno e são mais responsáveis pela gravidez do que os homens, porque são elas que engravidam.

5.5.5

Categoria transexualidade

Alguns entrevistados têm uma concepção de que a transexualidade não é uma escolha do indivíduo, é algo visto como parte do sujeito, de sua personalidade. Foi pontuada a importância dos banheiros unissex por conta da discriminação sofrida pelas pessoas trans e de alguns incômodos por parte das mulheres cis.

O assunto, observam os interlocutores da pesquisa, é considerado polêmico dentro das escolas por conta dos pais de alunos conservadores. Notamos que um dos entrevistados confunde o conceito de gênero com o de sexualidade só considera mulheres cis como as “de verdade”. Um dos entrevistados apresenta uma explicação religiosa para que as pessoas sejam trans e cis, ao mesmo tempo ele ressalta que identidade de gênero faz parte da natureza das pessoas. Muitos entrevistados enfatizam uma perspectiva biologizante de gênero, mas entendemos isso como uma característica desses alunos por estarem inseridos em um curso de Biologia.

Grande parte dos entrevistados concorda com a participação das mulheres trans nas equipes femininas, mas ressalta que deve ser analisada a morfologia e a parte hormonal delas, para que não se tenha uma vantagem biológica sobre as mulheres cis.

Este foi o ponto mais controverso da análise deste estudo. Ao meu ver, apesar de ter classificado as concepções dos estudantes, as categorias progressista, ambígua e conservadora não dão conta de analisar as concepções, porque, mesmo dentro do campo que consideramos progressista há concepções em disputa. Porém, essa foi a maneira encontrada para garantir alguma sistematização das ideias.

5.5.6

Categoria aborto

Para alguns entrevistados, predomina a concepção de que, se houver a descriminalização do aborto, ele se tornará um método contraceptivo recorrente entre as mulheres. Por outro lado, há entrevistados com concepções sobre o

aborto que não se coadunam com a perspectiva religiosa da instituição que frequentam, em que o aborto é visto como um problema de saúde pública atrelado aos direitos das mulheres.

Diante desse panorama, as perguntas mobilizam este estudo — a saber: os estudantes reproduzem argumentos religiosos conservadores em relação à temática de gênero e sexualidade? A religião dos alunos tem influência na concepção deles sobre gênero e sexualidade? — foram respondidas como se vê abaixo.

As análises permitem inferir que há concepções conservadoras de participantes não religiosos e progressistas de participantes adeptos de alguma religiosidade. Nota-se que há um maior acolhimento à diversidade nas religiões de matriz africana, que não interferem nas concepções dos participantes sobre temas como aborto e homossexualidade. Nota-se uma tendência a vivenciar o cristianismo de maneira não fundamentalista e de forma não institucionalizada para que não haja opressão contra formas diversas de existência que são deslegitimadas pela Bíblia.

Quanto às concepções sobre gênero e sexualidade que estão alinhadas a uma educação em direitos humanos, a maioria dos entrevistados teve um discurso alinhado à concepção de igualdade, a favor do pensamento crítico na escola e ressaltaram a importância do papel do docente no empoderamento dos sujeitos, portanto, entendemos que estão alinhados a uma Educação em Direitos Humanos.

Vejamos detalhadamente esse panorama.

5.5.7 Entrevistado 1

O entrevistado 1 estava no terceiro período do curso quando concedeu a entrevista, é homem cis, heterossexual, solteiro, morador de São Gonçalo, tem entre 18 e 21 anos, é pardo, acredita em Deus, mas não tem religião.

Quadro 16 – Análise das categorias do Entrevistado 1

PARTICIPANTE	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	TENDÊNCIA DA CONCEPÇÃO
Entrevistado 1	Curso de Biologia	Disciplina específica	Progressista

PARTICIPANTE	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	TENDÊNCIA DA CONCEPÇÃO
(homem cis, heterossexual, solteiro, morador de São Gonçalo, tem entre 18 e 21 anos, é pardo, acredita em Deus, mas não tem religião)		Pouco debate	Progressista
		Demanda dos alunos	Progressista
		Disciplinas de ciências humanas	Progressista
	Educação básica	Autoconhecimento	Progressista
		Convívio em Sociedade	Progressista
	Homossexualidade	Personalidade	Progressista
		Separada da crença	Progressista
	Transexualidade	Personalidade	Progressista
		Banheiro do seu gênero	Progressista
	Aborto	A favor com resistência	Progressista

Fonte: Elaboração própria (2025).

A categoria curso de Ciências Biológicas da FFP/UERJ mostra como as temáticas de gênero e sexualidade se apresentam nas disciplinas.

- Subcategoria disciplina específica: entende-se que a temática de gênero e sexualidade está no currículo de uma disciplina específica do curso de Biologia da instituição (Laboratório de Ensino 1).

“No meu 1º semestre, na verdade. Eu encontrei uma professora na matéria de laboratório de ensino I que fala sobre o ensino de ciências voltado para questões sociais. Então... um dos debates foi sobre gênero e sexualidade.”

“A disciplina só me ajudou mais a ter uma visão mais ampla das questões sociais relacionadas ao ensino mesmo, porque esse era o intuito da disciplina.”

- Subcategoria pouco debate: entende-se que se fala pouco sobre gênero e sexualidade em outras disciplinas do curso de Biologia da FFP.

“que eu lembre, nas outras disciplinas foi muito pouco. O espaço que a gente teve pra debater isso foi nessa disciplina (Laboratório de Ensino I)”.

- Subcategoria demanda dos alunos: entende-se que os próprios alunos da universidade abordam a temática de gênero e sexualidade, às vezes abordada pelos professores.

“Existem esses debates, que muitas vezes os próprios alunos puxam. Às vezes parte do professor, mas nem sempre.”

- Subcategoria disciplinas de ciências humanas: entende-se que a abordagem sobre gênero e sexualidade aparecem nas disciplinas de ciências humanas que são comuns a todos da universidade.

“Mais disciplinas de ensino em si. Por exemplo, a de filosofia da educação, sociologia da educação.”

- Subcategoria conhecimento prévio: entende-se que o entrevistado já tinha as mesmas concepções sobre gênero e sexualidade antes do contato com a disciplina específica Laboratório de Ensino I.

“[...] na verdade acho que, mesmo antes de ter essa disciplina, já responderia, teria as mesmas respostas. Mas eu já tinha uma compreensão, já tinha minha opinião própria sobre isso. A disciplina só me ajudou a contextualizar melhor, eu acho.”

O licenciado teve uma disciplina específica da Biologia que abordava gênero e sexualidade (Laboratório de Ensino I) e, como podemos ver, ela o ajudou a relacionar as questões sociais ao ensino. O discente pontuou que muitos alunos provocam discussões sobre as temáticas nas aulas, mas nem sempre os professores abordam essas questões. Além disso, destacou que esses assuntos também se apresentam em algumas disciplinas de ciências humanas (ensino). Notamos ainda que o entrevistado entende que o curso de Biologia não se restringe apenas aos conhecimentos biológicos e que são necessários debates sobre questões sociais.

Observemos como se posiciona o entrevistado 1 quanto à categoria educação básica, que se refere à forma como o entrevistado entende que a abordagem sobre gênero e sexualidade deve ser realizada no ensino básico, nas subcategorias autoconhecimento e convívio em sociedade.

- Subcategoria autoconhecimento: entende-se que os alunos devem se

conhecer como são e como se sentem em relação ao seu gênero e sua sexualidade.

“Porque isso é parte da gente, né? Não é botar na cabeça de alguém que alguém tem que ser algo, mas é questão de compreender... qual é... o que essa pessoa é, como ela se sente em relação a tal coisa.”

- Subcategoria convívio em sociedade: entende-se que a abordagem sobre gênero e sexualidade na escola é necessária para que todos consigam conviver bem em sociedade e com respeito ao próximo.

“Então, eu acho que é necessário, essa abordagem, porque... é algo extremamente importante quando a gente pensa em convívio em sociedade, seja no respeito ao próximo, como entender você como você é.”

A concepção do participante aqui mostra sua tendência progressista, pois ele pontua sobre o autoconhecimento do aluno e do seu potencial como um ser que pode fugir de padrões heterocisnormativos e também fala da aceitação do diverso para o melhor convívio em sociedade e respeito ao próximo. Nota-se também que ele não restringe o ensino a questões puramente relacionadas ao conhecimento das disciplinas escolares e acredita ser necessária a abordagem sobre gênero e sexualidade.

A categoria homossexualidade retrata algumas concepções do entrevistado sobre o tema.

- Subcategoria homossexualidade personalidade: mostra que o entrevistado tem a concepção de que o indivíduo não nasce homossexual, torna-se homossexual com o tempo em que vai formando a sua personalidade.

“... eu não acho que a pessoa nasce, mas eu acho que a pessoa não escolhe, ela acaba desenvolvendo. Eu não posso dizer que a pessoa nasce, porque quando a gente nasce a gente não sabe nada. Não sabe o que é a homossexualidade, o que é heterossexualidade, não sabe nada. Acho que a gente desenvolve isso na nossa personalidade.”

“Não é uma escolha, mas não é.... a pessoa não nasce com, mas também não tem como tirar isso da pessoa, vamos dizer assim.”

- Subcategoria homossexualidade separada da crença: entende-se que, conforme a concepção do entrevistado, a homossexualidade é algo natural, faz parte da personalidade do indivíduo e a religião está relacionada a crenças e à construção social, separada da essência do

indivíduo, portanto, é possível ser homossexual e cristão.

“... eu acho que são duas coisas, duas questões diferentes. A homossexualidade, como eu já falei, é natural, é a forma da pessoa se sentir com ela mesma, é como ela desenvolve a personalidade ela. Já a religião, é uma coisa completamente diferente, não tem a ver com a pessoa, vamos dizer assim, com a personalidade dela, no psicológico dela, mas sim nessa construção social, vamos dizer assim, porque a religião é uma construção social. Então, são crenças, diferente do fato que envolve nosso psicológico.

Dessa forma, nessa categoria, percebe-se que o entrevistado tem uma concepção de homossexualidade com tendência progressista por não apresentar aspectos no seu discurso como “escolha”, “opção” ou aspectos limitados a crenças religiosas, já que que a homossexualidade é complexa e envolve uma combinação de fatores biológicos, genéticos, ambientais e culturais, por isso não pode ser explicada de forma simples ou determinista. O participante também faz a separação da religião e das formas dos indivíduos vivenciarem sua sexualidade.

Na categoria transexualidade, retratam-se algumas concepções do entrevistado sobre a temática da transexualidade.

- Subcategoria transexualidade personalidade: entende-se que o indivíduo não nasce transexual, ele se torna conforme for desenvolvendo a sua personalidade, nos primeiros anos de vida.

“Acho que é mais a questão da formação da personalidade daquela pessoa, na maioria dos casos. Não, na maioria não, que vai ocorrendo no momento inicial da vida da pessoa. Ela não vai nascer aquilo, mas aquilo será decidido nos primeiros anos de vida daquela pessoa.”

- Subcategoria banheiro de seu gênero: nota-se que o entrevistado entende que pessoas trans podem ter receio de frequentar um banheiro apropriado ao seu gênero sendo por poder sofrer julgamento e por isso a importância do banheiro unissex.

“Uma mulher transexual... o gênero dela é do banheiro feminino, mas tem o receio de ser julgada por isso, então iria no banheiro unissex, para evitar o julgamento. Eu entendo mais nesse contexto.”

“Então, se ela quiser usar o banheiro feminino, ela usa o banheiro feminino. A questão é, se essa pessoa tem medo, porque a gente sabe que o que mais tem é julgamento por aí, então...”

A respeito da transexualidade, o entrevistado demonstra uma concepção com tendência progressista por entender que o aspecto transexualidade não é

uma opção de gênero, mas está ligado à formação do indivíduo. Além disso, ele concorda com a presença de banheiros unissex nas escolas por ser um ambiente mais acolhedor para pessoas trans, que se sentem julgadas por usarem banheiros que não correspondem ao seu sexo biológico.

Na categoria aborto, que retrata parte da concepção do entrevistado sobre o tema, vemos o seguinte:

- Subcategoria a favor com resistência: entende-se que o indivíduo é a favor do aborto por se tratar de uma decisão da mulher, porém há uma resistência à aceitação total e não se sabe o motivo.

“... na verdade eu sou a favor do aborto, independente da ocasião. Mas, isso eu ainda tenho uma certa resistência, em relação ao aborto... em qualquer ocasião. Apesar de ser a favor do aborto, eu tenho, por conta da minha bolha, eu tenho uma resistência em dizer “sou a favor do aborto em qualquer ocasião”. Mas, sinceramente, o corpo não é meu. Então a mulher, né? A dona do corpo que decide isso.”

“Eu não tenho muito o direito de falar sobre isso, o corpo não é meu. Então... eu sou a favor, porque eu sei os problemas que isso envolve. Apesar de ter... de não ser cem por cento a favor, a maior parte eu sou a favor, sim, principalmente em casos de estupro.”

Na questão do aborto, explicita uma concepção com tendência progressista por entender que a questão é pertinente à autonomia das mulheres e que é um problema social. Apesar dessa perspectiva, é notório que ele não se sente confortável para concordar com a realização do aborto quando a mulher quisesse, por se tratar de um tema sensível, mas ele dá a entender que o assunto diz respeito ao corpo das mulheres; a decisão, portanto, é delas.

5.5.8 **Entrevistado 2**

O entrevistado 2 cursava o oitavo período ou mais quando nos concedeu entrevista, é homem cis, heterossexual, solteiro, pardo, tem entre 22 e 29 anos, mora em São Gonçalo e é ateu.

Quadro 17 – Análise das categorias do Entrevistado 2

PARTICIPANTE	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	TENDÊNCIA DA CONCEPÇÃO
Entrevistado 2 (homem cis, heterossexual, solteiro, morador de São Gonçalo, tem entre 22 e 29 anos, é pardo, ateu)	Curso de Biologia	Mais conteúdos biologizantes	Conservadora
		Disciplina específica	Não se aplica
		Algumas disciplinas	Não se aplica
		Ausência nas disciplinas de ensino	Não se aplica
	Educação Básica	Importância com restrições	Conservadora
	Papéis de gênero	Igualdade com restrições	Conservadora
		Instinto materno	Conservadora
		Mulheres responsáveis pela gravidez	Conservadora
	Homossexualidade	Entre colegas	Conservadora
		Se não deveria existir, não é crime	Conservadora
		Homofobia cristã	Progressista
	Transexualidade	Problema conceitual	Conservadora
		Verdadeira mulher	Conservadora
		Análise morfológica e hormonal	Ambígua
	Aborto	Como método contraceptivo	Ambígua

Fonte: Elaboração própria (2025).

Na categoria curso de Biologia, já descrita acima, o entrevistado 2 evidenciou as subcategorias conteúdos biologizantes, disciplinas específicas, algumas disciplinas, ausência nas disciplinas de ensino.

- Subcategoria mais conteúdos biologizantes: entende-se que o entrevistado acredita que o curso de Biologia poderia ter menos conteúdos sobre questões sociais e mais conteúdos biologizantes.

“[...] eu não tenho problema que os professores façam esse debate ocasionalmente, porque, tudo bem as ciências biológicas a gente tem que saber isso, saber as diferenças, e coisas do tipo, e tal. Só que é porque...na minha perspectiva... é... eu entrei na UERJ achando que ia ser mais biologia mesmo. Só que teve muito enfoque em relações humanas, ciências humanas e coisas do tipo. Eu acho que, principalmente nos primeiros períodos, nos primeiros dois, isso ofuscou um pouco da parte da biologia em si.”

Nesse ponto, os entrevistados 1 e 2 divergem, pois o primeiro relatou que apenas uma disciplina da Biologia tratou do tema de gênero e sexualidade, que estaria presente em algumas disciplinas de ensino, enquanto o entrevistado 2 relata que os debates das questões sociais ofuscaram a parte biológica do curso nos primeiros períodos. É possível que os dois tivessem aulas com professores diferentes para as disciplinas dos primeiros períodos e que a dinâmica de cada turma tenha sido diferente em cada momento por surgirem essas temáticas mais para um do que para outro. Pode ser também que o entrevistado 2 esteja se referindo à quantidade de disciplinas relacionadas às ciências humanas nos primeiros períodos e que ele tenha criado uma expectativa de obter mais conhecimentos biológicos nesse primeiro momento do curso.

- Subcategoria disciplina específica: entende-se que a temática de gênero e sexualidade está no currículo de uma disciplina específica do curso de Biologia da FFP/UERJ (Laboratório de Ensino 1).

“[...] eu tive algumas disciplinas que tiveram... grandes trechos focados nisso, digamos assim. Por exemplo, a primeira, se não me engano, foi lab I, quem deu para mim foi Francine, ela dividiu a matéria em três tópicos. E aí mais ou menos o último mês e meio de aula foi em relação a esse tema.”

- Subcategoria algumas disciplinas: entende-se que a temática de gênero e sexualidade foi abordada em algumas disciplinas do curso de Biologia.

“[...] depois eu acho que eu tive isso um pouco em embriologia... não muito pela professora, mas sim por um seminário que ela passou para os alunos, e um dos temas dos grupos se não me engano foi esse. E lab II, no caso que praticamente eram só os alunos que davam aula, porque toda semana era um seminário de algum grupo da turma inteira.

“Também acho que no primeiro período teve um seminário integrado, de três disciplinas, que se não me engano teve esse tema envolvido em algum dos temas de apresentação.”

“Estágios eu já fiz todos. Mas chegou a ser debatido, principalmente no estágio IV, que acho que foi o último que eu fiz, mas acho que foi uma aula só, ou coisa do tipo.”

- Subcategoria ausência nas disciplinas de ensino: entende-se que a discussão sobre gênero e sexualidade não apareceu nas disciplinas relacionadas ao ensino.

“Tirando os labs? Sinceramente, didática não teve. Sociologia e filosofia não teve. Não criticando sociologia e filosofia, porque a professora que eu tive era muito boa, ela era muito boa mesmo, mas ela não chegou a tratar desses temas.”

Sobre essa categoria, podemos observar que o entrevistado dá mais relevância a assuntos biologizantes; para ele, parece que questões sociais são temáticas separadas da Biologia. Ele relatou ainda que especificamente a disciplina de Laboratório de Ensino 1 tratou das temáticas e também apareceu pontualmente gênero e sexualidade em trabalhos de outras disciplinas.

Na categoria educação básica, como já sabemos, analisa-se a forma como o entrevistado entende que a abordagem sobre gênero e sexualidade deve ocorrer no ensino básico.

- Subcategoria importância com restrições: entende-se que o entrevistado compreende a importância da temática, mas acredita que ela só pode ser debatida pontualmente.

“Eu entendo a importância que os professores têm que falar isso, em algum momento...”

“[...] dentro da matéria, da disciplina, cabe, mas não como se fosse martelando o tempo inteiro na cabeça das pessoas, sabe? Mas pontualmente, sabe?”

“Destacando a importância, como os outros temas, em geral. Por exemplo, quando falam de racismo, geralmente é no Dia da Consciência Negra, ou quando tá na disciplina de história, contando a história do Brasil. Então, tipo assim, cada um no seu tempo devido.”

Nesse aspecto, o entrevistado parece ter uma concepção positivista da Biologia. Acredito que, ao aplicar a lógica positivista de forma rígida nas Ciências

Biológicas, há um risco de negligenciar a complexidade dos fenômenos humanos e sociais que influenciam e são influenciados pela Biologia. Além disso, o conhecimento científico também é moldado por contextos sociais, culturais e históricos. As descobertas científicas, inclusive, resultam de interações entre fatores humanos, sociais e naturais. Quando refletimos sobre esse aspecto e sobre a história da ciência, conseguimos ter uma visão mais crítica e reflexiva sobre seu papel na sociedade. Segundo Guerra (2021), a utilização da história da ciência em sala de aula, por exemplo, é fundamental para promover uma educação mais crítica, reflexiva e inclusiva, para que os alunos compreendam não apenas o desenvolvimento das ideias científicas, mas também os contextos sociais, políticos e econômicos que influenciaram a ciência e por ela foram influenciados ao longo do tempo. Essa abordagem pode ter um impacto significativo na conscientização sobre as desigualdades e injustiças sociais, como por exemplo, o apagamento da participação das mulheres na ciência, conforme abordado aqui, ou ainda do conhecimento científico ancestral de povos originários.

Na categoria papéis de gênero, emergiram as subcategorias igualdade com restrições, instinto materno e mulheres responsáveis pela gravidez.

- Subcategoria igualdade com restrições: entende-se que a concepção do entrevistado é de que mulheres e homens têm a mesma capacidade cognitiva de desempenhar as mesmas funções, porém há restrições da igualdade no campo anatômico entre os homens e mulheres, com atribuições masculinas de força e femininas de cuidado.

“É porque, tipo assim, muitas profissões podem ser executadas sem problema nenhum por ambos os sexos, eu tenho consciência disso, principalmente aquelas que envolvem o cérebro, o pensamento, porque não tem nenhuma diferença significativa entre as cabeças, até porque as pessoas falam que o homem tem o cérebro um pouco maior, coisa do tipo, mas o cérebro maior está relacionado mais por ter um corpo maior...”

“Mas eu acho que, talvez, algumas profissões físicas, talvez os homens tenham um pouco mais. Vou botar tipo pedreiro, você não vê mulher pedreira, você vê muito mais homem pedreiro que qualquer coisa. Da mesma forma, acho que as mulheres, por não serem tão brutas, também conseguem fazer algumas profissões que são mais... é... que exigem tratar de coisas mais... como se diz? Mais frágeis. Tipo, sei lá, mexer em pecinhas muito pequenas, ou dançar, que geralmente é típico de... ou talvez profissões que envolvam mais empatia também com as pessoas, tipo enfermagem, ou coisa do tipo, que geralmente a maior parte dos homens vai ser meio bruto com alguma coisa assim.”

Sabemos que a concepção de que homens e mulheres têm vocações e habilidades determinadas biologicamente é duramente criticada pelas teorias feministas, que argumentam que os papéis de gênero são socialmente

construídos e impostos desde a infância, quando as crianças sendo ensinadas a desempenhar papéis e comportamentos específicos, conforme o seu sexo biológico (Beauvoir, 1980). Na lógica patriarcal, a ideia de que as mulheres são biologicamente predestinadas ao cuidado doméstico e ao papel do cuidado serve para justificar sua exclusão de muitas profissões, especialmente em cargos de liderança ou de alto poder. A igualdade de gênero no trabalho e nas profissões depende da superação dos estereótipos baseados no sexo e da criação de oportunidades equitativas para todos. Assim, conforme discutimos sobre os direitos humanos e a igualdade de gênero, a busca pela igualdade entre homens e mulheres é uma das principais causas quando se busca garantir dignidade, liberdade e igualdade entre todos os indivíduos.

Portanto, entendo que o entrevistado 2 tem concepção com uma tendência conservadora, em desacordo com uma perspectiva de igualdade.

- Subcategoria instinto materno: entende-se que a concepção do entrevistado é a de que mulheres nascem com um instinto materno.

“É porque eu entendo que a ligação entre mãe e filho é uma das ligações mais fortes, não só de humanos, mais entre os mamíferos em geral. Então, quando uma mulher tem um filho, eu acho que ela tem que ter um tempo com ele, e isso é importante, não só pra ela, mas também pra própria criança.”

“[...] eu acho que no caso da mãe ela tem que ter uma atenção um pouco mais especial, porque a ligação entre eles é bem forte. Eu acho que ela tem pelo menos que dividir um pouco essa parte. Não que isso estresse ela de alguma forma, mas na medida do possível, ela tentar conciliar isso de acordo com a vida dela. E o pai ajudando nisso.”

O papel designado às mulheres pelo entrevistado 2 é elaborado por determinismos biológicos, em geral atribuído por uma ciência sem pensamento crítico leva as mulheres, assim como cursos de Biologia sem discussão de gênero e sexualidade o fazem: colocam as mulheres mães em lugares onde precisam ter comportamentos limitados pelas relações biológicas, aprisionando-as em uma estrutura patriarcal pela invenção dos papéis de gênero, enquanto os homens pais podem somente ajudá-las.

O mito do instinto materno está profundamente enraizado em várias perspectivas religiosas, especialmente nas religiões cristãs, em que o papel da mulher como mãe é frequentemente idealizado e associado a uma função divina e subordinada. Em muitas doutrinas cristãs, a maternidade é encarada como uma obrigação divina, num reforço da ideia de que o corpo da mulher é destinado à procriação.

Conforme este estudo discorre no capítulo dedicado aos referencias teóricos o patriarcado, ao longo da história, tem utilizado a religião como ferramenta para perpetuar o controle sobre a sexualidade e a vida das mulheres, que são muitas vezes ensinadas que sua realização plena é alcançada através da maternidade, algo descrito como um instinto natural inquestionável.

Portanto, pelo que se vê, a concepção do entrevistado 2 tem tendência conservadora no que diz respeito aos papéis de gênero. Apesar de ateu, para ele, a cultura em que estamos imersos, que faz parte de uma estrutura limitante antiga em que, durante muitos séculos, a igreja era quem determinava as configurações da sociedade, enraizou opressões estruturais. Assim, mesmo os não religiosos continuam reproduzindo tais ideias como naturais.

- Subcategoria mulheres responsáveis pela gravidez: entende-se que, de acordo com a concepção do entrevistado, as mulheres são as responsáveis por evitar a gravidez porque são elas que engravidam.

“Bom, quem fica grávida é quem? É a mulher, é o corpo dela que engravida.”

“[...] contanto que a mulher seja completamente educada sobre como funciona o corpo dela, sobre gravidez, aí, a partir desse ponto, ela tem o controle de saber, de decidir se ela vai querer engravidar ou não. E tem mulheres que realmente conseguem seguir isso e não engravidam, e não engravidam nunca, tem mulher que não tem filho mesmo depois de casada, e coisa do tipo, porque não quis.”

“Só que às vezes tem algumas mulheres que, eventualmente, mesmo com todos esses métodos, mesmo conhecendo tudo isso, elas ainda engravidam.”

Com efeito, as mulheres são mais frequentemente responsabilizadas pela gravidez, muitas vezes a sociedade a culpa pelo fato e as responsabiliza exclusivamente, enquanto a responsabilidade masculina em relação à gestação e seus desdobramentos são minimizadas ou ignoradas. A culpabilização feminina da gravidez é uma das expressões mais evidentes da desigualdade de gênero, pois está atrelada ao controle social sobre os corpos das mulheres. Além disso, em uma sociedade a qual restringe a autonomia feminina para tomar decisões sobre sua própria saúde reprodutiva, a criminalização do aborto e a falta de acesso a métodos contraceptivos eficazes, como a implantação do DIU e a laqueadura podem ser consequências.

Diante disso, muitas mulheres podem se ver forçadas a aceitar a gravidez, mesmo quando não desejada, devido à ausência de escolha real sobre sua própria vida reprodutiva. A ONU e outras instituições internacionais reconhecem que os direitos reprodutivos são parte fundamental dos direitos humanos. Essa discussão também abrange a responsabilidade masculina na gravidez,

reconhecendo que responsabilidade sobre a concepção de uma criança é compartilhada, que não deve recair exclusivamente sobre as mulheres, como sugere o entrevistado. A falta de uma abordagem equitativa pode perpetuar desigualdades de gênero, que afetam a saúde, os direitos e as oportunidades das mulheres. Por isso, entendo que o entrevistado tem uma concepção com tendência conservadora.

Na categoria transexualidade, a interação com o entrevistado 2 gerou as categorias problema conceitual, verdadeira mulher e análise morfológica e hormonal.

- Subcategoria problema conceitual: entende-se que o entrevistado confunde o conceito de gênero e sexualidade.

Quando perguntado sobre os banheiros unissex, o entrevistado relatou que não tinha muita propriedade para falar do assunto e não sabia o que responder, mas fez o seguinte comentário:

“[...] quando a pessoa é transexual, geralmente ela gosta do sexo... que ela... é o contrário, se não me engano? Esqueci. Mas, tipo assim, pra ela, ela é uma mulher, ela não vai atacar outras mulheres, então não tem problema em relação a isso.”

Para o participante, uma mulher trans não atacaria uma mulher cis porque ela se sente atraída pelo gênero oposto, confundindo o conceito de gênero e sexualidade. Ou seja, ele acredita que uma mulher trans deve se sentir atraída sexualmente por um homem por entender que a identidade de gênero está diretamente relacionada à sexualidade do indivíduo. Entretanto, gênero está ligado a identidade social, aos comportamentos, expressões e ações esperadas culturalmente de acordo com o sexo biológico, enquanto a sexualidade está ligada a “um conceito contemporâneo para se referir ao campo das práticas e sentimentos ligados à atividade sexual dos indivíduos” (Grossi, 1998). Portanto, sua concepção nesse aspecto tem tendência conservadora.

- Subcategoria verdadeira mulher: entende-se que o entrevistado possui a concepção de que as verdadeiras mulheres são as cis.

“Por exemplo, no meu caso, o banheiro masculino ninguém se importaria se uma mulher, se um homem trans, no caso, fosse lá. Mas eu não sei das mulheres trans em relação as mulheres de verdade.”

O entrevistado faz uso de duas categorias próprias de concepção sobre ser mulher no seu discurso: a mulher trans e a mulher cis, considerada de verdade. Como identidade de gênero não se limita a uma definição biológica ou física, o

gênero se baseia em uma performance socialmente construída, construção que pode ser subvertida para desafiar normas e expectativas tradicionais sobre masculinidade e feminilidade (Butler, 2018). A concepção do entrevistado reflete um determinismo biológico, portanto há aí uma concepção conservadora de transexualidade.

- Subcategoria análise morfológica e hormonal: entende-se que o entrevistado concorda com a participação das mulheres trans nas equipes femininas, mas ressalta que deve ser analisada a morfologia e a parte hormonal para se equiparar a mulheres cis.

“Mas eu sei que existem trans e existem trans. Existem trans que fizeram a mudança muito cedo, e aí então você realmente não consegue diferenciar de uma mulher cis, no caso. Mas tem trans que fizeram a transição mais tarde, então você claramente vê a diferença.”

“Só que aí, não sei, muitos ficam reclamando com relação que mulheres trans, no caso que passaram pela puberdade, elas são mais fortes fisicamente do que mulheres cis. Porque, de fato, algumas dessas mulheres tem uma morfologia mais masculina, além de terem uma concentração de testosterona maior.”

A presença de mulheres trans nas equipes femininas de esportes é algo complexo e controverso. Garcia e Pereira (2020) desenvolveram um estudo cujo objetivo foi averiguar a opinião de atletas e treinadores cis de voleibol sobre a participação de mulheres trans no naípe feminino da modalidade a partir do caso de Tiffany Abreu.¹² Os autores pontuam que o discurso das atletas e treinadores é geralmente contrário a essa participação e atuação, com base em preceitos biomédicos e fisiológicos cisheteronormativos.

Contudo, registraram-se manifestações cautelosas sobre o assunto, legitimando a participação de acordo com as recomendações das federações que regem as modalidades esportivas. Por outro lado, Cunha (2023) analisa profundamente a literatura científica sobre a participação de atletas trans em esportes competitivos em artigos publicados em inglês publicados entre 2011 e 2021 e faz algumas observações importantes. De acordo com o autor, os estudos biomédicos são supervalorizados nas políticas esportivas em comparação com os estudos das ciências sociais. Além disso, ele verificou que não há uma base sólida de evidências disponíveis que indique vantagem de desempenho das mulheres trans um ano de supressão de testosterona e que muitas políticas de "inclusão"

¹² Tiffany Abreu, nascida em 1984, em Conceição do Araguaia, no Pará, é a primeira jogadora trans a atuar na Superliga feminina de vôlei no Brasil. Ela iniciou a transição de gênero em 2012.

de pessoas trans no esporte tem utilizado limites arbitrários, sem base em evidências.

Portanto, compreendo que a concepção do entrevistado é ambígua.

Na categoria homossexualidade, temos as subcategorias homofobia entre colegas, não deveria existir então é crime e homofobia cristã.

- Subcategoria homofobia entre colegas: entende-se que o entrevistado tem a concepção de que, quando houver falas homofóbicas entre os colegas, não há necessidade de ser considerado um crime.

“Bom, eu acho que depende do nível em que ela existe. Se fosse só no nível do... pessoal, só se falando ocasionalmente mal, alguma coisinha assim, isso a gente consegue tolerar.”

Aqui, sobressai um aspecto menos debatido da homofobia: sua vertente recreativa, frequentemente associada ao desejo de reforçar normas de gênero e sexualidade, muitas vezes relacionada a estereótipos de masculinidade. Aparentemente inofensiva, mas com rejeição de comportamentos associados à feminilidade, essas práticas podem afetar homossexuais e homens que não se sentem “suficientemente masculinos”, trazendo prejuízos psicológicos e perpetuando comportamentos discriminatórios.

É fundamental lembrar que a homofobia não se manifesta apenas por meio da violência física, mas também por expressões verbais, como insultos e apelidos que dizem respeito à homossexualidade, à transgeneridade e à bissexualidade. Nesse contexto, a homossexualidade perturba, incomoda e provoca a rejeição dos heterossexuais, pois subverte a ordem natural (Eribon, 2008).

Conforme Borrillo (2009), a homofobia cria uma espécie de “vigilância de gênero”, uma vez que a virilidade não se constrói apenas pela negação do feminino, mas também pela rejeição da homossexualidade. A homofobia é a estigmatização das relações afetivas entre homens, especialmente quando eles são identificados como homossexuais ou se assumem como tais. Da mesma forma, envolve a estigmatização ou negação das relações entre mulheres que não se alinham à definição tradicional de feminilidade. Assim, a homofobia em geral permite a denúncia dos “desvios” do masculino em direção ao feminino e vice-versa, operando uma constante atualização nos indivíduos, lembrando-os de seu “gênero correto” (Longaray; Ribeiro, 2010). Portanto, entendemos que o entrevistado tem uma concepção com tendência conservadora nesse aspecto.

- Subcategoria não deveria existir, então não é crime: entende-se que o entrevistado tem a concepção de que homofobia não deveria ser crime porque ela não deveria existir.

“[...] meu professor de história falou que era um absurdo que racismo deveria ser crime, porque o racismo não deveria existir. Então, eu acho que na perspectiva da homofobia seria a mesma coisa, porque as pessoas não deveriam odiar e querer matar as pessoas por conta disso. Então eu acho que, na perspectiva de, tendo problema, eu entendo ser crime. Mas o problema talvez não devesse existir.”

Afirmar que não deveria existir homofobia mostra um posicionamento de tendência progressista, porém não podemos negar que o fato acontece recorrentemente na sociedade, por isso precisam existir leis que ataquem o preconceito e a violência sofrida com a homofobia. Assim, o argumento apresentado parece explicitar uma contradição, pois, de certa maneira, é uma forma de fechar os olhos e minimizar as violências que efetivamente ocorrem na sociedade, portanto, a concepção do entrevistado é ambígua.

- Subcategoria homofobia cristã: entende-se que o participante possui a concepção de que não há como ser cristão e homossexual porque a religião cristã é contra a existência de homossexuais.

“É o seguinte: o cristianismo, pelo menos as de raiz abraâmicas, como eles falam, elas pregam efetivamente que homossexualidade é um pecado, é um pecado e a pessoa vai ser punida, vai pro inferno, alguma coisa assim... você quer seguir uma religião que é contra sua existência. Pra mim isso é uma... quebra de sentido total.”

“Tipo, eu sou contra, eu não sei se botei isso, contra homossexuais se casarem em igrejas cristãs. Porque pra mim é um frango e uma galinha querendo casar no abatedouro.”

“Eu acho que a pessoa teria que ter uma religião que pelo menos aceita a existência dela. Não seguir uma religião e querer obrigar que uma religião que é contra a existência dela, que as pessoas falam que ela vai pro inferno, que ela vai sofrer, que ela vai isso, que vai aquilo, ela.... é o que eu acho.”

“Eu não sigo nenhuma religião, então talvez pra mim seja mais fácil pensar assim. Talvez a pessoa que esteja inserida dentro disso ela queira continuar. Eu não entendo como a pessoa vai querer continuar em uma coisa que é contra a própria existência dela, e que faz muitas pessoas como ela sofrerem.”

Conforme abordagem da análise dos questionários, a homossexualidade foi condenada pela igreja católica ao longo de séculos e a Bíblia aborda em alguns versículos que descrevem relações entre pessoas do mesmo sexo como abomináveis. Os textos bíblicos ainda são utilizados como justificativas para a propagação do ódio contra a comunidade LGBTQIA+ por lideranças fundamentalistas religiosas e conservadores, a fim de manter a estrutura da

família tradicional e propagar seus privilégios. Diante disso, avalio que o entrevistado tem uma concepção de reprovação dos discursos homofóbicos de religiosos cristãos e reprova a escolha de homossexuais pela religião cristã por conta da opressão e violência que sofrem dentro da instituição, por isso há uma tendência progressista nesse contexto.

Na categoria aborto, entrevistado indica a subcategoria aborto como método contraceptivo

- Subcategoria aborto como método contraceptivo: entende-se que o entrevistado é contra o aborto quando a mulher pode fazer disso um método contraceptivo.

“Assim, eu acho que a mulher tem que ter o direito de abortar, mas eu discordo que ela use isso como um método contraceptivo efetivamente. Tipo, toda vez que ela engravidar ela abortar. O aborto tem que ser usado realmente quando todos os outros métodos falharam, e aí ela não tem condições, não tá no momento de ter o filho, aí ela pode sim ter o direito de interromper a gravidez. Agora, ela contar só com o aborto é sacanagem.”

Sabe-se que o aborto é uma prática cujos impactos emocionais, físicos, psicológicos e legais são significativos. A prática pode envolver riscos à saúde da mulher, especialmente em contextos em que o aborto não é realizado de maneira segura e legal. Um estudo aponta que os países com leis de aborto mais permissivas e acesso facilitado ao aborto seguro, como os da Europa Ocidental, como Holanda, Bélgica, Alemanha e Suíça, apresentam taxas de aborto mais baixas, variando de 7 a 9 por 1.000 mulheres entre 15 e 44 anos em 2008 (Faúndes, 2015). Em contraste, os países com restrições severas ao aborto têm taxas de aborto de 3 a 5 vezes mais altas.

De acordo com Moreira et al. (2021), os direitos reprodutivos e sexuais das mulheres foram oficialmente reconhecidos como parte dos direitos humanos a partir da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (ICPD), no Cairo, em 1994, e da Conferência Internacional sobre a Mulher (EWCW), de Beijing, em 1995.

No Cairo, em 1994, ficou estabelecido que os casais e indivíduos têm o direito fundamental de decidir livremente sobre a paternidade, com acesso a informações e meios que garantam um padrão saudável de saúde sexual e reprodutiva. Já em 1995, em Beijing, afirmou-se que os direitos das mulheres incluem o controle e a liberdade de decisão sobre sua saúde sexual e reprodutiva, livres de discriminação, coerção e violência. Dentre os países signatários desses acordos, destaca-se o Brasil, que em 1996 sancionou a lei nº 9.263,

regulamentando o planejamento familiar como um direito no país, porém reflete-se uma falha na prática dessa lei (Moreira et al., 2021).

Portanto, levando em consideração que as mulheres deveriam ter garantidos os seus direitos reprodutivos, que a taxa de aborto em países que legalizaram a prática diminuiu e que o aborto é uma prática que acarreta prejuízos físicos e psicológicos para as mulheres, entendemos que a concepção do entrevistado tem a tendência ambígua, apesar de ele concordar em ser realizado em último caso.

5.5.9 Entrevistada 3

A entrevistada 3 cursava o oitavo período ou mais quando da entrevista, é mulher cis, bissexual, solteira, moradora de São Gonçalo, tem entre 18 e 21 anos, é branca e umbandista.

Quadro 18 – Análise das categorias da entrevistada 3

PARTICIPANTE	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	TENDÊNCIA DA CONCEPÇÃO
Entrevistada 3 (mulher cis, bissexual, solteira, moradora de São Gonçalo, tem entre 18 e 21 anos, é branca e umbandista.)	Curso de Biologia	Disciplina específica	Progressista
		Pouco debate	Progressista
	Educação básica	Restrição de idade	Ambígua
		Pais conservadores	Progressista
	Homossexualidade	Religião sem distinção	Progressista
		Homossexuais com HIV	Ambígua
	Transexualidade	Vantagem biológica	Ambígua
	Aborto	Saúde pública	Progressista
	Religião	Matriz africana	Progressista

Fonte: Elaboração própria (2025).

A categoria curso de Biologia abarca duas subcategorias: pouco debate e disciplina específica.

- Subcategoria pouco debate: entende-se que a entrevistado possui a concepção de que o tema de gênero e sexualidade é pouco debatido no curso de Biologia.

“Eu acho que é pouco feito. Eu acho que é uma coisa extremamente necessária para a nossa formação como professor...”

- Subcategoria Disciplina específica: entende-se que a temática de gênero e sexualidade está no currículo de uma disciplina específica do curso de Biologia da FFP/UERJ (Laboratório de Ensino 1).

“Que eu fiz até hoje, acredito que só laboratório de ensino I.”

“Foi abordado gênero, sexualidade, racismo, é... alimentação. E, nessa questão de alimentação entrou uma discussão sobre corpos. Foram diversas... é... temas extremamente importantes, né? Ainda mais dentro de uma matéria de laboratório de ensino, é muito importante.”

Santos (2021), em sua pesquisa de doutorado sobre gênero e sexualidade na formação inicial de professores, corrobora nossas informações e destaca que esses temas ainda não estão consolidados nas disciplinas acadêmicas formais. A abordagem de gênero e sexualidade na formação docente surgiu em meio a uma resistência e a uma crescente urgência quanto à necessidade de discutir tais assuntos nas escolas e universidades, o que ocorre, o que ocorre principalmente por meio de iniciativas da coordenação dos cursos, professores comprometidos com a questão e, especialmente, através de resoluções governamentais e legislação, exatamente como se apresentam nos dados deste texto.

Quanto à categoria educação básica, apresentam-se as subcategorias: importante com restrições de idade e pais conservadores.

- Subcategoria importante com restrições de idade: entende-se que a entrevistada tem a concepção de que se deve abordar a temática de gênero e sexualidade, mas é necessário restringir a idade dos estudantes que teriam acesso à abordagem.

“Então, eu acredito que as pessoas deveriam ter acesso, mas o acesso a uma informação embasada, um acesso a uma informação é... como eu posso dizer? Filtrada para a idade. Mas, então eu acredito que essa informação deve vir da escola, justamente por conta disso.”

Seu discurso revela uma tendência ambígua, porque, ao mesmo tempo, fala da importância de se tratar do assunto no ensino básico, mas pondera ao afirmar ser necessário filtrar o assunto de acordo com a idade. Essa fala se assemelha às de políticos de extrema-direita quando mencionam doutrinação de gênero nas escolas e argumentam que o tema não deve ser abordado com as crianças, conforme discutimos no referencial teórico. Por outro lado, reforça que é a escola que deve fazer essa abordagem justamente pelo mesmo motivo, a idade das crianças.

- Subcategoria pais conservadores: entende-se que a entrevistada acha que a escola deve fazer a discussão sobre gênero e sexualidade porque existem pais conservadores que não falarão com os filhos sobre a temática.

“Então, eu posso falar na minha experiência, eu, dentro de casa, eu tenho pais conservadores, que nunca iriam entrar em uma conversa comigo sobre quais opções que eu tenho, que eu posso me entender de uma forma diferente da deles, eu posso... me sentir de uma forma diferente da deles, eles não iriam chegar nessa conversa comigo. Então, eu precisei quebrar muito minha cara, minha cabeça, para eu me entender como bissexual. Então, eu acredito que as pessoas deveriam ter acesso, mas o acesso a uma informação embasada...”

A educação escolar que aborda gênero e sexualidade pode ser uma oportunidade para os alunos ampliarem suas perspectivas, questionarem preconceitos, tornarem-se mais empáticos e respeitosos com a diversidade e construir suas identidades. Além disso, a escola desempenha um papel fundamental na proteção de crianças e adolescentes LGBTQIA+, especialmente quando se considera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura os direitos fundamentais de crianças e adolescentes no Brasil, incluindo o direito a uma educação sem discriminação e à proteção contra abusos e violências, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Portanto, a entrevistada demonstra uma concepção com tendência progressista nesta subcategoria.

A categoria homossexualidade, para essa entrevistada, envolve as seguintes subcategorias: religião sem distinção e homossexuais com HIV.

- Subcategoria religião sem distinção: entende-se que a participante acredita que a religião não deve fazer distinção entre pessoas homossexuais e heterossexuais.

“Porque eu acredito que a religião não deve fazer essa distinção, a minha não faz...”

Quando perguntada se seria possível ser homossexual e cristão, a entrevistada pontuou que não teria lugar de fala por não ser cristã, porém afirmou que a religião não deveria fazer distinção entre homossexuais e heterossexuais, portanto entendemos que a entrevistada tem tendência progressista.

- Subcategoria homossexuais com HIV: entende-se que a participante tem a concepção de que os homossexuais possuem mais risco de contraírem HIV.

“E, realmente, os homossexuais contraem muito mais o HIV, isso é fato, não sou eu que tô dizendo. Mas isso não impede que os heterossexuais contraíam, basta estar contaminado para contaminar outro. Você ser homossexual ou não, não interfere, basta estar contaminado para contaminar outra pessoa. Eu não atribuo AIDS, HIV, à homossexualidade, não atribuo, é uma doença, como qualquer outra, que basta estar contaminado para contaminar o outro.”

Entendemos que a entrevistada nesse sentido possui um pensamento ambíguo por dizer que existe embasamento teórico sobre os homossexuais terem mais risco de contrair o HIV e, ao mesmo tempo, afirmar que qualquer pessoa pode contrair o HIV.

Quanto à categoria transexualidade, temos a subcategoria vantagem biológica.

- Subcategoria vantagem biológica: entende-se que a entrevistada enxerga que mulheres trans têm uma vantagem biológica em relação às mulheres cis em competições esportivas.

“é comprovado cientificamente que o corpo masculino, entre aspas, o corpo masculino é sim superior em explosão muscular, etc... ao da mulher, isso é comprovado, não é questão de... de... supremacia de gênero, nem nada do tipo, é comprovado. Então, acaba que realmente existe uma vantagem ali, no meio.”

Conforme discussão anterior, aqui temos uma questão controversa, porém, avalio que a concepção da entrevistada é ambígua, pois ela não é contra a participação das mulheres trans nos esportes femininos e também levar em conta a questão biológica do corpo trans feminino.

Na categoria aborto, a entrevista evidencia a subcategoria saúde pública.

- Subcategoria saúde pública: entende-se que, na concepção da entrevistada, o aborto é um problema de saúde pública.

“Eu acho que sim, o aborto deveria ser permitido em todos os casos, senão em todos os casos, principalmente em caso de estupro. Porque o aborto não é uma brincadeirinha que a gente vai ali fazer, é uma questão de saúde pública. A permissão do aborto é uma questão de saúde pública. Porque, permitindo ou não, ele vai ser feito.”

“Então, é uma questão de saúde pública, não é uma questão de bancada evangélica, de ser pró-vida, não é essa a questão. É uma questão de saúde pública, deve ser legalizada.”

Entendemos que a entrevistada possui uma tendência de concepção progressista porque é a favor da vida das mulheres e, conforme debatemos, o aborto é além de uma questão de saúde pública, é essencial para a autonomia das mulheres e para uma sociedade com igualdade de gênero.

No que diz respeito à categoria religião, temos a subcategoria matriz africana.

- a) Subcategoria matriz africana: entende-se que a entrevistada possui a concepção de que a religião de matriz africana tem maior abertura e acolhimento de pessoas independentemente da sexualidade e do gênero.

“Então, é porque na minha religião isso não é uma questão, sabe? Abominar alguém por conta da... orientação... por conta da sexualidade de alguém, por conta do gênero de alguém, por como a pessoa se identifica. Não é uma questão. A gente tá ali dentro pra fazer caridade, pra cultuar nosso sagrado, isso não é uma questão lá dentro. Quem tá lá dentro, o pai de santo, a mãe de santo, não fica lá dentro explicando porque a pessoa não tem que ser homossexual, de gênero fluído ou transexual, enfim, não é uma questão.”

Este relato vai ao encontro da perspectiva de Nascimento e Costa (2015), para quem as religiões de matriz africana são procuradas por pessoas LGBTQIA+ por oferecerem um espaço possível para que elas possam expressar a sua religiosidade e a sua identidade. Entendemos, portanto, que a concepção da entrevistada é de tendência progressista nesse contexto.

5.5.10

Entrevistado 4

O entrevistado 4 estava no sétimo período quando nos concedeu a entrevista, é homem cis, homossexual, solteiro, tem entre 22 e 29 anos, é branco, morador de São Gonçalo, é universalista, mas frequenta um terreiro de umbanda.

Quadro 19 – Análise das categorias do entrevistado 4

PARTICIPANTE	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	TENDÊNCIA DA CONCEPÇÃO
Entrevistado 4 homem cis, homossexual, solteiro, tem entre 22 e 29 anos, é branco, morador de São Gonçalo e é universalista)	Curso de Biologia	Disciplina específica	Progressista
		Não se aplica a todas	Ambígua
		Deveria ter mas não tem	Progressista
	Educação básica	Obrigação do professor	Progressista
	Homossexualidade	Explicação religiosa	Conservadora
	Transexualidade	Respaldo biológico	Ambígua
		Explicação religiosa	Ambígua

Fonte: Elaboração própria (2025).

Na categoria referente às concepções do entrevistado sobre o curso de Biologia, encontram-se as subcategorias: Não se aplica a todas; deveria ter mas não tem e disciplina específica.

- Subcategoria não se aplica a todas: entende-se que o participante concorda com o debate de gênero e sexualidade, mas ele não cabe em todas as disciplinas do curso.

“Então, parcialmente, porque nem toda matéria cabe essa discussão. Mas existem algumas matérias que são sim super necessárias, matérias onde essa discussão cabe.”

Conforme debatemos, entende-se que   possível promover reflexões de cunho cultural, histórico e social nas disciplinas do curso de Biologia, desconstruindo o rigor positivista das disciplinas biologizantes da formação inicial e percorrendo caminhos que promovam a ciência como uma construção social. Portanto, entendemos que o participante tem uma concepção com tendência ambígua por concordar com a temática no curso, mas achar que não cabe em todas as disciplinas.

- Subcategoria deveria ter mas não tem: entende-se que o entrevistado tem a concepção de que há disciplinas que deveriam ter o debate de gênero e sexualidade no curso de Biologia, mas não tem.

“E tem algumas delas que... deveria ter a discussão, e simplesmente passam batido, sabe? Por exemplo, na de políticas públicas, são poucas as vezes que a gente tem debates... é... na questão da didática, embora eu saiba que a didática não entra muito nesse caso, mas sim, quando a gente estuda a didática lá, tem essa questão da diferença de como você vai tratar o aluno. Tem uma boa aceitação às práticas, aos estudos em si. E geralmente não tem muito esse viés, não tem muito essa conversa. E muitas outras partes do curso, que poderiam encaixar os debates sobre isso, não tem tanto.”

Na concepção do entrevistado, deveria haver mais discussões sobre gênero e sexualidade em diversas disciplinas do curso de Biologia, principalmente as de ciências humanas, mas a temática não é abordada. Portanto, entendemos sua concepção tem tendência progressista nesse contexto.

- Subcategoria disciplina específica: entende-se que a temática de gênero e sexualidade está no currículo de uma disciplina específica do curso de Biologia da instituição (Laboratório de Ensino 1).

“De educação eu lembro de PB, PB não, minto, LAB... Acho que lab I.”

O entrevistado relata que houve abordagem sobre gênero e sexualidade na disciplina específica de Laboratório de Ensino 1, o que está em acordo com relatos de outros entrevistados.

Na categoria que se refere às concepções do entrevistado 4 sobre o debate de gênero e sexualidade na educação básica, encontra-se a subcategoria obrigação do professor.

- Subcategoria obrigação professor: entende-se que o entrevistado possui a concepção de que o professor de Biologia tem a obrigação de tratar sobre os temas sobre gênero e sexualidade.

“[...] eu vejo que a gente, como professor de Biologia, tem obrigação de desmitificar toda essa pseudociência que foi passada na cabeça das pessoas, sabe? Mostrar que a gente tem que falar sobre o tema.”

“Mas eu acho que, de certo modo também, é meio que obrigação de um professor de Biologia falar sobre isso.”

Como discuti no referencial teórico, para Levinson (2010), a integração entre cidadania e as disciplinas científicas têm se consolidado como uma tendência nos currículos mais recentes, refletindo a necessidade de formar cidadãos capazes de

participar ativamente da sociedade e tomar decisões sobre questões socioeconômicas e científicas. Com base nesse conceito, o ensino de Biologia se apresenta como uma ferramenta crítica dentro do contexto educacional, já que o professor dessa disciplina detém o saber para abordar temas relacionados ao corpo, incluindo questões de gênero e sexualidade (Pereira; Monteiro, 2015). Portanto, a concepção do entrevistado é de tendência progressista.

- Quanto à categoria homossexualidade, temos a subcategoria explicação religiosa. Subcategoria explicação religiosa: entende-se que o entrevistado tem a concepção de que há uma explicação religiosa para que pessoas sejam homossexuais e heterossexuais.

“Então você pode, por exemplo, muito bem vir com o corpo feminino, mas que você sinta essa necessidade de trazer pra si energias femininas. Então, você vai se relacionar com outras mulheres para que você, durante o ato sexual, ou até mesmo o amor em si, comum entre as duas, um afeto, um abraço, a gente troca energia. Então, você pode vir como uma mulher, que se relaciona com outras mulheres.”

Em sua concepção, há uma explicação religiosa para que pessoas sejam homossexuais, ele relaciona os comportamentos e papéis socialmente construídos para cada gênero a uma energia masculina e uma feminina, como se fosse algo inerente ao sexo biológico. Sua concepção é ambígua por não representar discriminação, porém os papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade estão ligados a questões de dominação.

- Na categoria transexualidade encontram-se duas subcategorias: respaldo biológico e explicação religiosa. Subcategoria respaldo biológico: entende-se que o entrevistado demonstra informações biologizantes sobre questões envolvendo gênero e sexualidade para respaldar a naturalidade da diversidade.

“Só que quando a gente vai ver, na natureza, é a coisa mais normal do mundo. Isso acontece em várias outras espécies. Na verdade, se a gente for levar em consideração a noção biológica, a gente vai ter que ignorar totalmente essa questão de XY, por exemplo, que o pessoal usa muito pra bater nessa tecla da sexualidade, no quesito, quando a gente fala da transexualidade, o pessoal “não, mas tem que ser XY”, mas nem todo mundo é XY, nem todo mundo é XX. Existe XXX, só X, existem vários outros estilos, tecnicamente conhecidos pela biologia.”

O entrevistado usa informações biologizantes para explicar a naturalidade de formas de existências que são baseadas em uma construção social. Sua tendência é ambígua, pois compreende que o gênero e a sexualidade humana são diversos, mas sua visão é restrita positivista para dar explicação sobre a

diversidade. Assim, ele nos faz lembrar Pereira e Monteiro (2015), para quem ainda não se observa uma apropriação da perspectiva da construção social de sexualidade e gênero, evidenciando a falta de diálogo entre as áreas biológicas e as Ciências Sociais. Conforme Bird e Rieker (1999), a limitação do paradigma biomédico é acompanhada por um hiato no paradigma das Ciências Sociais, resultando em explicações científicas que, com premissas reducionistas, tendem a tratar os fenômenos como puramente biológicos ou sociais.

Portanto, em função dos discursos hegemônicos presentes nos cursos de formação docente em Biologia, a sexualidade e o gênero frequentemente são compreendidos como aspectos naturais e intrínsecos ao ser humano, concepção que pode dificultar o reconhecimento de que gênero e sexualidade são construções sociais e pertencem a dimensões sociais e políticas. Portanto, a concepção dominante está frequentemente ancorada em discursos de caráter puramente biológico, que desconsideram a influência de fatores externos aos corpos humanos.

- Subcategoria explicação religiosa: entende-se que a concepção do entrevistado é de que há uma explicação religiosa para que pessoas sejam trans e cis.

“[...] quando a gente tem as encarnações, a gente pode vir tanto como homem, tanto como mulher, vai depender do que a gente quiser... Quando você vêm... várias vezes, durante várias encarnações seguidas como homem, e você precisa encarnar, ou quer encarnar como uma mulher na próxima encarnação, você, por conta dos seus registros, como se fossem suas memórias das vidas passadas, você traz consigo aquilo quando você encarna...”

“Se você, ainda que... ainda sente que existe uma dificuldade ainda de lidar com o jeito feminino, mas você quer fazer com que suas próximas encarnações se acostumem com o corpo feminino, geralmente os espíritos escolhem, nesse caso, vir como uma mulher cis, e aí fazer transição para um homem trans durante a vida. Assim como existem, por exemplo, espíritos que eles já estão há tanto tempo tranquilos, e lidando com isso de forma tranquila, que eles veem já como uma mulher cis e continuam tranquilamente como uma mulher cis.”

“o seu espírito, ele pode decidir reencarnar como uma mulher, de forma tranquila, mas o seu espírito tem a necessidade de ter essa ligação ainda com o sexo feminino, pra poder adquirir essa energia, atrair essa energia para dentro de si, dentro do seu próprio espírito, dentro da sua própria vibração. É visto que a gente tem dois tipos de energia, a masculina e a feminina.”

O entrevistado tem uma visão religiosa de que homens trans são os espíritos que encarnaram diversas vezes como homens e quando encarnam como mulher não se acostumam com o jeito feminino. Entendo essa concepção como conservadora porque coloca pessoas trans como espíritos intranquilos e por isso inferiores às pessoas. Além disso, o entrevistado faz referência aos

comportamentos e papéis socialmente construídos para cada gênero (energia masculina e feminina) como se fosse algo inerente ao sexo biológico.

5.5.11 Entrevistado 5

O entrevistado 5 era do oitavo período ou superior quando nos concedeu a entrevista, é homem cis, solteiro, heterossexual, casado, tem entre 22 e 29 anos, é morador de São Gonçalo, é pardo, acredita em Deus, mas não tem religião, porém, era de uma igreja evangélica.

Quadro 20 – Análise das categorias do entrevistado 5

PARTICIPANTE	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	TENDÊNCIA DA CONCEPÇÃO
Entrevistado 5 (homem cis, solteiro, heterossexual, casado, tem entre 22 e 29 anos, é morador de São Gonçalo, é pardo, acredita em Deus, mas não tem religião)	Curso de Biologia	Disciplina específica	Progressista
		Disciplinas prática docente	Não se aplica
	Educação básica	Restrição de idade	Conservadora
	Papéis de gênero	Profissões para cada gênero	Conservadora
	Homossexualidade	Análise de cada caso	Progressista
		Cristão pode	Progressista
	Transexualidade	Vantagem biológica	Ambígua

Fonte: Elaboração própria (2025).

Na categoria curso de Biologia, ressaltam-se as subcategorias: disciplina específica e disciplina prática docente.

- Subcategoria disciplina específica: entende-se que a temática de gênero e sexualidade está no currículo de uma disciplina específica do curso de Biologia da FFP/UERJ (Laboratório de Ensino 1).

“Laboratório de ensino I foi com Francine. Mas Francine também é uma professora que tem esse tipo de conversa.”

- Subcategoria disciplinas prática docente: entende-se que o entrevistado teve contato com debates sobre gênero e sexualidade em disciplinas do curso de Biologia que abordavam sobre a prática do professor em sala de aula.

“Eu acho que, na faculdade, sobre esse assunto, no início, em filosofia da educação, com o professor Marcelo, se não me engano o nome dele é Marcelo. Eu acho que com a Tatiana também.”

“Agora também com Gustavo, em estágio e lab IV. Mas no estágio sim, estágio II.”

“Não, são debates porque... esse assunto... é... não é muito falado na escola, mas são matérias onde o assunto que estava sendo trabalhado, que estava sendo abordado, envolvia como a gente deve se portar dentro da escola, geralmente.”

É importante destacar que o entrevistado relata que o tema de gênero e sexualidade é abordado em disciplinas que tratam de questões da prática de sala de aula, ou seja, o curso de Biologia vem atrelando essas temáticas a um saber docente.

A categoria educação básica traz a subcategoria importante com restrições de idade.

- Subcategoria importante com restrições de idade: entende-se que o entrevistado possui a concepção de que se deve abordar a temática de gênero e sexualidade, mas é necessário restringir a idade.

“Eu acho que sim, mas de maneira mais expositiva, e de forma com que a gente possa proteger também a inocência das crianças, entendeu?”

“Então eu acredito que, por uma educação mais expositiva, se você explicar o que é, como é, como a criança se sente, até pra criança entender o próprio corpo, principalmente ali no início da puberdade, eu acho que é um momento importante. Até no ensino básico, ali quando as crianças têm por volta de sete anos de idade, já tem aquelas conversinhas, de “ah, eu gosto de fulano, gosto de ciclano”, do namoradinho, de dar beijinho, que muitas das vezes os pais até misturam isso com a família “seu primo, sua prima, seu namorado”. Se já começasse a ser abordado esse assunto, de forma mais leve. Não tô falando pra gente ensinar o Kama Sutra para as crianças.”

Conforme já pontuamos, o discurso explicitado é de tendência ambígua, porque o entrevistado afirma ser muito importante abordar gênero e sexualidade na educação básica, mas ressalta que se deve filtrar o assunto de acordo com a idade, em um discurso semelhante ao de políticos de extrema-direita sobre a ideologia de gênero para as crianças.

- A categoria papéis de gênero acrescenta a subcategoria profissões. Subcategoria profissões para cada gênero: entende-se que, na concepção o entrevistado, mulheres e homens têm capacidades diferentes no exercício das profissões.

“[...] nessa afirmação eu pensei no seguinte: geralmente, não é uma regra, mas geralmente os homens são mais voltados a aprenderem trabalhos braçais, entendeu? Os trabalhos assim, por exemplo, mecânico, pedreiro, carregador, entendeu? Enquanto tem outros trabalhos que são mais delicados, são mais simples, tem competências mais mentais do que braçais, sabe? Então eu acho que pode ser, talvez, não que um homem não possa aprender tal profissão, mas que às vezes a mulher se encaixa melhor.”

“Por exemplo, você chega, quando a gente fala assim... geralmente quando a gente vai marcar uma consulta, por exemplo, a gente já imagina que é uma secretária que vai atender ao telefone, não um secretário.”

Em análises anteriores desta tese, vimos que os papéis de gênero são socialmente construídos e impostos desde a infância, quando crianças são ensinadas a desempenharem papéis e comportamentos específicos conforme seu sexo biológico. A ideia de que as mulheres são biologicamente predestinadas ao cuidado doméstico e ao papel do cuidado serve para justificar sua exclusão delas em muitas profissões e cargos de poder. A igualdade de gênero nesse âmbito está diretamente ligada à superação de estereótipos e à criação de oportunidades equitativas. Assim, a concepção do entrevistado se mostra de tendência conservadora.

Na categoria homossexualidade, encontram-se as subcategorias cristão pode e análise de cada caso.

- Subcategoria cristão pode: entende-se que o entrevistado possui a concepção de que é possível ser cristão e homossexual, porque não foi Jesus quem disse na Bíblia que homossexualidade era pecado, porém não é possível ser evangélico presbiteriano.

“Só que, quanto mais antiga, geralmente mais conservadora ela é. Então, você ser cristão, você pode, você acredita nos ensinamentos de cristo, acredita que ele é o único salvador, mas talvez você não possa ser presbiteriano. Porque ela segue muito à risca o que diz ali na bíblia. E, se não me engano, ali no livro de Romanos, ou Coríntios, ou Efésios, se não me engano, diz que o homossexualismo é errado, ele é pura deturpação do evangelho, diz isso na Bíblia, no capítulo II, agora não lembro, é um desses 3 livros. E você não pode ser, isso é pecado, você ter esse afeto homossexual. Só que esse não é um ensinamento de cristo, esse trecho é um ensinamento de Paulo, que Paulo disse à cidade, se não me engano foi Efésios, disse à Éfeso. Então... é... você pode sim acreditar e ser gay, mas talvez você não possa ser presbiteriano, você não consiga ser batizado lá, e talvez algumas igrejas, algumas pessoas, não aceitem você ali na igreja e gay ao mesmo tempo.”

Em meu entendimento, sua concepção aqui tem tendência progressista, porque, para o entrevistado, é possível ser cristão e homossexual, apesar de a igreja que ele frequentava não aceitar. Conforme debate anterior, há diversas formas de interpretar a Bíblia e vivenciar a fé cristã, de maneira a colocar em prática o amor ao próximo e o respeito à diversidade.

- Subcategoria análise de cada caso: entende-se que o entrevistado possui a concepção de que contrair HIV depende do cuidado de cada pessoa e não tem relação com a homossexualidade.

“Então ... porque vai depender do estilo de vida de cada pessoa. Você tem homens cis, heterossexuais, que não tem cuidado nenhum com isso, realizam sexo sem camisinha. Então, não só caso de DSTs, mas outras doenças também, não tem cuidado nenhum com a própria saúde. E você tem muitos homossexuais que são pessoas que se importam muito mais com a própria saúde, que são mais higiênicas, que tomam banho regularmente, escovam os dentes, que se preocupam com o parceiro sexual. Então, você tem que analisar também, cada caso é um caso. Acho que você falar assim, abertamente, é muito fácil, é preguiçoso, você julgar só assim ‘homossexuais podem contrair doenças mais facilmente que heterossexuais’. Bom, se você for olhar a amostra, né? De onde vem isso? De onde vem esse dado? Tem que analisar, cada caso é um caso.”

O participante tem uma tendência progressista de concepção, pois não fez relação direta entre ser homossexual e risco de contaminação pelo HIV. Sabe-se que o estigma e a discriminação em torno da sexualidade e da identidade de gênero têm um impacto significativo na prevenção e no tratamento do HIV. Homens que fazem sexo com homens (HSH) muitas vezes enfrentam discriminação, marginalização e falta de acesso a cuidados adequados, o que pode dificultar a busca por informação, testagem e tratamento. O estigma pode também contribuir para o medo de ser diagnosticado com HIV, o que leva a comportamentos de risco e à não adesão ao tratamento. Portanto, a conscientização e a educação contínuas sobre o HIV, IST e suas formas de transmissão e prevenção são fundamentais para proteger a saúde e bem-estar das pessoas, independentemente de seu gênero ou sexualidade.

No que diz respeito à categoria transexualidade, vejamos a subcategoria vantagem biológica.

- Subcategoria vantagem biológica: entende-se que o entrevistado enxerga que mulheres trans têm uma vantagem biológica em relação às mulheres cis em competições esportivas.

“Então, eu acho que deve ser valorizado o biótipo e a pessoa. Porque... você pensa em uma mulher trans... ela tem os... os... os hormônios, como vou dizer? O corpo, o esqueleto, a estrutura óssea e muscular de um homem, entendeu? Então, talvez

seja injusto você colocar ela pra jogar junto com mulheres cis. Porque a mulher trans... se ela malhou... ela... o homem produz mais testosterona e isso, consequentemente, dá um ganho muscular muito maior, uma força maior, muita das vezes. Então, dependendo da modalidade esportiva, acredito que seja totalmente injusto.”

Aqui, como sabemos, a temática é controversa, porém, entendemos que a concepção do entrevistado é ambígua por ele não ser contra a participação das mulheres trans nos esportes femininos, mas levar em consideração a biologia do corpo trans feminino.

5.5.12 Entrevistada 6

A entrevistada 6 estava no quinto período quando nos concedeu a entrevista, é mulher cis, pansexual, moradora de São Gonçalo, tem entre 22 e 29 anos, é branca e agnóstica.

Quadro 21 – Análise das categorias da entrevistada 6

PARTICIPANTE	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	TENDÊNCIA DA CONCEPÇÃO
Entrevistada 6 (mulher cis, pansexual, moradora de São Gonçalo, tem entre 22 e 29 anos, é branca e agnóstica)	Curso de Biologia	Pouco debate	Progressista
	Educação básica	Demanda dos alunos	Progressista
		Pais conservadores	Progressista
	Papéis de gênero	Igualdade com restrições	Conservadora
	Transexualidade	Unissex	Progressista
	Homossexualidade	Homofobia cristã	Progressista

Fonte: Elaboração própria (2025).

Na categoria curso de Biologia, surgiu a subcategoria pouco debate.

- Subcategoria pouco debate: entende-se que se fala pouco sobre gênero e sexualidade em disciplinas do curso de Biologia da FFP/UERJ.

“Então... é... na faculdade eu não lembro de ter tido debate sobre isso. Eu lembro que esse tema foi falado durante as aulas da disciplina de embriologia, mas não era debate, era mais seminário e tal, sobre nós falando sobre isso, só que mais relacionado à questão de anatomia, etc, não de outras formas.”

“[...] porque eu acho que isso seria muito importante de ter, ainda mais nessas disciplinas dentro do currículo da graduação de ciências biológicas, que permitem ter esse tipo de debate. E até nas disciplinas que eu fiz de educação, eu também não me recordo de ter esse debate. Disciplinas de educação que eu falo, tipo didática, políticas públicas e tal.”

“Eu fiz laboratório de ensino I. Só que, quando eu fiz, foi *online*, eu peguei no período *online*, então nós não tínhamos muitos debates sobre isso. Mas teve uma aula que falamos sobre isso, mas foi meio que brevemente.”

Quanto à categoria educação básica, temos aqui as subcategorias demanda dos alunos e pais conservadores.

- Subcategoria demanda dos alunos: entende-se que o participante possui a concepção de que a abordagem sobre gênero e sexualidade é uma demanda dos alunos da Educação Básica.

“Porque eu já fiz dois estágios, duas disciplinas de estágio, e pelos estágios que eu fiz, eu não via isso sendo debatido, né, na escola, nem pelo professor de ciências que eu acompanhei, e nem pelos outros professores. Eu não via isso acontecendo, e eu via alunos com muitas dúvidas, né, que às vezes os alunos mesmos me perguntavam coisas sobre gênero e sexualidade, e eu respondia com eles, explicava da melhor forma possível. Então eu acho que seria importante ter essas aulas, até pra esclarecer dúvidas que ficam na cabeça deles. Porque gênero e sexualidade é uma coisa que tá presente desde sempre, né?”

Entendemos que a concepção da entrevistada é progressista, pois ela acredita que abordar gênero e sexualidade é uma demanda dos próprios alunos da educação básica, diferentemente do que a extrema direita vem discursando acerca de uma suposta doutrinação por parte dos docentes, como se os discentes não questionassem a realidade em que vivem e como se não tivessem senso crítico e fossem capazes de refletir sobre seu cotidiano e as diversidades.

- Subcategoria pais conservadores: entende-se que a entrevistada acha que a escola deve fazer a discussão sobre gênero e sexualidade, porque existem pais conservadores que não falarão com os filhos sobre a temática.

“Eu coloquei que eu discordo também por perceber que muitas das vezes a família não faz isso. Então... as vezes faltar da família, que observo bastante, não só da minha geração como nessa geração mais nova, que a família não conversa sobre isso com eles, ainda é um tabu muito grande. Não sei se às vezes pensa “a, se eu falar com meu filho sobre pessoas LGBT, que ele vai achar interessante, que ele vai querer ser também”, não sei o que se passa pela cabeça dos pais, de pensar esse tipo de coisa.”

Conforme postulei ao longo desta pesquisa, compreende-se que a educação escolar que trabalha o respeito a diversidade amplia as perspectivas dos alunos, colaborando para que se tornem cidadãos mais empáticos e respeitosos. Além disso, a escola desempenha um papel de proteção de crianças e adolescentes LGBTQIA+, buscando assegurar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes no Brasil, incluindo o direito a uma educação sem discriminação e à proteção contra abusos e violências, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Portanto, a entrevistada demonstra uma concepção com tendência progressista nesta subcategoria.

A categoria papéis de gênero revelou a subcategoria igualdade com restrições.

- Subcategoria igualdade com restrições: entende-se que o entrevistado possui a concepção de que mulheres e homens têm a mesma capacidade cognitiva de desempenhar as mesmas funções, porém há restrições da igualdade no campo biológico entre os homens e mulheres, com atribuições masculinas de força.

“[...] eu pensei mais em empregos de... eu pensei por um viés mesmo da biologia, pensei dessa forma, de ter empregos que requerem uma força física, uma força mais braçal. Então eu pensei dessa forma, que tem certos empregos que eu acredito que mulheres é... teriam dificuldade de fazer. Então, acho que foi mais isso que quis dizer, nesse sentido, de empregos mais pesados, como pedreiro, essas coisas assim.”

Conforme discutimos, os papéis de gênero são socialmente construídos e a concepção de que homens e mulheres têm vocações e habilidades determinadas biologicamente é duramente criticada pelas teorias feministas. Portanto, nesse contexto, a entrevistada tem uma concepção com tendência conservadora.

- Na categoria transexualidade, encontra-se a subcategoria banheiro unissex. Subcategoria banheiro unissex: entende-se que, na concepção da entrevistada, banheiro unissex é necessário.

“[...] lá na UERJ, por exemplo, nós temos banheiros unissex. E eu vejo que muitos dos alunos trans, ou não binários, que eles se sentem, eles gostaram disso, de ter o banheiro unissex. Porque isso, muitas das vezes, não que seja o caso na UERJ, mas pelo que sei, muitas das vezes tem isso, de as vezes a... a mulher trans entrar no banheiro feminino, e ficarem meio que expulsando, ou o homem trans entrar no banheiro masculino e ficarem expulsando, ou então fazendo de chacota. Então... eu acho que o banheiro unissex ajuda nesse caso.”

A concepção da entrevistada tem tendência progressista. Para muitas pessoas LGBTQIA+, a preocupação com a segurança ao utilizar banheiros em espaços públicos é real. Como mencionado, as pessoas trans e não-binárias, especialmente as mulheres trans, podem ser vítimas de assédio verbal, devido à percepção de que não pertencem ao sexo biológico do banheiro que estão utilizando. Assim, a criação de banheiros unissex permite que todos os indivíduos possam usar as instalações com mais tranquilidade, sem medo de violência ou estigmatização.

Quanto à categoria homossexualidade, surge a subcategoria homofobia cristã.

- Subcategoria homofobia cristã: entende-se que o participante possui a concepção de que não há como ser cristão e homossexual porque a religião cristã tem um discurso contra homossexuais.

“[...] eu acho muito difícil. Porque eu já frequentei igrejas por um bom tempo, conheço pessoas também que frequentam, e eu sempre vi um discurso preconceituoso, um discurso homofóbico, um discurso... é... preconceituoso, no geral. Então, eu acho muito difícil que homossexuais consigam de fato frequentar a igreja, sabe? Igual os outros irmãos da igreja conseguem frequentar. Então eu acho que é muito difícil...”

A concepção da participante tem tendência progressista, pois ela acredita ser difícil um indivíduo homossexual ser cristão por conta de falas preconceituosas proferidas por integrantes da igreja.

5.5.13

Entrevistada 7

A entrevistada 7 estava no terceiro período quando nos concedeu entrevista, é mulher, heterossexual, solteira, moradora de Niterói, tem entre 18 e 21 anos, é branca e umbandista.

Quadro 22 – Análise das categorias da entrevistada 7

PARTICIPANTE	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	TENDÊNCIA DA CONCEPÇÃO
Entrevistada 7 (é mulher, heterossexual, solteira, moradora de Niterói, tem entre 18 e 21 anos, é branca e umbandista)	Curso de Biologia	Pouco debate	Progressista
	Transexualidade	Resistência dos pais	Progressista

Fonte: Elaboração própria (2025).

A categoria curso de Biologia nos expõe a subcategoria pouco debate.

- Subcategoria pouco debate: entende-se que, para a entrevistada, deve haver debate sobre gênero e sexualidade na educação, porém, há pouca formação para os professores realizarem discussões em sala de aula.

“[...] a questão de concordar parcialmente foi mais pela falta de instrução que os graduandos recebem após passar pela faculdade e lecionar. Eles não têm tanto foco nessa parte. Então, acho que acaba que eles saem despreparados para poder abordar os debates, por essa questão de conteúdo. Não que não deveria ser feito. A questão é que não tem tanta base para ensinar, debater.”

“Se tivéssemos mais debates na sala também, ou até uma matéria específica sobre isso, ajudasse a ter esse controle em sala de aula, e como ensinar também os alunos. Porque o que a gente mais vê na sala de aula agora é essa questão de pais, que acabam envolvendo questões religiosas, atrapalham as aulas. Então, é muito difícil de lidar com isso, sem ainda ter um apoio, ter esse ensino direto da faculdade.”

É perceptível que os entrevistados estejam incomodados com a escassez do debate sobre gênero e sexualidade na formação inicial e, mesmo que tenha uma disciplina específica que sempre aborde as temáticas, percebe-se que isso não é suficiente para dar embasamento teórico para os licenciandos.

- Para a categoria transexualidade, surgiu a subcategoria resistência dos pais sobre banheiro. Subcategoria resistência dos pais sobre banheiro: entende-se que a entrevistada tem a concepção de que os pais dos alunos poderão criar resistência sobre os banheiros unissex.

“[...] eu não sei se a escola teria como dar essa instrução para os alunos. E também pensando nos pais, porque os pais... minha mãe é diretora de escola, e minha avó já trabalhou em escola. Elas falam que as crianças, em si, não dão trabalho assim, o problema são geralmente os pais.”

“Então, a questão não são nem os alunos, porque aposto que eles são os que mais adotam essas questões, eles apoiam. Se colocar a questão, explicar o motivo, eles vão super concordar. Mas a questão foi pensando em como os pais reagiriam, e como isso poderia afetar os professores, que sempre são eles os culpados.”

Vê-se que a entrevistada tem concepção com tendência progressista por concordar que deve haver banheiros unissex na escola, porém ela destaca que isso pode gerar um problema para os professores com os pais que são resistentes a essa ideia. Segundo Gomes e Teixeira (2024), a partir do pressuposto da cisheteronormatividade, os novos conservadores brasileiros têm buscado barrar, de forma antecipada, não apenas o reconhecimento dos direitos das pessoas trans nas escolas, mas também na sociedade como um todo. Para os autores, no contexto educacional, a ausência de reconhecimento dos pronomes de pessoas trans, a não implementação de banheiros adequados para garantir o conforto e a segurança desses estudantes e a impossibilidade de apresentar realidades diferentes daquelas vividas no núcleo familiar, acabam por reduzir a escola a um espaço de reprodução do cisheteroterrorismo.

5.5.14 Entrevistada 8

A entrevistada 8 estava no terceiro período quando nos concedeu entrevista, é mulher cis, heterossexual, moradora de São Gonçalo, solteira, tem entre 18 e 21 anos, é branca e frequentadora do candomblé e da umbanda.

Quadro 23 – Análise das categorias da entrevistada 8

PARTICIPANTE	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	TENDÊNCIA DA CONCEPÇÃO
Entrevistada 8 (mulher cis, heterossexual, moradora de São Gonçalo,	Curso de Biologia	Pouco debate	Progressista
		Disciplina específica	Não se aplica
	Educação básica	Pais conservadores	Progressista

PARTICIPANTE	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	TENDÊNCIA DA CONCEPÇÃO
solteira, tem entre 18 e 21 anos, é branca e frequentadora do candomblé e da umbanda)		Escola limitante	Progressista
	Transexualidade	Mulher	Progressista
	Aborto	Discordo da religião	Progressista

Fonte: Elaboração própria (2025).

Para a categoria curso de Biologia, temos as subcategorias pouco debate e disciplina específica.

- Subcategoria pouco debate: entende-se que se fala pouco sobre gênero e sexualidade em disciplinas do curso de Biologia da instituição.

“Acho que poderiam ter disciplinas, não sei se tem, mas poderiam ter disciplinas focadas em gênero e sexualidade, dentro da FFP, pra gente ter domínio do assunto. Porque não é fácil. Eu nunca dei aula, mas imagino que não seria fácil dominar uma turma com muitas pessoas. E deve ser mais difícil ainda a gente não saber lidar com a diversidade das pessoas.”

- Subcategoria disciplina específica: entende-se que a temática de gênero e sexualidade está no currículo de uma disciplina específica do curso de Biologia da FFP/UERJ- (Laboratório de Ensino 1).

“[...] no período que eu fiz, só foi abordado, se não me engano, na disciplina de laboratório de ensino I.”

Na categoria educação básica, apresentam-se as subcategorias pais conservadores, escola limitante.

- Subcategoria pais conservadores: entende-se que a entrevistada acha que a escola deve fazer a discussão sobre gênero e sexualidade, porque existem pais conservadores que não falarão com os filhos sobre a temática.

“Então, eu acho que deveria ser abordado em casa e na escola, mas, como os pais não receberam essa educação na escola, é sempre muito delicado, e a gente vê pessoas trans sendo expulsas de casa, coisas do tipo. Eu acho que a escola tem sim papel de acolher, de falar sobre, de conversar, pra que aqueles que não se sintam incluídos e abraçados em casa, se sintam dentro da escola. Porque é uma

realidade que os jovens passam muito tempo dentro da escola. Então, já não se sentir incluídos em casa, e na escola ser mais um lugar traumático, mais um lugar que não abraça, né? A escola é um lugar para se abraçar.”

Entendemos que a concepção da entrevistada é de tendência progressista, porque ela acredita no papel da escola no que se refere ao respeito das diversidades.

- Subcategoria escola limitante: entende-se que a entrevistada possui a concepção de que a escola pode limitar o papel dos professores na abordagem de gênero e sexualidade.

“Primeiro tem que saber a escola que vou estar trabalhando me permite. Porque eu já tive uma conversa com uma professora que a escola limita muito o trabalho do professor dentro de sala. Mas sendo uma escola que não limite o trabalho dentro de sala, talvez abordando esses temas um pouquinho.”

De fato, a extrema-direita vem buscando violar a liberdade de cátedra dos professores e professoras. Porém, essa liberdade é uma manifestação do direito fundamental à educação previsto no inciso II do Art. 206 da Constituição Federal, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, essas que formam o núcleo essencial do direito à educação.

Assim, vemos que a entrevistada tem uma tendência progressista de concepção nesse contexto.

Na categoria transexualidade, vejamos a subcategoria mulher.

- Subcategoria mulher: entende-se que a entrevistada tem a concepção de que mulheres trans são iguais as mulheres cis nos esportes.

“Eu acho que continua sendo uma mulher, né? É uma mulher, toma os hormônios femininos. É uma mulher dentro do esporte.”

“Não acho que tenha diferença. Porque a mulher trans vai ter as hormonizações dela, ou não também, e não acho que vá influenciar.”

A tendência da entrevistada é de caráter progressista de concepção, já que ela considera que ser mulher é algo ligado à construção social e não a um determinismo biológico, conforme discutimos no referencial teórico.

A categoria aborto traz a subcategoria discordo da religião.

- Subcategoria discordo da religião: entende-se que a entrevistada possui uma concepção sobre o aborto diferente da visão da religião.

“Eu sou a favor da legalização do aborto. Cada um tem que ser livre para fazer o que quiser com seu corpo. Mas a minha religião vai dizer que se aconteceu é porque

“tinha que acontecer, era o melhor que tinha que acontecer, e vai falar que é pra você esperar pra ver, que talvez esse indivíduo que vai nascer vai proporcionar alguma coisa, que esse processo que aconteceu era pra te ensinar alguma coisa. Eu não tô falando que eu concordo.”

“Então eu valorizo muito os conhecimentos que os espíritos têm pra trazer. Mas eles... dentro da umbanda são outras pessoas, sabe? Que vão ter as opiniões delas, baseada no tempo em que elas viveram aqui, no que elas acreditavam quando elas viveram aqui. Eu acho que é isso”

Nesse ponto, é interessante destacar que a entrevistada tem uma concepção com tendência progressista por entender que o aborto é uma questão de saúde pública e que envolve a autonomia das mulheres e, ao mesmo tempo, ela não envolve a perspectiva religiosa na sua concepção.

5.5.15 Entrevistado 9

O entrevistado 9 estava no oitavo período ou mais quando nos concedeu a entrevista, é homem cis, homossexual, tem entre 22 e 29 anos, é morador de Niterói, solteiro, é branco e umbandista.

Quadro 24 – Análise das categorias do entrevistado 9

PARTICIPANTE	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	TENDÊNCIA DA CONCEPÇÃO
Entrevistado 9 (homem cis, homossexual, tem entre 22 e 29 anos, é morador de Niterói, solteiro, é branco e umbandista)	Curso de Biologia	Pouco debate	Progressista
	Educação básica	Diversidade dos alunos	Progressista
	Homossexualidade	Separada da crença	Progressista
		Troca de religião	Progressista

Fonte: Elaboração própria (2025).

Para a categoria curso de Biologia, temos a subcategoria pouco debate.

- Subcategoria pouco debate: entende-se que o participante considera haver pouco debate no curso da faculdade em questão.

“Assim, eu pelo menos estou na licenciatura em ciências biológicas na UERJ, FFP, e falta muito esse tema. Apesar de alguns professores trazerem esse assunto, é uma coisa muito velada, uma coisa muito simples.”

“Sim, sem dúvidas. Porque é um assunto que está no meio de nós a todo tempo. E..., assim, quando a gente se depara com alunos em uma sala de aula, a gente se depara com todo tipo de aluno”

Entendemos que, nesse contexto, o entrevistado tem uma tendência progressista por entender a importância da temática na formação docente.

Na categoria educação básica, ressalta-se a subcategoria diversidade dos alunos.

- Subcategoria diversidade dos alunos: entende-se que o entrevistado se preocupa com a formação docente que abranja gênero e sexualidade porque ele vai lidar com uma diversidade de alunos.

“Sim, sem dúvidas. Porque é um assunto que está no meio de nós a todo tempo. E... assim, quando a gente se depara com alunos em uma sala de aula, a gente se depara com todo tipo de aluno.”

A categoria homossexualidade, vejamos as seguintes subcategorias: homossexualidade separada da crença e troca de religião por homofobia.

- Subcategoria homossexualidade separada da crença: entende-se que o entrevistado tem a concepção que a homossexualidade é algo natural, que faz parte da personalidade do indivíduo e a religião está relacionada a crenças e à construção social, separada da essência do indivíduo, portanto, é possível ser homossexual e cristão.

“Eu acho que a religião é religião, a sua sexualidade é sua sexualidade. E você pode ter sua religião dentro de você, sem problema nenhum.”

“Mas eu acho que... a religião está dentro de você. Então, assim, eu acho que sim, a sexualidade não tem muito a ver com a religião.”

Nessa categoria, o entrevistado mostra ter uma concepção de homossexualidade com tendência progressista por não relacionar a homossexualidade a aspectos discriminantes limitados à crenças religiosas.

- Subcategoria troca de religião por homofobia: entende-se que o entrevistado trocou de religião por conta de ataques homofóbicos.

“Porque eu acho que eu cansei de ser tão machucado, por falas. Porque dentro da igreja, apesar de que eu tentava...eu participei de grupo jovem, participava de curso de orientação religiosa, participava da organização e tal, eu tentava sempre me fechar, me blindar, tentava me blindar das falas, tentava não escutar quando

começava, porque aquilo me fazia mal. Até que chegou um momento que eu falei “cara, porque eu tô deixando passar por isso? Eu podia estar em outro lugar que não fizesse tão mal?”

“Exatamente, falas homofóbicas, machistas, dentre tantas outras formas de machucar o ser humano, dessa forma. E aí uma amiga minha começou a frequentar um centro, e um caboclo me mandava lembranças...”

Como vemos, o participante sofria ataques homofóbicos vindos de pessoas da igreja cristã que frequentava e optou por mudar para uma religião de matriz africana que o acolheu, portanto, seu pensamento é de tendência progressista.

5.5.16 Entrevistada 10

A entrevistada 10 estava no primeiro período do curso, é mulher cis, bissexual, solteira, moradora de São Gonçalo, é parda, tem entre 18 e 21 anos, acredita em Deus, mas não tem religião, porém, frequenta uma igreja evangélica. O quadro 25 demonstra as análises das categorias conforme Moraes e Galiuzzi (2016) realizada a partir das transcrições da entrevista do participante.

Quadro 25 – Análise das categorias da entrevistada 10

PARTICIPANTE	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	TENDÊNCIA DA CONCEPÇÃO
Entrevistada 10 (mulher cis, bissexual, solteira, moradora de São Gonçalo, parda, tem entre 18 e 21 anos, acredita em Deus, mas não tem religião)	Curso de Biologia	Uma disciplina	Não se aplica
	Educação básica	Restrição de idade	Conservadora
	Transexual	Banheiro feminino	Conservadora
	Aborto	Método contraceptivo	Conservadora

Fonte: Elaboração própria (2025).

A categoria curso de Biologia nos traz a subcategoria uma disciplina.

- Subcategoria uma disciplina: entende-se que a entrevistada teve contato com gênero e sexualidade em apenas uma disciplina do curso.

“A gente falou sobre isso uma vez, que não sai da minha cabeça, na matéria de introdução ao pensamento biológico. Nessa foi o Dorvillé, não sei se você conhece ele, da UERJ/FFP, então, ele é ótimo. E aí ele falou dessa questão de gênero e tal, e da produção hormonal...”

A categoria educação básica apresenta a subcategoria importante com restrições de idade.

- Subcategoria importante com restrições de idade: entende-se que a entrevistada possui a concepção de que se deve abordar a temática de gênero e sexualidade, mas é necessário restringir a idade.

“[...] é mais pela questão da idade, da maturidade. Não que deva ser um assunto muito restrito a nós e proibidos às crianças, porque eles não podem, eles não devem, mas é porque são questões complexas... pra... não adotar nenhum tipo “é porque fulano me falou isso”. Deve ser apresentado a partir de um certo tempo, na minha visão, pra eles poderem ponderar melhor as visões que eles recebem...”

Entendemos que a tendência da participante é conservadora por ter um discurso semelhante ao de lideranças da extrema direita sobre a inocência das crianças e a ideologia de gênero.

No que diz respeito à categoria transexualidade, temos a subcategoria banheiro feminino.

- Subcategoria banheiro feminino: entende-se que a entrevistada possui a concepção de que se há mulheres cis incomodadas com a frequência das mulheres trans nos banheiros femininos, então deve haver um terceiro banheiro.

“Porque, além das pessoas trans, que devem lutar por esse direito, tem as pessoas cisgênero, que ainda tem algum receio disso, algum receio nesse momento. E eu acredito que os dois lados devem ser respeitados. Por exemplo, a pessoa cis não se sente confortável? Beleza, vamos fazer um banheiro livre pra todo mundo. Eu acho que essa é a opção ideal, sabe?”

A entrevistada demonstra uma concepção ambígua sobre a transexualidade, porque ao mesmo tempo que ela concorda que mulheres cis podem ficar desconfortáveis, propõe também que haja um banheiro unissex.

Na categoria aborto, vejamos a subcategoria aborto como método contraceptivo.

- Subcategoria aborto como método contraceptivo: entende-se que a entrevistada é contra o aborto quando a mulher pode fazer disso um método contraceptivo.

“Na criação de uma criança várias coisas são importantes, né? O preparo psicológico da mãe, porque não é só o nascimento, mas a maternidade, influencia outro indivíduo, a gente tem que pensar nos dois. Mas em todos os casos não, porque tem uma pequena porcentagem que diz respeito ao caráter de quem gesta. E, infelizmente, na minha visão de mundo, tem pessoas que podem trazer essa parcela irresponsável, sobre o sexo sem segurança, que ela faz quando quer e também pode tirar quando quer. Essa segurança de que “se eu quiser eu faço, se eu quiser eu tiro”, ela pode trazer discursos totalmente errôneos sabe?”

Conforme debatemos ao longo do referencial teórico e das análises das entrevistas, o aborto é algo que pode gerar impactos emocionais, físicos, psicológicos e legais para as mulheres. Sua criminalização é utilizada como um meio de reforçar a visão tradicional da mulher, como mãe e esposa, e negar sua autonomia sobre seu corpo, gerando impactos negativos na busca pela igualdade de gênero. Entendemos que a entrevistada tem uma visão com tendência conservadora e misógina ao apontar que a decisão sobre gestar ou não um feto está relacionado ao caráter da mulher, sem considerar em nenhum momento a responsabilidade masculina sobre a gravidez. Além disso, o discurso de que as mulheres fariam aborto indiscriminadamente caso fosse descriminalizado representa o pensamento das lideranças da extrema-direita, quando sabemos que a culpabilização da mulher está associada a valores cristãos patriarcais ainda imersos na cultura, para fazer persistir a defesa da família tradicional e do privilégio masculino cisheteronormativo.

6 Conclusão

A partir da perspectiva do conceito do novo conservadorismo brasileiro trabalhado por Lacerda (2019), Almeida (2017), Brown (2019) e Biroli (2020), o qual consiste em um ideário conservador de direita em disputa pela moral religiosa na vida pública e privada que contempla questões relativas à família, à sexualidade, à reprodução e aos valores cristãos surgidas como resposta ao avanço de pautas progressistas que reivindicam padrões mínimos de justiça social e respeito aos direitos humanos, investiguei as concepções de alunos de um curso de licenciatura de Ciências Biológicas, situado em um município com grande ascensão de igrejas evangélicas, sobre temas envolvendo gênero e sexualidade em um contexto do avanço do novo conservadorismo no Brasil marcado pelo início do governo Bolsonaro.

Participaram da pesquisa 47 estudantes do curso de Biologia da FFP/UERJ, o que representa uma pequena parcela da totalidade do curso.¹³ Dos 47 estudantes, apenas sete evangélicos responderam ao questionário e nenhum concedeu entrevista. É possível que os evangélicos não quisessem participar por ser um tema controverso para quem pratica a religião ou é possível que os alunos que mais chegam à universidade são pessoas não evangélicas, ou seja, mesmo com o avanço das igrejas evangélicas no município de São Gonçalo, poucos evangélicos estão no curso de Ciências Biológicas.

É possível também que a escolha do curso seja uma questão complexa a ser pensada pelos evangélicos, já que a Biologia muitas vezes confronta a visão cristã em diversos aspectos, caso da teoria da evolução, por exemplo. O que ficou mais evidente, de acordo com os dados aqui apresentados, é que a constituição tradicional de família é o ponto mais relevante para eles, pois, dos sete evangélicos, cinco tiveram uma concepção com tendência conservadora nesse ponto.

Por outro lado, todos os entrevistados concordam que deveria haver educação sexual nas escolas, demonstrando que, mesmo a universidade estando situada em um município com grande presença de igrejas evangélicas, os alunos

¹³ A coordenação do curso informou haver cerca de 330 alunos ativos na graduação de Biologia.

da FFP/UERJ têm concepções que não se coaduna com o discurso de lideranças conservadoras e fundamentalistas religiosas.

Em contrapartida, chamam atenção discursos conservadores machistas e homofóbicos vindos de um entrevistado ateu, demonstrando que o conservadorismo não está restrito aos praticantes de religiões evangélicas, sobre os quais entendo que podem expressar diversas formas de compreender a Bíblia e vivenciar a fé cristã e das maneiras a colocar em prática o amor ao próximo e o respeito à diversidade em evidência, corroborando a concepção de Almeida (2017) sobre a “onda quebrada” que pontua que apenas parte dos evangélicos aderem à pauta conservadora, bem como o conservadorismo não se limita apenas aos evangélicos.

Consideremos ainda que o total dos participantes é constituído por uma maioria de estudantes que acreditam em Deus, mas não têm religião, seguido de ateus e de pessoas de religiões de matriz africana. A maioria respondeu que a religião não influencia nas suas concepções de gênero e sexualidade, porém, cinco dos sete evangélicos responderam que a religião influencia suas concepções sobre gênero e sexualidade. Portanto, em função do perfil religioso da amostra deste estudo, sendo a maioria identificada com uma fé não institucionalizada ou de religiões não cristãs, é possível que as concepções dos participantes como um todo não estejam alinhadas com o novo conservadorismo brasileiro por esse motivo.

O diálogo em torno dos direitos humanos na educação tem sido rechaçado por grupos neoconservadores e, portanto, entendemos que ele se faz necessário no combate à violência e às desigualdades na sociedade. Assim, a análise se estabeleceu na perspectiva de uma educação em direitos humanos (Candau, 2009; 2013), em que a educação deve promover o empoderamento de sujeitos e grupos sociais desfavorecidos para uma transformação social em prol de uma sociedade igualitária. De acordo com os dados levantados, a maioria possui a concepção de que deve haver discussão sobre gênero e sexualidade na formação docente e na educação básica, ao contrário do ideário que a direita conservadora propaga, o que configura um perfil de alunos alinhados a uma perspectiva de educação em direitos humanos. Nota-se que o curso de Biologia também tem tal alinhamento, mas os discentes consideram que o debate atual não é suficiente para formá-los para um exercício docente que permita uma abordagem mais contundente na sala de aula.

Para a discussão dos dados, utilizou-se a concepção de Henriques (2021) sobre o pensamento conservador, progressista e ambíguo, porém, entendemos

que não há como limitar as concepções dos estudantes a essas categorias já que há, na verdade, nuances entre o pensamento progressista e conservador. Na prática, a realidade é muito mais complexa do que os discursos que as lideranças conservadoras fazem, frequentemente baseados em binarismos de “bem” contra o “mal”, “Deus” e “Demônio”, a “favor” ou “contra” a família, entre outros. Percebemos nessas nuances há maiores controvérsias para os participantes, como na presença de mulheres trans nas categorias femininas de esporte coletivo e na legalização do aborto de acordo com a vontade da mulher, pois, mesmo em um campo considerado progressista, há valores em disputas dentro dessas temáticas. É possível que múltiplos discursos estejam em jogo na formação das concepções desses futuros professores, incluindo-se aí os conhecimentos em Biologia, que podem reforçar visões deterministas e higienistas.

A partir destes resultados encontrados, compreendo ainda haver muito a ser discutido a respeito dessas temáticas na educação, percebo ainda a urgência de incluí-las ainda mais no currículo da graduação em Biologia e nas práticas docentes. Embora seja possível reconhecer o aprofundamento de tais discussões no campo da pesquisa, os participantes indicam que tiveram poucas disciplinas em que as temáticas foram debatidas. De forma alternativa, é possível que os estudantes estejam aprendendo sobre gênero e sexualidade em outros espaços e instituições, como redes sociais, coletivos e movimentos sociais.

Nesse sentido, podem ser interessantes pesquisas futuras que busquem ampliar a compreensão sobre onde e como futuros professores de Biologia aprendem sobre questões de gênero e sexualidade, especialmente naquilo que reforça ou questiona concepções deterministas de um ponto de vista biológico.

Vale ressaltar, também, que os participantes não se referem à educação em direitos humanos em suas falas. É certo que as discussões sobre gênero e sexualidade podem ser compreendidas como tendo articulação e diálogo com a área, mas aqui podemos notar indícios de como a temática está pouco presente na formação inicial dos sujeitos da pesquisa.

Finalizo esta tese com o entendimento de que as reflexões atuais representam contribuições significativas para as discussões relacionadas a gênero e sexualidade no contexto atual da educação brasileira. Uma educação nacional pautada em um processo emancipatório não deve fugir a este debate.

Referências bibliográficas

‘AGORA só existem dois gêneros: masculino e feminino’, diz Trump em discurso de posse. **G1**. Rio de Janeiro, 20 jan. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/01/20/agora-so-existem-dois-generos-masculino-e-feminino-diz-trump-em-discurso-de-posse.ghml>>. Acesso em: 20 fev. 2025

ALGEBAIL, E. Escola sem partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. p. 63-74.

ALMEIDA, R. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan./abr. 2019. DOI: <<https://doi.org/10.25091/S01013300201900010010>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 out. 2024.

ALMEIDA, R. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017. DOI: <<https://doi.org/10.1590/18094449201700500001>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/Cr9ShrVJbCWsDHMrxTDm3wb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 out. 2024.

ALMEIDA, S. M.; JAEHN, L.; VASCONCELLOS, M. Precisamos falar de gênero: por uma educação democrática. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. esp. 2, p. 1503-1517, set. 2018. DOI: <<https://doi.org/10.21723/riaee.v13.nesp2.set2018.11657>>. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11657/7602>>. Acesso em: 10 out. 2024.

ALONSO, A. Angela Alonso: “O Brasil é um país muito conservador, que não muda fácil, nem rápido e nem sem reação”. [Entrevista cedida a] Gil Alessi. **El País**. São Paulo, 6 fev. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/01/politica/1549050356_520619.html>. Acesso em: 20 fev. 2025.

ALVES, J. E. et al. Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 215-242, ago. 2017. DOI: <<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.112180>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/8wQjZZ5sDp8g63KZ4sLQDdM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 out. 2024.

ANDRADE, H. Bolsonaro contraria Constituição e diz que 'minorias têm que se adequar'. **UOL**. São Paulo, 15 jul. 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/15/bolsonaro-defende-falas-transfobicas-minorias-tem-que-se-adequar.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 18 out. 2024.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil**. [S. l.]: Anistia Internacional, 2020. Disponível em: <https://anistia.org.br/informe/novo-relatorio-covid-19-e-direitos-humanos-no-brasil-caminhos-e-desafios-para-uma-recuperacao-justa/#:~:text=Atrav%C3%A9s%20desse%20documento%2C%20a%20Anistia,e%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Quilombolas>.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo – experiência vivida**. 6ª edição. Tradução de Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2023/01/dossieantra2023.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BIRD, C. E.; RIEKER, P. P. Gender matters: an integrated model for understanding men's and women's health. **Social Science & Medicine**, v. 48, n. 6, p. 745-755, Mar. 1999. DOI: <[https://doi.org/10.1016/S0277-9536\(98\)00402-X](https://doi.org/10.1016/S0277-9536(98)00402-X)>. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S027795369800402X>>. Acesso em: 15 out. 2024.

BIROLI, F. **Aborto em debate na Câmara dos Deputados**. [S. l.]: IPAS, CFEMEA, Ipas, Sexuality Policy Watch, 2016. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/images/stories/aborto_em_pauta_cd_flavia_biroli.pdf>. Acesso em: 11 out. 2024.

BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOCK, J. Gender Politics in the Age of Trump: The Impact of Conservative Policies on LGBTQ Rights. **Journal of Gender Studies**, Abingdon, 2020.

BOECHAT, G. Aborto no Brasil: linha do tempo mostra Lei praticamente inalterada desde 1940. **CNN Brasil**. São Paulo, 23 jun. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/aborto-no-brasil-linha-do-tempo-mostra-lei-praticamente-inalterada-desde-1940/>>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BOHEM, C. **Conselho de Psicologia critica prática de "cura gay"**. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-10/conselho-de-psicologia-critica-pratica-de-cura-gay> (2023)

BORGES, L. M., Silva, A. M. Educação e diversidade de gênero: desafios para a inclusão de estudantes trans. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7), p. 1-20, 2020.

BORGES, M. L. A. **Mapeamento de trabalhos publicados nos Anais do ENPEC: a diversidade da temática de Gênero e Sexualidade e seu amplo potencial de transformação**. 2018. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/198185/001095980.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 dez. 2024.

BORRILLO, D. A homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. **Homofobia & educação: um desafio ao silêncio**. Brasília, DF: Letras Livres: Ed. UnB, 2009. p. 15-46.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 867, de 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1317168&filename=Avulso%20PL%20867/2015. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP nº 22/2019, aprovado em 7 de novembro de 2019**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF: MEC/CNE/CP, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=133091-pcp022-19-3&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 dez. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 126, n. 191-A, p. 1-32, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/DOUconstituicao88.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 23 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/01/2002&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=192>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução conjunta nº 1, de 21 de setembro de 2018. Estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no Sistema Único da Assistência Social - SUAS. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 155, n. 184, p. 89, 24 set. 2018. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=24/09/2018&jornal=515&pagina=1&totalArquivos=170>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=105091-bnc-formacao-de-professores-v0&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES 1.301/2001, aprovado em 6 de novembro de 2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Ciências Biológicas. Brasília, DF: MEC/CNE/CES, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1301.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 7, de 11 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Biológicas.

Brasília, DF: MEC/CNE/CES, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES07-2002.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acesso em: 15 dez. 2024.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. *E-book*.

CAMARGO, I; FALCÃO, M. PRF descumpre ordem do TSE e para pelo menos 610 ônibus de eleitores em blitz; Moraes intima diretor-geral. **G1**. Rio de Janeiro, 30 out. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/prf-descumpre-ordem-do-tse-e-faz-pelo-menos-514-operacoes-de-fiscalizacao-contr-a-onibus-de-eleitores.ghtml>>. Acesso em: 20 jan. 2025.

CANDAU, V. **A construção dos direitos humanos: desafios e perspectivas**. Ed. ABC, 2015.

CANDAU, V. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul./set. 2012. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300004>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/phjDZW7SVBf3FnfNL4mJyWL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CANDAU, V. Educação em direitos humanos e diferenças culturais: questões e buscas. **Revista Múltiplas Leituras**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 65-82, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20221108163430/https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/view/328/326>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CANDAU, V. et al. **Educação em direitos humanos e formação de professores(as)**. São Paulo: Cortez, 2013.

CANDAU, V.; SACAIVINO, S. (org.). **Educar em direitos humanos: construir democracia**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CARVALHO, B., MONSERRAT, D.; BOECHAT, I. Casos de feminicídio aumentaram 73% em cinco anos no RJ. **G1**. Rio de Janeiro, 4 jul. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/07/04/casos-de-feminicidio-aumentaram-73percent-em-cinco-anos-no-rj.ghtml>>. Acesso em: 23 nov. 2024.

CASOS de racismo no 1º semestre de 2022 já superaram os últimos dois anos no estado de SP, diz secretaria de Justiça. **G1**. Rio de Janeiro, 22 jul. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/07/22/casos-de-racismo-no-1o-semester-de-2022-ja-superaram-os-ultimos-dois-anos-no-estado-de-sp-diz-secretaria-de-justica.ghtml>>. Acesso em: 15 dez. 2024.

COELHO, Y. C. M.; VASCONCELOS, S. M. Orientação sexual escolar e a formação de professores de ciências: da individualidade à reflexão da prática docente. **Polêmica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 39-59, set./dez. 2019. DOI: <<https://doi.org/10.12957/polemica.2019.51615>>. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/polemica/article/view/51615/34006>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Relatório sobre a situação dos direitos humanos na América Latina**. Washington, DC: CIDH, 2021.

CUNHA, L. R. (trad.) Atletas transgênero e esportes de elite: uma revisão científica. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 190-198, jan./jun. 2023. DOI: <<https://doi.org/10.9771/rds.v4i1.55196>>. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/55196/29341>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

DOS SANTOS, R. A. P. Gênero e sexualidade como componentes curriculares na formação inicial de professoras de ciências e biologia do Rio de Janeiro, RJ. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, p. 32-54, 2021.

DOS SANTOS, A. E. C.; DE ANDRADE MAISTRO, Virginia Iara. GÊNERO E SEXUALIDADES EM FOCO: As Discussões que Discentes do Curso de Especialização em Ensino de Biologia, Modalidade a Distância, Realizam em sua Prática Docente.(2021).

DICIO: Dicionário Online de Português. Matosinhos: 7Graus, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em: 12 jan. 2024.

ERIBON, D. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

ESCOLARIDADE da mãe impacta no nível de alfabetismo e emprego dos filhos. **IPEA**. Rio de Janeiro, 22 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/2318-escolaridade-da-mae-impacta-no-nivel-de-alfabetismo-e-emprego-dos-filhos>>. Acesso em: 12 dez. 2024.

EXAME. Autora de "cura gay" usou bíblia para defender reversão sexual. (2017) Disponível em: <https://exame.com/brasil/autora-de-cura-gay-usou-biblia-para-defender-reversao-sexual/>

FARIA, D. S. C. et al. As perspectivas dos direitos humanos sobre aborto e saúde pública no Brasil: uma revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [s. l.], v. 13, n. 12, p. 1-7, 2021. DOI: <<https://doi.org/10.25248/reas.e9297.2021>>. Disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/9297/5680>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

FAÚNDES A, Shah IH. Evidence supporting broader access to safe legal abortion. *Int J Gynecol Obstet.*; 131:S56-S59. (2015)

FERREIRA, M. G. M.; FUKS, M. O hábito de frequentar cultos como mecanismo de mobilização eleitoral: o voto evangélico em Bolsonaro em 2018. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 34, p. 1-27, 2021. DOI: <<https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.238866>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/>

j/rbcpol/a/fWvcZ49qvhjrpB9dNBK6sxB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 dez. 2024.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed: Bookman, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2019**. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2024**. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/pesquisa-politica-e-fe-entre-os-policiais-militares-civis-e-federais-do-brasil-0608.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Política e fé entre os policiais militares, civis e federais do Brasil**. São Paulo: FBSP, 2020. Disponível em: <<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/bitstreams/1d896734-f7da-46a7-9b23-906b6df3e11b/download>>. Acesso em: 25 fev. 2025.

FURLAN, C. C.; FURLAN, D. A. B. Gênero e sexualidade na formação de professores/as: a necessidade de reflexões sobre a prática pedagógica. **Plures Humanidades**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 306-326, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://seer.mouralacerda.edu.br/index.php/plures/article/view/29/25>>. Acesso em: 7 dez. 2024.

FURTADO, M. C. S. Papa Francisco e as pessoas LGBTQI+: mudanças e perspectivas. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 19, n. 59, p. 675-702, maio/ago. 2021. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9580147>>. Acesso em: 13 dez. 2024.

GALVANI, G; BARBOSA, C. Debate de gênero dominou pauta moral do governo Bolsonaro em 2019. **Carta Capital**, São Paulo, 28 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/debate-de-genero-dominou-pauta-moral-do-governo-bolsonaro-em-2019>>. Acesso em: 30 dez. 2024.

GARCIA, R. M.; PEREIRA, E. G. B. A opinião de atletas e treinadores de voleibol sobre a participação de mulheres trans. **Movimento**, Porto Alegre, v. 26, p. 1-16, 2020. DOI: <<https://doi.org/10.22456/1982-8918.101993>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mov/a/7cq8vcKr9nss87dN7NsKnGd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13 dez. 2024.

GASTALDI, A. B. F.; BENEVIDES, B. G.; LARRAT, S. (org.). **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: dossiê 2021**. Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2022/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2021-ACONTECE-ANTRA-ABGLT-1.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

GENTILE, R. Feliciano é condenado a pagar R\$ 100 mil por ataques à população LGBT. **UOL**. São Paulo, 29 jul. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/rogerio-gentile/2021/07/29/feliciano-e-condenado-a-pagar-r-100-mil-por-ataques-a-populacao-lgbt.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 15 dez. 2024.

GHORAYEB, D. B. **Saúde mental, qualidade de vida, religiosidade e identidade psicossocial nas homossexualidades**. 2007. 214f. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. DOI: <<https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2007.402284>>. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/402284>>. Acesso em: 8 dez. 2024.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

GOMES, S.; TEIXEIRA, P. Avanço da agenda antitrans na educação: atuação de novos/as conservadores/as na Câmara dos Deputados. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 18, n. 42, p. 959-978, set./dez. 2024. DOI: <<https://doi.org/10.22420/rde.v18i42.2244>>. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/2244/1280>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

GONÇALVES, J. P.; COUTO, F. O.; AZEVEDO, F. S. Entre boatos e verdades: a orientação sexual de crianças adotadas por casais homossexuais. **Gênero & Direito**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 47-69, 2020. DOI: <<https://doi.org/10.22478/ufrpb.2179-7137.2020v9n2.49987>>. Disponível em: <<https://periodicos.ufrpb.br/index.php/ged/article/view/49987/29546>>. Acesso em: 25 fev. 2025.

GONTIJO, L. S. et al. Corpo, escola, identidade: rompendo fronteiras de gênero no estágio supervisionado do curso de ciências biológicas. **Polyphonía**, Goiânia, v. 29, n. 1, jan./jun. 2018. DOI: <<https://doi.org/10.5216/rp.v29i1.53666>>. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/sv/article/view/53666/25736>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

GROSSI, M. P. Identidade de gênero e sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, 1998.

GUERRA, A. Novas perspectivas historiográficas para história de ciências no ensino: discutindo possibilidades para uma educação em ciências mais política. **Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Matemática**, Passo Fundo, v. 4, n. 3, p. 1083-1100, 2021. Edição especial. DOI: <<https://doi.org/10.5335/rbecm.v4i3.12899>>. Disponível em: <<https://seer.upf.br/index.php/rbecm/article/view/12899/114116166>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

GUAZINA, L. S.; LEITE, G. G.; SANTOS, É.. A normalização da agenda anti-gênero de Jair Bolsonaro: uma análise dos jornais Folha de S. Paulo e Estado de São Paulo. **Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo**, v. 10, n. 1, p. 44-61, 2021.

HARAWAY, D. Gênero para um dicionário marxista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000100009>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/cVkrGqCBfnpY7qgHmzYCgd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 18 dez. 2024.

HENRIQUES A. et al. Formar para educar em tempos de neoconservadorismo: um olhar sobre a formação de professores de Ciências e Biologia. In: Formação de professores e religião. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 35 n. 114, p. 61-74, maio/ago. 2022. DOI: <<https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.35i114.5328>>. Disponível em: <<https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/5328/4174>>. Acesso em: 7 dez. 2024.

HENRIQUES, A. E. L. **Educação, conservadorismos e religião**: mapeamento e análise do avanço neoconservador na educação brasileira. 2021. 235f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54439/54439.PDF>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

HUNT, L. **Inventing human rights**: a history. New York: W.W. Norton & Co., 2007.

INOCÊNCIO, A. F.; GALETTI, C. C. H. Neoconservadorismo moral na agenda política das novas direitas. **Revista Desigualdade & Diversidade**, n. 21, p. 118-135, 2021. DOI: <10.17771/PUCRio.DDCIS.56312>. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/56312/56312.PDFXXvmi=>>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2010). Dados disponíveis no site: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=160030>.

JACOB, C. R.; HEES, D. R.; WANIEZ, P. **Religião e território no Brasil**: 1991/2010. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2013. Disponível em: <https://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/ebook_religio_e_territorio_no_brasil_1991-2010.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2024.

JESUS, R. M. B. Onde está o gênero na formação docente? Algumas reflexões iniciais sobre as relações de gênero e o curso de licenciatura em eletromecânica do IFBA. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: PUCPress, 2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22413_9615.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tronou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (org.) **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p. 25-52.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: uma ofensiva reacionária transnacional. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 1-22, 2019. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/uploads/Ideologia-de-Genero-KN_out_2018.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2024.

JUNQUEIRA, R. D. **A invenção da ideologia de gênero**: um projeto reacionário de poder. Brasília, DF: Letras Livres, 2022.

KRUL, A. J. et al. Corpo, gênero e sexualidade: na formação inicial de professores de ciências biológicas. **Bio-grafia**, p. 1160-1171, 2019.

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LEMKE, J. L. **Aprender a hablar ciencia: lenguaje, aprendizaje y valores**. Barcelona: Paidós, 1997.

LEVINSON, R. Science education and democratic participation: an uneasy congruence? **Studies in Science Education**, London, v. 46, n. 1, p. 69-119, 2010.

DOI: <<https://doi.org/10.1080/03057260903562433>>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03057260903562433?casa_token=78894cfatlQAAAAA:f97yCaV8nQEpcLi6VJ19EaS4WjRC08N6yUb1k2NWQCw2lbGMHszylaKIZ_uJheUY64hPjwr5nQ6DMDBMw>. Acesso em: 1 dez. 2024.

LIMA, J. **A construção social da homossexualidade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

LONGARAY, D. A.; RIBEIRO, P. R. C.. Discutindo a relação entre os marcadores sociais de gênero e a homossexualidade. *Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, v. 9, p. 1-9, 2010.

LONGO, I. Bolsonaroistas reeditam "marcha da família", que deu respaldo ao golpe de 64, e fazem buzinação em frente a hospital. **Revista Fórum**. São Paulo, 11 abr. 2021. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/brasil/2021/4/11/bolsonaristas-reeditam-marcha-da-familia-que-deu-respaldo-ao-golpe-de-64-fazem-buzinao-em-frente-hospital-95078.html>>. Acesso em: 16.jan. 2025.

LOURO, G. L. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 85-93. Disponível em: <https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume32_diversidade_sexual_na_educacao_problematizacoes_sobre_a_homofobia_nas_escolas.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2024.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: E. P. U., 1986.

LUNA, N.. O debate sobre aborto na câmara de deputados no Brasil entre 2015 e 2017: Agenda conservadora e resistência. *Sexualidad, Salud Y Sociedad (rio De Janeiro)*, (33), 207–272. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.33.12.a>. (2019)

MAINARDES, J. A ética na pesquisa em educação: panorama e desafios pós-Resolução CNS nº 510/2016. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 160-173, maio/ago. 2017. DOI: <<https://doi.org/10.15448/1981-2582.2017.2.26878>>. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/26878/15908>>. Acesso em: 6 dez. 2024.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2004, Bauru. **Anais...** Bauru: Universidade Sagrado Coração, 2004. p. 1-10. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MARQUES, L. A ciência versus Bolsonaro. **Jornal da UNICAMP**, Campinas, 23 abr. 2019. Disponível em: <<https://unicamp.br/unicamp/ju/artigos/luiz-marques/ciencia-versus-bolsonaro/>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MATOS, D. A. S.; JARDILINO, J. R. L. Os conceitos de concepção, percepção, representação e crença no campo educacional: similaridades, diferenças e implicações para a pesquisa. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 1, n. 3, p. 20–

31, 2016. DOI: <<https://doi.org/10.25053/edufor.v1i3.1893>>. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/111/94>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

MAZUI, G. Bolsonaro determinou que Defesa faça as 'comemorações devidas' do golpe de 64, diz porta-voz. **G1**. Rio de Janeiro, 25 mar. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghtml>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MICHAELIS. São Paulo: Melhoramentos, 2025. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. DOI: <<https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163>>. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25163/18213>>. Acesso em: 16 nov. 2024.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S1516-73132003000200004>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/SJKF5m97DHykhL5pM5tXzdz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise Textual Discursiva. 3ª ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

MOREIRA, L. M. et al. Saúde pública: motivos para a legalização mundial do aborto. **Brazilian Journal of Surgery & Clinical Research**, Cianorte, v. 35, n. 1, jun./ago. 2021. Disponível em: <https://www.mastereditora.com.br/periodico/20210611_074020.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.

MORSINK, J. **The Universal Declaration of Human Rights: origins, drafting, and intent**. university of Pennsylvania Press, 1999.

MOURA, F. P.; SILVA, R. C. A. **6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil**: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar. Brasília, DF: Frente Nacional Escola Sem Mordaza, 2020. Disponível em: <<https://profscontraoesp.org/wp-content/uploads/2021/01/relatocc81rio-6-anos-de-projetos-de-censura-frente-nacional-escola-sem-mordacca7a.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2024.

NASCIMENTO, T. F.; COSTA, B. P. As vivências travestis e transexuais no espaço dos terreiros de cultos afrobrasileiros e de matriz africana. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 181-204, jul./dez. 2015. DOI: <<https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2015.29075>>. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/29075/20565>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

NOVO Código Civil propõe atualizar conceitos de família e de casamento. **Congresso em Foco**. Brasília, DF, 21 abr. 2024. Disponível em: <<https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/7222/novo-codigo-civil-propoe-atualizar-conceitos-de-familia-e-de-casamento>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

OLIVEIRA, R. D. V. L. de. **A formação de professores de ciências em uma perspectiva de educação em direitos humanos** / Tese de doutorado de Roberto Dalmo Varallo Lima de Oliveira. — Rio de Janeiro, 2017.

ONU. **Relatório sobre direitos humanos e segurança pública no Brasil**. Brasília, DF: ONU, 2022. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-03/ONU_Brasil_Relatorio_Anual_2022.pdf Acesso em: 23 jan. 2025.

ONU. **Sustainable Development knowledge platform**. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15801Brazil_Portuguese.pdf. Acesso em: 05 out. 2023.

OROZCO MARÍN, Y. A. Reflexões sobre o lugar das questões de gênero e sexualidade na formação do professor de biologia, em uma perspectiva decolonial. **Revista Tecné, Episteme y Didaxis**, Bogotá, 2018. Número Extraordinário. Trabalho apresentado no 8º Congreso Internacional de formación de Profesores de Ciencias para la Construcción de Sociedades Sustentables, 2018, Bogotá. Disponível em: <https://revistas.upn.edu.co/index.php/TED/article/view/9153/6872>. Acesso em: 15 dez. 2024.

PATTI, B. A. B.; PINHÃO, F. L.; SILVA, E. C. D. Sexualidade na Base Nacional Comum Curricular: uma breve análise. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 12., 2019, Natal. **Anais...** Bauru: ABRAPEC, 2019. p. 1-14. Disponível em: <https://abrapec.com/enpec/xii-enpec/anais/resumos/1/R0947-1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

PENNA, F. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. p. 35-48.

PEREIRA, Z. M.; MONTEIRO, S. S. Gênero e sexualidade no ensino de ciências no Brasil: análise da produção científica recente. **Contexto & Educação**, Ijuí, v. 30, n. 95, p. 1-8, jan./abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2015.95.117-146>. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/3155>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PIERUCCI, A. F. Fundamentalismo e integrismo: os nomes e a coisa. **Revista USP**, São Paulo, n. 13, p. 144-156, 1992. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i13p144-156>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25620/27360>. Acesso em 20 jan. 2025.

REIS, H. J. D. A.; DUARTE, M. F. S.; SÁ-SILVA, J. R.. OS TEMAS 'CORPO HUMANO', 'GÊNERO' E 'SEXUALIDADE' EM LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL. **Investigações em ensino de ciências**, v. 24, n. 1, p. 223-238, 2019.

RICCI, R. G. M. S. Identidades da esquerda: o que é ser de esquerda no século XXI? **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 9, n. 99, p. 5-12, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7717/4442>. Acesso em: 14 nov. 2024.

RIVEIRA, C. Damares participou de tentativa de impedir aborto em menina, diz jornal. **Exame**. São Paulo, 21 set. 2020 Disponível em: <https://exame.com/brasil/>

damares-participou-de-tentativa-de-impedir-aborto-no-es-diz-jornal/ Acesso em: 13 jan. 2025>. Acesso em: 3 dez. 2024.

ROSSAROLLA, J. N. et al. A formação de educadores sexuais na licenciatura em ciências biológicas DOIFRO – Campus Colorado do Oeste/RO. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 1, p. 175-189, jan./mar. 2018. DOI: <<https://doi.org/10.21723/riaee.v13.n1.2018.11153>>. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11153/7153>>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SALLES, P. E. A. Deus, pátria e família em Rui Simões e Valter Hugo mãe. **Revista Crioula**, São Paulo, v. 1, n. 19, p. 133-168, 1. sem. 2017. DOI: <<https://doi.org/10.11606/issn.1981-7169.crioula.2017.126055>>. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/126055/130001>>. Acesso em: 11 nov. 2024.

SANTOS, E. L. **Adesão ao uso do preservativo masculino por homens e mulheres**: revisão de literatura. 2024. 23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Fisioterapia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2024. Disponível em: <<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/7712/1/EMILLY%20TCC%20%20final.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2024.

SANTOS, L. Da competência no fazer à responsabilização no agir: ética e pesquisa em Ciências Humanas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 244-256, jan./abr. 2017. DOI: <<https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.12i1.0013>>. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/9601/5557>>. Acesso em: 24 nov. 2024.

SANTOS, S. P.; SILVA, E. P. de Q.. Ensino de Biologia e transsexualidade. **Ensino em Re-Vista**, v. 26, n. 1, p. 147-172, 2019.

SEPULVEDA, D.; SEPULVEDA, J. A. Laicidade do Estado e da educação: valorizando as discussões sobre gêneros e sexualidades nas escolas públicas. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 14, n. 28, p. 91-105, jan./abr. 2020. DOI: <<https://doi.org/10.22420/rde.v14i28.1107>>. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1107/pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SEPULVEDA, J. A.; SEPULVEDA, D. Conservadorismo e seus impactos no currículo escolar. **Currículo Sem Fronteiras**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 868-892, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss3articles/sepulveda-sepulveda.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2024.

SILVA, M. S. B. História e memória da educação em direitos humanos: uma prática socioeducativa recente e inovadora. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, ano 15, n. 23, p. 1-13, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1466/1316>>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SOUZA, A. R. Os católicos, evangélicos e espíritas chamados de progressistas. **REVER**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 167-182, 2023. DOI: <<https://doi.org/10.23925/1677-1222.2023vol23i2a11>>. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/56931/43568>>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SOUZA, M. L. de; FERRARI, A. Inquietações sobre gênero e sexualidade em espaços formativos: o caso do Pibid de Ciências. **Ensino em Re-vista**, v. 26, n. 1, p. 40-59, 2019.

STOPPARD, M. **Sexo**: um guia para adolescentes. São Paulo: Marco Zero, 1998.

SUPLICY, M. **Sexo para adolescentes**. São Paulo: FTD, 1988.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

TEIXEIRA, P. P. **Ensino de evolução e religiosidade**: o caso de duas escolas estaduais do Rio de Janeiro. 2016. 280f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/27465/27465.PDF>>.

TEIXEIRA, P. P.; HENRIQUES, A. O novo conservadorismo brasileiro e a educação: mapeando suas linhas de força. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Tempe, v. 30, n. 89, p. 1-21, jun. 2022. Disponível em: <<https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/7137/2855>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

TORRES, C. R. O. V.; SILVA, M. S. T.; BATISTA, J. A. T. Processos de subjetivação em diferentes contextos de organização comunitária. **Revista Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 30, n. 4, p. 769-782, 2020. DOI: <<https://doi.org/10.18224/frag.v30i4.8515>>. Disponível em: <<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/8515/5102>>. Acesso em: 18 nov. 2024.

TUVILLA RAYO, J. **Educação em direitos humanos**: rumo a uma perspectiva global. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Formulário de Identificação da Disciplina**. UERJ. Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em: <https://www.ementario.uerj.br/ementa.php?cdg_disciplina=9148>. Acesso em: 12 dez. 2024.

VEIGA, E. Como “Deus, Pátria e Família” entrou na política do Brasil. **Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo, 10 out. 2022. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/622866-como-deus-patria-e-familia-entrou-na-politica-do-brasil>>. Acesso em: 16 jan. 2025.

VEJA 11 frases polêmicas de Bolsonaro. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 6 out. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/veja-11-frases-polemicas-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 14 maio 2024.

VIANA, B. P.; PASTORIZA, B. Diversidade sexual e de gênero na escola: revisando discussões no ensino de Ciências. **Revista Educar Mais**, Pelotas, v. 4, n. 2, p. 394-409, 2020. DOI: <<https://doi.org/10.15536/reducarmais.4.2020.394-409.1826>>. Disponível em: <<https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/1826/1548>>. Acesso em: 13 dez. 2024.

VIÉGAS, L. S., GOLDSTEIN, T. S. Escola sem partido, sem juízo e sem bom senso: judicializando e medicalizando a educação. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v.14, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2017. Disponível em:

<<https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/578/550>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

VILA-NOVA, C. Ministra Damares Alves agiu para impedir aborto em criança de 10 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 set. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

VIRGÍLIO, M. S. **Gênero na escola**: reflexões sobre o silenciamento do debate e homogeneização do comportamento. 2022. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Instituto de Desenvolvimento Regional e Ciências da Sociedade, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2022. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/28226/Mateus%20Virgílio_Versão%20Corrigida_2022%20-%20Mateus%20Virgílio%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 nov. 2024.

VITOR, M.; MAISTRO, V. I. A.; ZOMPERO, A. F. Educação para a sexualidade e formação inicial docente: uma investigação nos currículos de licenciatura em ciências biológicas. **Investigações em Ensino de Ciências**, Porto Alegre, v. 25, p. 282-305, abr. 2020. DOI: <<http://dx.doi.org/10.22600/1518-8795.ienci2020v25n1p282>>. Disponível em: <<https://www.if.ufrgs.br/cref/ojs/index.php/ienci/article/view/1588>>. Acesso em: 15 dez. 2024.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Anexo A

Formulário de identificação da disciplina Laboratório de Ensino I

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

UNIDADE: FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE S. GONÇALO

DEPARTAMENTO: DEPTO. DE CIENCIAS

DISCIPLINA: Laboratório de Ensino I

CARGA HORÁRIA: 60 CRÉDITOS: 2 CÓDIGO: FFP02-09148

MODALIDADE DE ENSINO: Presencial TIPO DE APROVAÇÃO: Nota e Frequência

STATUS CURSO(S) / HABILITAÇÃO(ÕES) / ÊNFASE(S)

Obrigatória FFP - Ciências Biológicas (versão 2)

TIPO DE AULA	CRÉDITO	CH SEMANAL	CH TOTAL
--------------	---------	------------	----------

Prática/

Trabalho de Campo	2	4	60
-------------------	---	---	----

TOTAL	2	4	60
-------	---	---	----

OBJETIVO(S):

Compreender as questões de saúde, ambiente e sexualidade a partir de uma perspectiva histórica; analisar práticas e materiais didáticos envolvendo os temas educação ambiental, saúde e sexualidade no contexto da escola básica e de espaços educativos não-formais; produzir materiais e metodologias inovadoras para o trabalho com estes temas; elaborar projetos educativos para espaços escolares e/ou comunitários.

EMENTA:

Educação para a promoção da saúde em espaços educativos formais e não-formais: análise crítica da realidade passada e atual; recursos didáticos convencionais e alternativos para a abordagem do tema; elaboração de projetos educativos para espaços escolares e/ou comunitários.

BIBLIOGRAFIA:

BOFF, Leonardo. Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres. São Paulo: Ática, 1995.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEAN, WARREN. A ferro e a fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIEGUES, Antônio C. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.

GRÜN, MAURO. Ética e Educação Ambiental: A conexão necessária. Campinas, SP: Papirus, 1996.

GUATTARI, FÉLIX. As Três Ecologias. 5ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

GUIMARÃES, MAURO. A dimensão ambiental na educação. Campinas, SP: Papirus, 1995.

HOCHMAN, GILBERTO. A Era do Saneamento. São Paulo:Hucitec, 1998.

MARTINS, R. A. Contágio: história da prevenção das doenças transmissíveis. São Paulo: Moderna, 1997.

PENTEADO, H. D. Meio Ambiente e Formação de Professores. São Paulo: Cortez, 1994.

REIGOTA, Marcos. Meio Ambiente e Representação Social. São Paulo: Cortez, 1995.

RODRIGUES, Vera Regina (Coord.). Muda o Mundo, Raimundo!: educação ambiental no ensino básico do Brasil. Brasília: WWF, 1996.

STOPPARD, MIRIAM. Sexo. Um guia para adolescentes. São Paulo: Marco Zero, 1998.

SUPLICY, M. Sexo para Adolescente. São Paulo: FTD, 1988.

VERNIER, JACQUES. O meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1994.

Anexo B
Formulário de identificação da disciplina Sociologia da Educação

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

UNIDADE: FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE S. GONÇALO

DEPARTAMENTO: DEPTO. DE EDUCACAO

DISCIPLINA: Sociologia da Educação

CARGA HORÁRIA: 60 CRÉDITOS: 4 CÓDIGO: FFP04-09074

MODALIDADE DE ENSINO: Presencial TIPO DE APROVAÇÃO: Nota e Frequência

STATUS CURSO(S) / HABILITAÇÃO(ÕES) / ÊNFASE(S)

Obrigatória FFP - Ciências Biológicas (versão 2)

FFP - Geografia (versão 2)

FFP - História (versão 2)

FFP - Letras - Port / Inglês (versão 2) Português - Inglês

FFP - Letras - Port / Literatura (versão 2) Português e Literaturas de Língua Portuguesa

FFP - Matemática (versão 2)

TIPO DE AULA	CRÉDITO	CH SEMANAL	CH TOTAL
Teórica	4	4	60
TOTAL	4	4	60

OBJETIVO(S):

Apresentar as principais correntes sociológicas dedicadas à educação.
 Analisar a educação como uma produção sócio-histórica.

Analisar o processo educativo como um dispositivo disciplinar.

Discutir a correlação entre o pensamento sociológico no campo educacional e a produção de subjetividades.

Analisar os diferentes sujeitos históricos implicados no processo de institucionalização da educação.

Apresentar alguns pensadores brasileiros na área da Sociologia da Educação.

EMENTA:

A educação como objeto de estudo da Sociologia. O pensamento sociológico no campo da educação. A educação como processo social. A educação no contexto da estrutura social. Atravessamentos entre práticas pedagógicas e movimentos sociais. Os processos de institucionalização da educação e a escola como instituição especializada.

A análise sociológica da escola. O sistema escolar e sua construção social.

DISCIPLINA(S) CORRESPONDENTE(S):

FFP04-06011 Sociologia da Educação

BIBLIOGRAFIA:

AZEVEDO, Fernando de. Sociologia educacional. 6a ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. Organização de NOGUEIRA, M. e CATANI, A. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

DURKHEIM, E. A educação como processo socializador. função homogeneizadora e função diferenciadora. Em:

FERNANDES, Florestan. O desafio educacional. São Paulo: Cortez, 1989.

FORACCHI, M. e PEREIRA, L. Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação. São Paulo, Ed. Nacional, 1979

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis, Vozes, 1991.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere (Edição e Tradução: Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, Vollll.

IANNI, Otávio. A Sociologia e o mundo moderno. Em: Revista de Sociologia da USP, vol.1, NO.1, 1989.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Hucitec, 1996.

SPOSITO, M. P. Juventude e escolarização. Brasília: COMPED/INEP/MEC, 2002. v. 1.

TEIXEIRA, A. Educação no Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.

Anexo C

Questionário sociodemográfico

1. Nome:

2. E-mail:

3. Qual o seu sexo?

☐ Masculino ☐ Feminino

4. Qual o seu gênero? _____

5. Estado civil: _____

6. Quantos filhos? _____

7. Qual a cidade em que você mora? e o bairro em que você mora?

8. Dia do seu nascimento:

_____/_____/_____
(DIA) (MÊS) (ANO)

9. Como você se considera?

☐ Branco(a) ☐ Pardo(a) ☐ Preto(a) ☐ Amarelo(a) ☐ Indígena

10. Tendo como base o valor do salário mínimo de R\$ 1.212, qual é sua renda pessoal mensal?

- ☐ Até 2 salários mínimos
- ☐ De 3 a 5 salários mínimos
- ☐ De 6 a 10 salários mínimos
- ☐ Acima de 10 salários mínimos

11. Qual seria renda mensal juntando todos que moram com você?

- ☐ Até 3 salários mínimos.
- ☐ De 4 a 6 salários mínimos.
- ☐ De 7 a 11 salários mínimos.
- ☐ Acima de 11 salários mínimos.

12. Até que série sua MÃE ou a MULHER que foi responsável por você durante sua infância e adolescência estudou?

- ☐ Nunca estudou.
- ☐ Não completou o 5º ano (antigo primário).
- ☐ Completou o 5º ano, mas não completou o 9º ano (antigo ginásio).
- ☐ Completou o 9º ano, mas não completou o Ensino Médio (antigo 2º grau).
- ☐ Completou o Ensino Médio, mas não completou a Faculdade.
- ☐ Completou a Faculdade.
- ☐ Não sei.

13. Sua mãe ou a mulher que foi responsável por você durante sua infância e adolescência sabe ler e escrever?

- ☐ Sim. ☐ Não. ☐ Não sei.

14. Até que série seu PAI ou o HOMEM que foi responsável por você durante sua infância e adolescência estudou?

- ☐ Nunca estudou.
- ☐ Não completou o 5º ano (antigo primário).
- ☐ Completou o 5º ano, mas não completou o 9º ano (antigo ginásio).
- ☐ Completou o 9º ano, mas não completou o Ensino Médio (antigo 2º grau).

- ☐ Completou o Ensino Médio, mas não completou a Faculdade.
- ☐ Completou a Faculdade.
- ☐ Não sei.

15. Seu pai ou o homem que foi responsável por você durante sua infância e adolescência sabe ler e escrever?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.
- ☐ Não sei.

16. Você trabalha fora de casa?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.

17. Em dias de aula, quanto tempo você gasta fazendo trabalhos domésticos (ex.: lavando a louça, limpando o quintal)?

- ☐ Menos de 1 hora.
- ☐ Entre 1 e 2 horas.
- ☐ Mais de 2 horas, até 3 horas.
- ☐ Mais de 3 horas.
- ☐ Não faço trabalhos domésticos.

18. Desde o 1º ano do ensino médio, em que tipo de escola você estudou?

- ☐ Somente escola pública.
- ☐ Somente em escola particular.
- ☐ Em escola pública e em escola particular.

19. Com que frequência você vai a um templo religioso ou algum encontro religioso? (Marque apenas uma alternativa)

- ☐ Mais do que uma vez por semana.
- ☐ Uma vez por semana.

- ☐ Duas ou mais vezes por mês.
- ☐ Algumas vezes por ano.
- ☐ Nunca.

20. Com que frequência você realiza atividades religiosas individuais, como preces, rezas, meditações, oferendas, leituras da Bíblia ou de outros textos religiosos? (Marque apenas uma alternativa):

- ☐ Mais do que uma vez ao dia.
- ☐ Uma vez ao dia.
- ☐ Duas ou mais vezes por semana
- ☐ Uma vez por semana
- ☐ Uma vez por mês ou menos.
- ☐ Nunca.

21. Quanto à sua religião, você é:

- ☐ Acredito em Deus, mas não tenho religião.
- ☐ Ateu.
- ☐ Candomblecista.
- ☐ Católico.
- ☐ Espírita Kardecista.
- ☐ Evangélico.
- ☐ Testemunha de Jeová.
- ☐ Umbandista.
- ☐ Outro. Qual?

22. Qual o nome completo da igreja/ templo /terreiro/centro/paróquia que você frequenta?

-
- ☐ Não frequento nenhuma igreja/ templo/ terreiro/centro/paróquia.

Anexo D
Formulário da Pesquisa Neoconservadorismo, Gênero e Sexualidade na Formação Inicial de Professores de Ciências Biológicas

Questões	Discordo Totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo e nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo Totalmente (5)
4. Eu gostaria que os professores da graduação em Ciências Biológicas fizessem debates sobre gênero e sexualidade.					
5. Professores do Ensino Básico devem debater gênero e sexualidade nas escolas.					
6. Somente a família do aluno do ensino básico tem direito de abordar gênero e sexualidade com ele.					
7. Ser homossexual é uma opção.					
8. Ver casais homoafetivos demonstrando afeto pode influenciar a sexualidade da criança.					
9. Na escola, deveria ter banheiros reservados para alunos trans.					
10. Homossexualidade é uma doença.					
11. Existem profissões mais adequadas para homens que para mulheres.					
12. A mulher tem o dever de cuidar da casa enquanto o homem trabalha fora.					
13. Ver homossexuais na TV pode fazer uma pessoa virar gay.					
14. Mulheres que usam roupa curta são vulgares.					

15. Homem não chora.					
16. A responsabilidade de evitar a gravidez é da mulher.					
17. Casais homossexuais não deveriam adotar crianças.					
18. Cirurgias de mudança de sexo devem ser oferecidas pelo SUS.					
19. Homofobia deve ser crime.					
20. Pessoas trans devem ser chamadas pelo nome social.					
21. Mulheres trans devem jogar no time feminino em competições esportivas.					
22. Casamento civil entre pessoas do mesmo sexo deve ser permitido.					
23. Homossexualidade não é coisa e Deus.					
24. A esposa deve ser submissa ao marido.					
25. O que define ser homem e ser mulher é a genitália.					
26. É importante que Educação Sexual seja ensinado nas escolas.					
27. A família é constituída pela mãe, pelo pai e pelos filhos.					
28. O aborto deve ser permitido em casos de estupro.					
29. O aborto deve ser permitido em todos os casos.					
30. O aborto deve ser permitido quando a vida da mãe está em risco.					
31. O aborto deve ser permitido até os 3 meses de gestação.					
32. O aborto deve ser permitido em casos específicos como a anencefalia fetal.					

Anexo E

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: questionários - alunos

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação em Educação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | QUESTIONÁRIOS |
ALUNOS

Prezado/a:

Vimos, por meio deste, convidá-lo(a) para participar voluntariamente da pesquisa apresentada a seguir.

De acordo com as orientações da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, o desenvolvimento desta pesquisa seguirá as normas éticas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde (Resolução 510/16) envolvendo pesquisas com seres humanos. Desta forma, será utilizado este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para respaldar a participação de cada participante.

Título da Pesquisa: Neoconservadorismo, Gênero e Sexualidade na Formação Inicial de Professores de Ciências Biológicas

Justificativas: O Brasil tem convivido nos últimos anos com violações sistemáticas de direitos e com a violência contra corpos femininos e LGBTQIA+. O debate na formação inicial de professores de Ciências Biológicas em torno de gênero e sexualidade é vista, nesta pesquisa, como uma potente estratégia no campo educacional para o enfrentamento de ações conservadoras que vem deslegitimando outras formas de existência. Tentaremos compreender se seria possível que alunos com visões religiosas conservadoras transformem suas concepções sobre gênero e sexualidade com a influência da educação superior em Ciências Biológicas. A possibilidade desta transformação é de grande relevância para a pesquisa em Educação para demonstrar a importância de um curso de licenciatura que leve futuros professores a terem visões pautadas nos Direitos Humanos, as quais poderão ser propagadas em suas carreiras docentes.

Objetivos: Investigar as concepções de alunos de um curso de licenciatura de Ciências Biológicas da UERJ-FFP sobre temas envolvendo gênero e sexualidade no atual momento de ascensão do conservadorismo no Brasil.

Metodologia: Nossa intenção é aplicar dois questionários destinados aos estudantes de disciplinas previamente selecionadas matriculados no primeiro período e no oitavo período do curso de licenciatura em Ciências Biológicas da UERJ-FFP. O primeiro questionário possui caráter sociodemográfico e o segundo propõe conhecer suas opiniões sobre o tema desta pesquisa, como concepções acerca do casamento homoafetivo, transexualidade, desigualdade de gênero e temáticas afins. Eles deverão ser respondidos de forma presencial, na sala de aula, nos 30 minutos anteriores ou posteriores da aula da disciplina em curso, combinados anteriormente com o professor. Nos questionários serão solicitados a identificação e o e-mail do aluno para uma possível comunicação da pesquisadora com o respondente futuramente. Ressaltamos que esta informação será sigilosa e não será revelada durante a pesquisa e na tese. O conhecimento da identidade dos alunos será restrito apenas à pesquisadora que, posteriormente, selecionará alguns respondentes dos questionários para a segunda etapa da pesquisa, denominada grupos focais.

Riscos e Benefícios: Pode haver risco de constrangimento na participação desta etapa dos questionários, pois a pesquisa aborda temas sensíveis sobre sexualidade e gênero e que podem ser consideradas tabus por uma parcela da sociedade. Há a possibilidade de o participante não responder a qualquer pergunta que se sentir desconfortável a qualquer momento. Os participantes não terão nenhum tipo de recompensa ou gasto com esta pesquisa. A participação na pesquisa traz benefícios no sentido de ampliar reflexões e conhecimentos sobre a temática da pesquisa.

Caso haja dúvidas éticas sobre a pesquisa, consulte a Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, cuja atribuição é avaliar eticamente os projetos de pesquisa de professores, pesquisadores e discentes da Universidade, quando solicitada. A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio se localiza na Rua Marquês de São Vicente 225, Edifício Kennedy, 2o. andar. Gávea, 22453-900. Rio de Janeiro, RJ- Tel. (21) 3527-1618.

Pesquisadores Responsáveis:

Doutoranda: Patrícia da Silva Barros | barrospatricia@yahoo.com.br | (21) 99857-3822

Orientador: Prof. Dr. Pedro Teixeira | pedro.teixeira@puc-rio.br | Tel. (21) 3527-1815 | PUC-Rio: Departamento de Educação. Rua Marquês de São Vicente, 225, Edifício Cardeal Leme, Departamento de Educação, Sala 1049 Gávea 22453900 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Garantia de confidencialidade e sigilo: O anonimato dos sujeitos participantes da pesquisa é garantido. O nome dos envolvidos na pesquisa não serão divulgados em eventos acadêmicos ou em publicações em periódicos. Seus dados ficarão sob a guarda do pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Financiamento: A pesquisa é financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através da Bolsa de Doutorado da pesquisadora.

Eu,

_____, de maneira voluntária, livre e esclarecida, concordo em participar da pesquisa acima identificada. Estou ciente dos objetivos do estudo, dos procedimentos metodológicos, dos possíveis desconfortos com o tema, das garantias de confidencialidade e da possibilidade de esclarecimentos permanentes sobre os mesmos. Fui informado(a) de que se trata de pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio. Está claro que a participação é isenta de despesas e que a imagem e o nome dos envolvidos na pesquisa não serão publicados sem a prévia autorização dos mesmos e por escrito. Estou de acordo com a aplicação de questionários para fins acadêmicos. Estou ciente de que os dados obtidos serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos. Estou ciente de que, em qualquer fase da pesquisa, tenho a liberdade de recusar a participação ou retirar meu consentimento, sem nenhuma penalização, prejuízo ou constrangimento.

Patrícia da Silva Barros [doutoranda]

[assinatura do participante]

Nome _____ completo:

E-mail: _____

Tel. _____

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2023.

OBS.: Este termo é assinado em 2 vias, uma do/a voluntário/a e outra para os arquivos dos pesquisadores.